

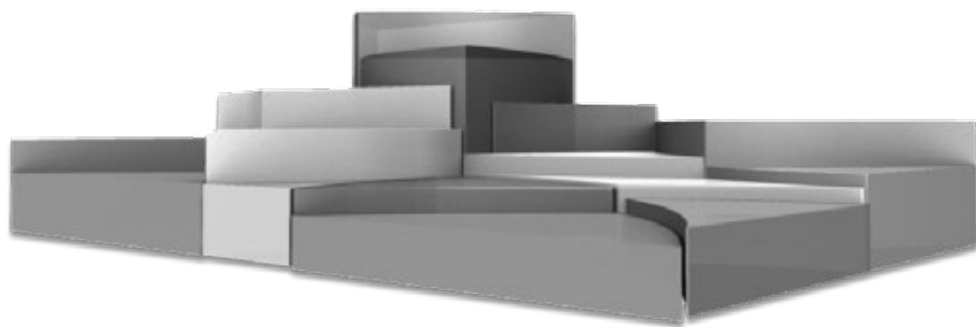
5º prêmio
Construindo
a Igualdade
de Gênero

Redações, Artigos Científicos e Projetos Pedagógicos Premiados

Secretaria de Políticas
para as Mulheres



5° PRÊMIO
CONSTRUINDO
A IGUALDADE
DE GÊNERO





5° PRÊMIO
CONSTRUINDO
A IGUALDADE
DE GÊNERO

REDAÇÕES,
ARTIGOS CIENTÍFICOS E
PROJETOS PEDAGÓGICOS
PREMIADOS

www.igualdadedegenero.cnpq.br

BRASÍLIA 2010

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA • 5ª EDIÇÃO

5º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

CO-PROMOÇÃO

Assessoria de Comunicação Social do CNPq /Serviços de Prêmios

Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

NILCÉA FREIRE
Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

©2010. Presidência da República
Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Projeto Gráfico
Aldo Ricchiero

Revisão
Luana Nery Moraes

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

200 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

SUMÁRIO

Apresentação, 11

Introdução geral, 14

Categoria Mestre e Estudante de Doutorado

Artigos científicos premiados

Introdução, 17

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres... chinesas!, 18
(Representações sociais, alteridade e Gênero)

João Gilberto da Silva Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

O que queres tu mulher? Manifestações de gênero no debate, 39
de constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”.

Luciana Santos Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado

Artigos científicos premiados

Introdução, 61

Discursos femininos – um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção, 62

Ana Luiza Melo Aranha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

As personagens femininas em Macunaíma, 83
Sexualidade e Gênero no modernismo pós-1922

André Luiz Ferreira Cozzi

Universidade Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (UFPA)

Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa, 102

Categoria Estudante de Graduação

Artigos científicos premiados

Introdução, 104

As Aparências e Os Gêneros: uma análise da indumentária das Drag Queens, 105

Emerson Roberto de Araujo Pessoa

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Gênero e sexualidade na escola de surdos, 117

Pedro Henrique Witches

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa, 127

Categoria Estudante de Ensino Médio

Introdução, 129

Categoria Estudante de Ensino Médio

Redações premiadas na **Etapa Nacional**

GOIAS – Goiânia, 132

O diário de um transexual

Nathalia Gomes Mialichi – Colégio Dinâmico

RIO GRANDE DO SUL – Novo Hamburgo, 136

Seguindo a menina da manutenção

Felipe dos Santos Machado – Fundação Escola Técnica

Liberato Salzano Vieira da Cunha

SANTA CATARINA – Canoinhas, 138

Imortalidade desmedida

Tamiris Grossl Bade – Escola de Educação Básica Almirante Barroso

Categoria Estudante de Ensino Médio

Redações premiadas na **Etapa por Unidade da Federação**

BAHIA – Guanambi, 142

Escrevendo um diário

Mauro Marcelo Queiroz de Arruda Sobrinho – Colégio Nóbrega

MARANHÃO – Dom Pedro, 144

Maria da Mulher

Rodrigo Humberto Otávio dos Santos – Associação Educacional

Professora Noronha

MINAS GERAIS – Viçosa, 148

Memórias de uma mulher na condução da vida

Adnilson Brás da Silva Santana – Colégio de Aplicação da

Universidade Federal de Viçosa

PARAÍBA – João Pessoa, 151

Procura-se mulher! Favor retornar este aviso com urgência

Maria Thamara de Lacerda Souza – Centro Federal de

Educação Tecnológica da Paraíba

PERNAMBUCO – Carnaúba, 154

Mulher, virtudes e preconceitos

José Anchieta de Siqueira – Escola de Referência Joaquim Mendes da Silva

RIO DE JANEIRO – Magé, 159

Choram Marias e Clarisses

Thamires Trianon Rodrigues dos Santos –

Centro Educacional Renato Cozzolino

RIO GRANDE DO NORTE – Natal, 162

O dia M

Lucas Marcelino dos Santos – Centro Federal de Educação Tecnológica do RN

SÃO PAULO – São Paulo, 165
Mulher: de Inspiração a Inspirada
Stephanie Gaspar – Colégio Cristóvão Colombo

Relação das redações premiadas com Menção Honrosa, 168

Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero
Projetos pedagógicos premiados

Introdução, 170

REGIÃO CENTRO-OESTE – Goiás – Aparecida de Goiânia, 171
Saúde e prevenção: pensando as relações de gênero e sexualidade
no espaço escolar
Colégio Estadual Dom Pedro I

REGIÃO NORDESTE – Pernambuco – São José do Egito, 172
Discutindo Gênero na Escola: Por uma abordagem científica e interdisciplinar
Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima

REGIÃO SUDESTE – São Paulo – Osasco, 173
Discutindo a igualdade: mulher, mãe e cidadã
Escola Estadual Professor Armando Gaban

REGIÃO SUL – Paraná – Apucarana, 175
Projeto Raízes: diversidades étnico-raciais e de gênero
Colégio Estadual Osmar Guaracy Freire



**Em seus cinco anos de
existência, o Prêmio se constituiu
como relevante indicador sobre o
crescimento da cultura de direitos
humanos nas escolas brasileiras.**

APRESENTAÇÃO

A promoção da igualdade de gênero é uma dimensão estratégica a ser considerada no processo de construção das políticas públicas.

No campo educacional, marcos normativos constitucionais e infraconstitucionais brasileiros - como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o III Programa Nacional de Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - sinalizam para a construção de uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica. Neste contexto, resta-nos a tarefa de dar efetividade às normas que garantem os diversos direitos e viabilizar, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias. A cada dia aprofunda-se a valorização da cultura de direitos humanos por parte do Estado brasileiro, o que está expresso, por exemplo, na adoção de medidas e compromissos no campo educacional, de forma a reduzir a desigualdade de gênero e enfrentar o preconceito e a discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional e por orientação sexual. Por tudo isso, buscamos consolidar essas perspectivas no âmbito da formulação das políticas educacionais, assim como na do respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária.

Nesse contexto, como parte do Programa Mulher e Ciência, a Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM/PR), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), desenvolveu o *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. O *Prêmio*, que se encontra agora em sua quinta edição, é direcionado a um público vasto: estudantes de Ensino Médio, graduandos, especialistas, mestrandos, doutorandos e a escolas que gerem ações de promoção da igualdade de gênero em seu cotidiano. Cabe ressaltar que a modalidade Escola Promotora da Igualdade de Gênero é uma iniciativa que provavelmente ampliará e replicará as boas experiências que existem nas escolas brasileiras, além de fomentar o envolvimento da comunidade escolar em torno do debate sobre a igualdade.

Em seus cinco anos de existência, o *Prêmio* se constituiu como relevante indicador sobre o crescimento da cultura de direitos humanos nas escolas brasileiras. De 2005 a 2009, a participação das/os estudantes aumentou significativamente em todas as categorias premiadas, o que demonstra o crescente interesse das/os estudantes, professoras(es) e outros profissionais da educação na temática. Exemplo desse interesse pode ser percebido nos resultados da quinta edição: o *Prêmio* recebeu 3703 inscrições, sendo 2976 redações do Ensino Médio; 271 trabalhos de estudantes de Ensino Superior; 283 artigos de graduandos, especialistas e mestrandos; 156 artigos de mestres e doutorandos; e 17 trabalhos oriundos das Escolas Promotoras da Igualdade de Gênero.

Agradecemos com especial atenção a todas as pessoas e instituições que participaram em todas as etapas da 5ª Edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*: às professoras e professores que orientaram suas alunas e alunos; às/aos dirigentes de escolas que divulgaram e sensibilizaram o público para a temática; às comissões julgadoras que prontamente participaram do processo de análise e seleção; à equipe da SPM e dos demais parceiros que trabalharam cotidianamente para viabilizar o Prêmio: MEC, CNPq e UNIFEM.

Desejamos que esta publicação, que apresenta os bons resultados sobre a reflexão direcionada para a promoção da igualdade de gênero em nossas salas de aula, sensibilize a cada um e a cada uma que se debruchar sobre ela. Nosso desejo e nossa esperança é que ela seja mais um instrumento para a ampliação da igualdade entre brasileiras e brasileiros.

Nilcéa Freire

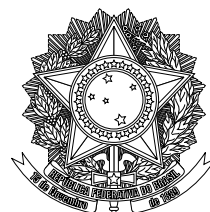
Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério
da Educação

Secretaria de Políticas
para as Mulheres

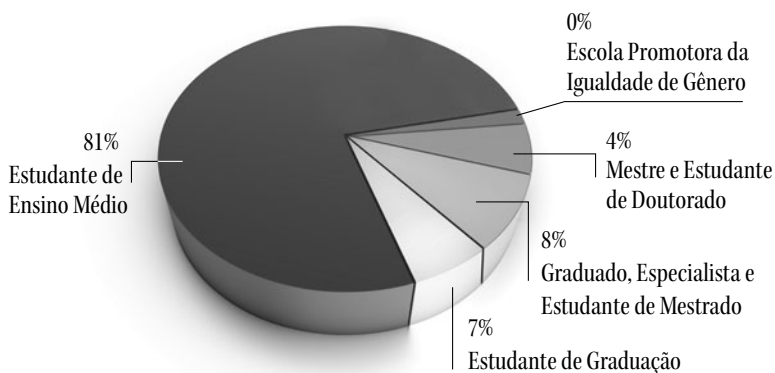




O 5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero recebeu a inscrição de 3.703 trabalhos

INTRODUÇÃO GERAL

A primeira constatação é que o número de participantes da 5ª Edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero mais que dobrou quando se compara ao ano de 2005, da primeira edição: das 1.587 inscrições de 2005, estas alcançaram o número de 3.703 em 2009. Provavelmente, este crescimento significa uma maior divulgação da temática de gênero na comunidade acadêmica, como também no sistema educacional brasileiro. Este impacto ainda é tímido diante da massa estudantil brasileira, mas seguramente no âmbito do Ensino Médio, este prêmio significa um dos grandes certames vivenciados pelas instituições de ensino.



Fonte: CNPq/SPM, 2009.

O 5º Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero* recebeu a inscrição de 3703 trabalhos. Deste total, 156 foram inscritos para concorrer nas categorias “Mestre e Estudante de Doutorado”, 283 para “Graduado Especialista e Estudante de Mestrado” e 271 para “Estudante de Graduação”.

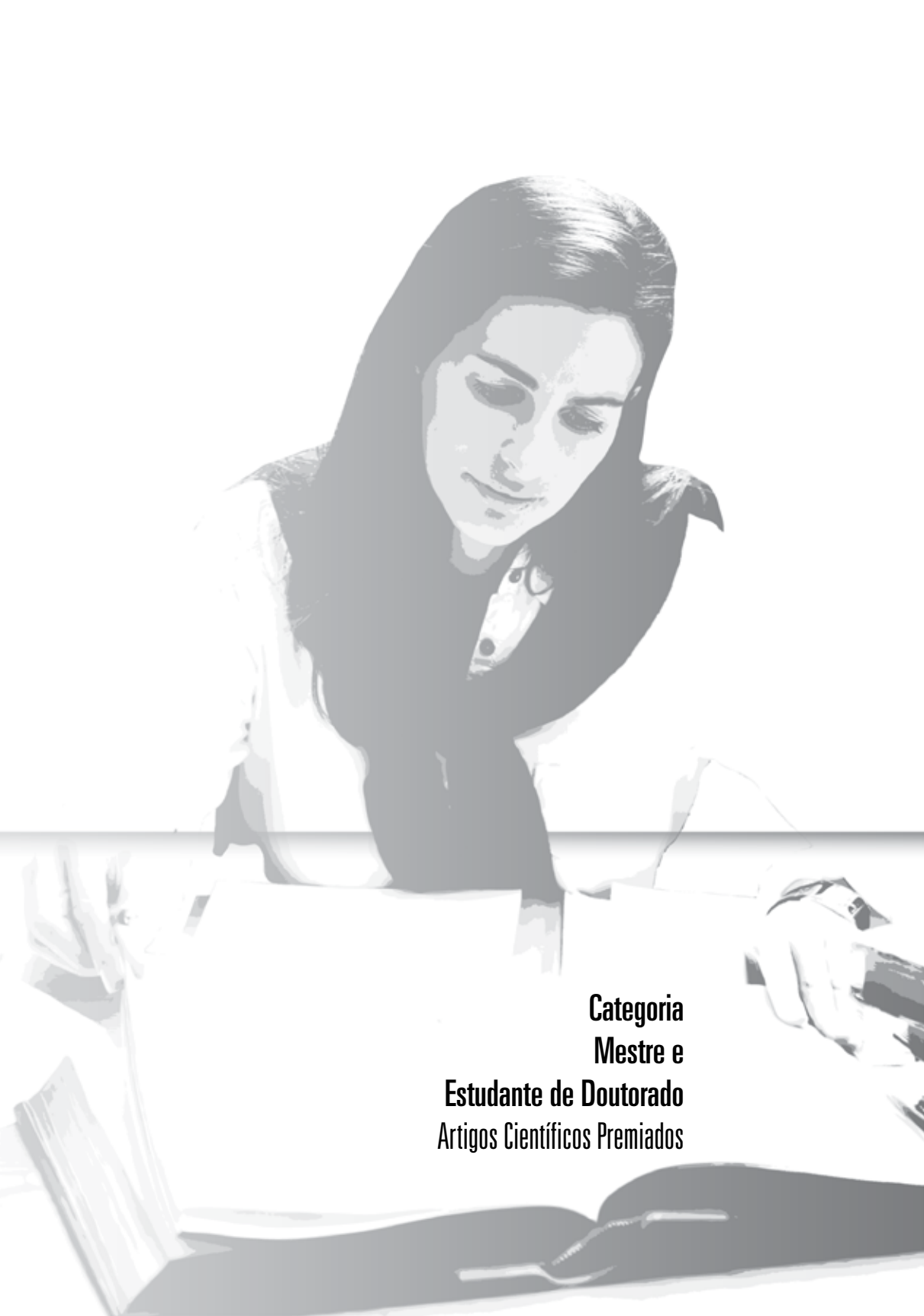
A Comissão que julgou os artigos científicos pré-selecionados nas categorias do ensino superior – **Mestre e Estudante de Doutorado; Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; e Estudante de Graduação** – foi composta pelos seguintes membros: Mirian Goldenberg, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (presidenta da Comissão); Anita Brumer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Deis Siqueira, da Universidade de Brasília; Durval Muniz de Albuquerque Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mary Rangel, da Universidade Federal Fluminense; e Reinaldo Matias Fleuri, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Reunida em 18 de março de 2010, a Comissão Julgadora selecionou as ganhadoras e os ganhadores das categorias “Mestre e Estudante de Doutorado” (1 mulher e 1 homem), “Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado” (1 mulher e 1 homem) e “Estudante de Graduação” (2 homens).

Os artigos científicos foram selecionados obedecendo aos critérios de qualidade do texto quanto ao conteúdo e à forma de apresentação; originalidade da abordagem; contribuição ao conhecimento sobre o assunto; e adequação teórica e metodológica.

As premiadas e os premiados na categoria “Mestre e Estudante de Doutorado” receberam R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Na categoria “Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado”, receberam R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e na categoria “Estudante de Graduação”, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). As premiadas e os premiados, se adequados aos critérios do CNPq, podem receber bolsas de estudo do CNPq para desenvolvimento de projeto na área/tema do Prêmio.

Os departamentos a que pertencem as(os) premiadas(os) de todas as categorias receberam uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e do Cadernos PAGU. As duas publicações também foram ofertadas às professoras e aos professores orientadores.



**Categoria
Mestre e
Estudante de Doutorado
Artigos Científicos Premiados**

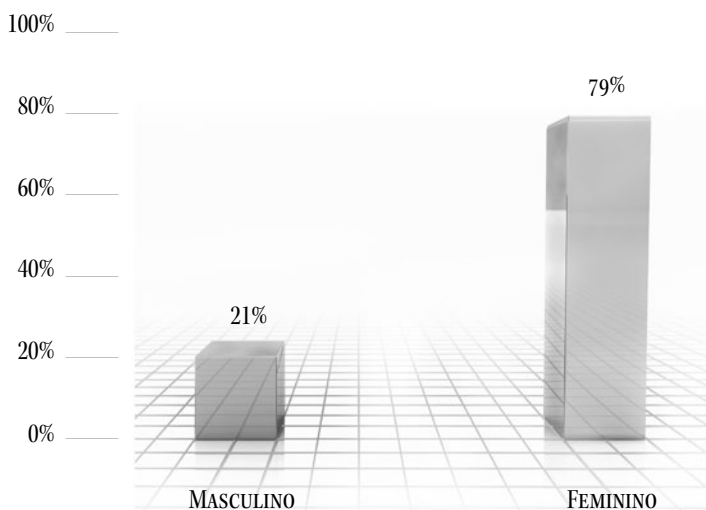
INTRODUÇÃO

Nesta categoria, foram inscritos 156 artigos, sendo que 79% dos artigos concorrentes foram de autoria feminina. No processo de pré-seleção, foram selecionados 123 artigos científicos, correspondendo a 79% do total.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Categoria Mestre e Estudantes de Doutorado Artigos inscritos, segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	33	21%
Feminino	123	79%
Total	156	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2009.



Fonte: CNPq/SPM, 2009

MIREM-SE NO EXEMPLO DAQUELAS MULHERES... CHINESAS! (REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ALTERIDADE E GÊNERO)

João Gilberto da Silva Carvalho¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Orientadora: Angela Arruda

1. Introdução

As sociedades em que as mulheres são subordinadas aos homens são chamadas de patriarcais. O patriarcado existe como forma de dominação familiar, no qual a hegemonia é masculina e “tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem” (Therborn, 2006, p. 29). Mas a desigualdade entre gêneros está ligada ao sistema social num sentido amplo. O patriarcado atravessa o tempo e se ajusta ao espaço, o que explica sua permanência, não obstante as variações contextuais na condição feminina. Um bom exemplo para ilustrar o contraditório imaginário ocidental acerca das mulheres é o estudo clássico de Junito Brandão (1989) sobre o mito de Helena.

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seu maridos, orgulho e raça de Atenas
(Chico Buarque – Mulheres de Atenas)

O arquétipo da Grande Mãe minóica – ou a deusa da vegetação espartana – transformou-se na mera traidora dos tempos pós-homéricos. Assim, na Guerra do Peloponeso, a imagem de Helena oscilou de acordo com os contendores, Esparta e Atenas; a degradação do mito expressa não só a hegemonia masculina e a predominância do poder patrilinial, como as transformações sociais e históricas da própria Grécia antiga. A Grande Mãe é incorporada como sombra e pesadelo dos ideais masculinos característicos da ocidentalidade.

A origem do patriarcado é estabelecida pela consciência da paternidade e a conseqüente proibição do incesto, marco da civilização para a escola de Durkheim (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 135). As sociedades machistas em geral são caracterizadas pela repetição de estruturas presentes nos mitos: “[...] a problemática sombria dos arquétipos do masculino, a constante competição, característica da cultura machista, a incapacidade de criatividade e originalidade” (Boechat, p. 1995, p.33). A antropologia do século XIX criou a hipótese dos três estágios do desenvolvimento da instituição familiar: promiscuidade, matriarcado e patriarcado. Com base em Morgan e Bachofen e na esteira do evolucionismo predominante em sua época, Engels (1978, p.51) afirma que entre “todos os selvagens e em todas as tribos

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Bolsista da CAPES.

que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre, como também, muito considerada”. O mito de que sociedades matriarcais eram isentas de conflitos permeia igualmente o discurso daqueles que defendem as vantagens de um mundo governado por mulheres. Mas o século XIX também é o período áureo das idéias evolucionistas, segundo as quais existe apenas um desenvolvimento possível para as sociedades, numa escala que vai do bárbaro ao civilizado. Paradoxalmente,

tudo que a civilização produz é também dúbio, ambíguo, equívoco, contraditório: de um lado o heterismo, incluída sua forma extrema, a prostituição. O heterismo é uma instituição social como outra qualquer, e mantém a antiga liberdade sexual em proveito dos homens (Engels, *ibid.* p. 72).

Então, o que se admite como princípios ou conceitos de natureza universal são projeções ou afirmações da identidade Ocidental. O eurocentrismo é a marca registrada da modernidade, esse conceito que parece expressar tudo e não dizer nada. É possível equiparar civilização, ocidentalidade, modernidade e Europa, pois Ocidente não significa apenas um espaço geográfico, mas corresponde principalmente a uma geografia imaginária (Said, 2007) – um espaço geopolítico, portanto. E civilização, nas palavras de Domingues (2003, p.237), “é uma palavra grande e dura, da qual o Ocidente em geral gostava demais, sobretudo de modo a afirmar sua hegemonia ideológica”.

A modernidade expressa um conjunto de transformações que tem início, não obstante a controvérsia quanto aos marcos, entre os séculos XV-XVI. Moderno em termos literais é o que não é antigo, o que é transformado pelo tempo, um passo adiante. Novo é o humanismo renascentista, a acumulação primitiva, a escalada da ciência – sem falar de um Novo Mundo, base para a consolidação da hegemonia européia. Por outro lado, tantas novidades convivem com os pesadelos medievais: “Não apenas o homem é mau, mas sua inteligência também, a despeito de certas aparências, é afinal impotente. Esta segunda afirmação, tão extremista quanto a primeira, foi proferida ela também, em plena Renascença” (Delumeau, 2003, I, p. 273). Deus pode ter sido expulso do laboratório (Latour, 1997) e do paraíso reinventado pelo homem (Rodrigues, 2000), mas está presente nos navios das descobertas e conquistas, nos sermões dominicais e nas alcovas. A mulher é a responsável pelo pecado do qual todos nós somos filhos e o “casamento é ‘perigoso’ porque a mulher, mesmo casada, é perversa” (Delumeau, *ibid.*, II, p. 202). Assim,

a atração pelo macabro, o sentimento de que o mundo é frágil foram vivenciados por uma parte ampla da elite e marcaram profundamente a cultura da época. No centro dessa melancolia, descobre-se a amarga certeza de que o homem é um grande pecador (Delumeau, 2003, I, p. 357).

A engenharia simbólica característica da modernidade implica na criação de termos (mandarim, fetiche, por exemplo) e áreas especializadas de conhecimento: “O movimento do saber irá, a partir de agora, do exterior para o interior, ao passo que o novo olhar se constitui e entrega um corpo finalmente dessacralizado a uma observação externa” (Diehl, 2004, p.266). Interessante contrapor o movimento de dessacralização do corpo num mundo que se cria no laboratório (Foucault, 1980; Latour, 1997) e a permanência de estruturas religiosas medievais (Delumeau, 2003).

Em relação à questão de gênero, a modernidade se reveste de importância, pois cria e consolida os dispositivos de controle dos papéis definidos pela sociedade, chamados tradicionalmente de “moral burguesa”. A modernidade, portanto, criou dentro do patriarcado modalidades de subordinação feminina consoante à lógica geral do sistema – da fábrica à rainha do lar, assim, os papéis femininos são estabelecidos por um conjunto de representações sociais que se articulam ao sistema moral, científico e biológico e o naturalizam. Desta forma, a representação masculina está associada ao conservadorismo do sistema que lhe sustentava.

Ao analisar as instituições da ordem pós-tradicional (pós-modernidade), Nolasco (2001) afirma que o deslocamento da noção de tempo e espaço, bem como a impessoalidade, são marcas registradas da subjetividade moderna, ancorada sob um referencial individualista. Em obra anterior, a propósito, o autor destaca:

A emancipação do indivíduo na ordem político-social, essa conquista da modernidade do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, emparelhava-se com a afirmação confiante e orgulhosa da individualidade nos domínios da ética e da estética (Nolasco, 1995, p.16).

Parafraseando o título de sua obra – de Tarzan a Homer Simpson – isto é, da modernidade à pós-modernidade, muita coisa mudou. A mulher continua a rainha nos lares da periferia, mas há estratos da sociedade em que as “novidades” desafiam os pensadores da questão de gênero. O garboso Tarzan se transforma no ridículo e politicamente incorreto Homer. Enquanto os processos de controle social inaugurados pela modernidade estão cada vez mais sofisticados, o número de variáveis a controlar parece fora de controle. A ciência “amolece” e ramifica-se em possibilidades e combinações surpreendentes, a despeito da luta contra os ritos e fetiches (Latour, 2002) das academias.

A emergência da cultura subalterna é outro dado da pós-modernidade. O esfacelamento do Estado-Nação dá voz ao outro, ao bárbaro, àquele que foi excluído por conta de sua cultura exótica – exótica aos olhos dos ocidentais europeus, diga-se. E não se trata de uma concessão ou de um salto qualitativo interno, produzido tão somente por reflexões intelectuais. A presença dos orientais é um fato. Na economia, nas prateleiras das livrarias, nos cinemas, enfim, o “outro” está na moda. Entretanto, os parâmetros tradicionais de desenvolvimento e hegemonia social continuam

vigentes. O que torna possível um adendo às reflexões de Latour (1997): (se) “jamais fomos modernos”, não seremos pós-modernos. “A noção de um masculino definido como ação e centro de um sistema de relações (patriarcado) está hoje à mercê de processos de transformações sociais cujos critérios são tecnológicos e não somente humanistas-liberais” (Nolasco, 1995, p.27). O que significa dizer que Tarzan pode ter sido reduzido a Homer Simpson, mas os dispositivos de repressão e poder (Foucault, 1980) continuam ativos, mesmo que às avessas.

As mulheres trabalham em postos de gasolina, tornam-se comentaristas de futebol e recolhem lixo. Nada demais, afinal as mulheres sempre trabalharam muito no campo, até o dia em que foram transformadas pela cultura em criaturas frágeis à mercê de seus cavalheiros. Não seriam heroínas e sim mocinhas que no cinema tropeçavam ou eram sempre capturadas no momento da fuga. Agora é o tempo de Lara Croft, das mulheres tão poderosas quanto impiedosas; da gata à loba, os papéis mudaram visivelmente, mas as conseqüências sociais estão muito longe da euforia dos livros que celebram a emergência feminina. As formas de subordinação ou emancipação da mulher estão associadas a formações sociais complexas, o que pode significar um grau de relativização de suas conquistas e mesmo de perdas. Será que a contrapartida à emancipação feminina é sua masculinização? Talvez seja possível enxergar um pouco mais a partir do atrito, da reflexão sobre os processos análogos em outros povos – os excluídos que a pós-modernidade trouxe à tona (Mignolo, 2003). Não como na busca de maravilhas que conduziu o olhar “ingênuo” do navegante ou pelas mãos de uma ciência que tão somente referendava os preconceitos sociais. Então, aproveitando os novos ares, de quebra de paradigmas, e já que nossa busca é pela compreensão da alteridade, talvez seja possível realizar uma *inversão consciente*. Miremos, pois, não mais as mulheres de Atenas, mas as mulheres da China.

2. Objetivos

A intenção do presente artigo é ousada: refletir sobre a questão de gênero a partir do olhar construído historicamente em torno da mulher chinesa. Objetivamente, significa analisar o imaginário que emerge de um *corpus* literário e filosófico: a imagem de mulher chinesa criada por representações que circulam no Ocidente e consolidaram-se nas demandas cotidianas. O pressuposto básico é de que seja possível confrontar não apenas o que se fala sobre chinesas, mas também apoiar-se em textos de autores chineses, nos quais um perfil, ou melhor, uma imagem pode ser delineada. Há outros objetivos específicos em termos da estrutura do artigo. Refletir sobre a modernidade ocidental e a criação de imaginários que permeiam as representações sociais é certamente um deles, bem como o trabalho de desconstrução que temos diante de nossos olhos em que as certezas e as verdades se tornaram apenas expressões de alteridade social. Pretendemos articular teoria e domínios das ciências sociais e assim contribuir para o alargamento de campo e aplicação das representações sociais enquanto modalidade de psicologia social.

A identidade, essa certeza de que pertencemos a um determinado grupo ou comunidade, afirma-se no contato com aqueles em quem percebemos a diferença, o outro. Um bom exemplo é o turista, aquela figura excêntrica que de imediato é percebido como alguém de fora, um forasteiro. No passado distante os navegantes experimentaram o *maravilhamento* face à exuberância do Novo Mundo e registraram seu encantamento ou aversão em epístolas e crônicas, isto é, num tipo específico de literatura que até hoje recebe a atenção de estudiosos de diversos segmentos (Greenblatt, 1996). A curiosidade nos incita a conhecer, a consequência pode ser a perplexidade inicial, seguida por identificação ou aversão ao outro.

A contrapartida da identidade, a alteridade, é fonte de grande parte dos conflitos entre as sociedades. O reconhecimento das diferenças nasce de uma marca ontológica fundamental em que se opõem sujeitos e objetos. Vigotski (2000) procurou mostrar em obra clássica como a presença do outro acarreta no indivíduo a interiorização da fala exterior. A subjetividade emerge, portanto, da relação com o outro, mesmo que numa condição infernal - parafraseando Sartre - e condição básica da existência social. O outro é tudo aquilo que agride, interessa, deseja, odeia, ama - o outro é a própria sociedade e suas representações simbólicas. Giddens (1991), ao analisar as consequências da modernidade, relaciona os processos geradores de confiança na infância e a busca de confiança na sociedade: se o outro é de início a mãe, cuja relação de presença e ausência é fundamental à segurança ontológica, desdobra-se nos muitos outros balizadores da vida social, sejam eles peritos ou instituições. Segurança e risco são categorias básicas presentes na análise do sociólogo que conclui: a modernidade tardia (pós-modernidade) tem acentuado a sensação de risco.

Se a modernidade foi o tempo da exclusão, da supressão e aniquilamento do outro, seja pela invasão física e simbólica de povos considerados atrasados e selvagens, a pós-modernidade incita e implica na incorporação do outro, o excluído - daqueles que nunca tiveram voz ou tornaram-se invisíveis em sua própria sociedade (Mignolo, 2003). A emergência da mulher e a questão de gênero têm como base um contexto histórico caracterizado pela mudança de valores. A minoria, o exótico e o alternativo estão na moda. Mas como nos mostra Bruno Latour (1997), o discurso da modernidade é ardiloso, criticá-lo muitas vezes significa repeti-lo. A “reabilitação” de um oriente exótico e sábio ou a suposta emergência feminina pode significar a consolidação de estigmas e a manutenção de processos de dominação sob novas rubricas. Conhecer o “outro” é uma oportunidade e um exercício de autoconhecimento, o que nos remete à sabedoria de Laozi, o pensador taoísta: “Quem conhece os outros é inteligente. Quem conhece a si mesmo é sábio” (1978, p. 69).

3. Metodologia

A utilização de elementos da teoria das representações sociais (Moscovici, 2003), articulada aos conceitos de imaginário (Banchs, 2007; Mignolo, 2003) e

orientalismo (Said, 2007) formaram os parâmetros de nossas análises. Do ponto de vista metodológico é uma busca de vestígios, pistas – não exatamente como no *paradigma indiciário* de Ginzburg (2007), pois essa “mulher chinesa” simplesmente não existe, materializa-se como construção discursiva, de uma intenção criativa e um desejo de compreensão. É a mulher que queremos ver e admiramos por aquilo que desejamos. O suporte desta representação é o que Edward Said (2007) chama de *orientalismo*, um conjunto de informações e preconceitos construídos ao longo dos séculos, a contrapartida cultural e sofisticada da política colonial. A imagem é construída e reiterada em romances, contos, documentários, conceitos filosóficos, comentários de jornalistas, *blogueiros* e visitantes em geral – sobre chineses ou de chineses, dirigidos ao leitor ocidental e facilmente encontrados nos meios de comunicação que circulam no Ocidente. Mas não se trata de uma invenção pura e simples, de uma criação arbitrária. Sem nunca termos visto um chinês, há idéias e informações a seu respeito. Portanto, sob uma base de contatos reais foram construídos símbolos para caracterizá-lo; representações forjadas ao longo do tempo a partir desta massa de informações. É um repertório que empresta sentido à sua “insólita” cultura – ou ainda, a possibilidade de com eles lidarmos quando necessário, nos momentos em que o contato existe, face a face. Trata-se de um chinês imaginado, mas não inventado.

As representações sociais sobre chineses são erguidas sob o princípio da alteridade e tendo como base um imaginário construído historicamente. Mas é possível decompor este imaginário amplo em seus elementos básicos – e nos interessou a mulher chinesa. A imagem que emerge deste amálgama de informações é contraditória, como pode ser percebida na análise de discurso aqui empreendida. O consenso (Moscovici & Doise, 1991) obtido ao longo de anos se choca com as demandas da realidade: o tempo faz e o tempo leva as criações imaginárias. O século XIX consolidou o “orientalismo”, enquanto o século XX o transformou em etnocentrismo, racismo ou, no mínimo, alteridade. Em termos sociais é um trabalho lento, pois a representação só se torna social a partir do instante em que é requisitada e atualizada nos espaços públicos. O que significa dizer que ao pensarmos no chinês ainda utilizamos as mesmas categorias de pensamento tradicionais.

A teoria das representações sociais tem abarcado diferentes campos da atividade humana (Jodelet, 2001), apesar dos enfoques distintos que derivam não apenas das vertentes disponíveis na atualidade, ou ainda pela evolução do pensamento de Moscovici (Castro, 2002), como pela própria natureza complexa da atividade de representação. Há pontos de contato entre as teorias moscovicianas e de gênero, como demonstrou em artigo Arruda (2002), emergentes no contexto atual de mudança de paradigma. Mas os trabalhos voltados à articulação entre gênero e representações, apesar dos anos que separam, por exemplo, as pesquisas de Arruda (1998) e Cyrino (2009), não foram suficientes para consolidar uma tradição. A nossa premissa básica é de que a “realidade do mundo humano é, em sua totalidade, feita de representação e não faz sentido falar de realidade em nosso mundo humano

sem o trabalho da representação” (Jovchelovitch, 2008, p.33). Não nos ocupamos da representação em sua natureza estruturada e sim com os processos sociais e históricos que a tornam estruturante, etapas distintas e complementares. Vale dizer, o imaginário e a memória social que tornam a representação possível. Como frisaram Moscovici & Doise (1991), a utilização de símbolos por grupos não é um ato de racionalidade no sentido estrito. A criação e a consolidação de representações sociais é um processo subordinado aos contextos que as originam e não possui determinação exata – expressam a complexidade da vida humana.

O conceito de representações sociais acompanhou a evolução do pensamento de Moscovici, que as desdobrou em representações hegemônicas, emancipadas e polêmicas (Castro, 2002, p. 965). Outros aprofundamentos foram teorizados, como a associação entre as representações sociais e as metáforas, realizada por Wagner (2005); ou as ligações com os estereótipos em Joffe & Staerklé, (2007). Guareschi faz um apanhado da relação entre as representações sociais e o que chama de “seus parentes” (Guareschi, 1995, p. 192). No caso de imagens de chineses(as) não podemos falar de ideologia em sentido estrito ou de metáfora, e mesmo estereótipo nos parece insuficiente. Por confiná-los numa situação de alteridade imutável, espécie de marca indelével de sua raça, trata-se de um estigma (Bauman, 1999), presente em pensamentos do tipo “a mulher chinesa não é bonita”, “a China não conseguiu atingir o capitalismo apesar de suas condições”, “os chineses são industriais, mas pouco criativos”, como veremos a seguir.

4. Mulher chinesa: entre representações sociais e imaginários ocidentais

Os chineses receberam adjetivos variados ao longo da história e os estudiosos, mesmo os mais recentes, não se cansam de afirmar: “A China é a mais antiga civilização viva do nosso planeta” (Leys, 2005, p.11). Para seus defensores, tal ancestralidade indica uma posição venerável, de força e resistência ao tempo, espécie de sabedoria depositada ao longo dos milênios; para seus detratores, significa imobilismo, ausência de dinamismo. A China dorme e, quando acordar, “salve-se quem puder”, teria nos advertido Napoleão Bonaparte. O Ocidente criou “o” chinês – um ser imerso numa história que se acumula ou quando há rompimentos já estão previstos ou são cópias precárias de modelos europeus. Em obra recente, Fairbank e Goldman (2006) discutem, no capítulo intitulado “O paradoxo do crescimento sem desenvolvimento”, o motivo pelo qual a China manchu não conseguiu se industrializar no século XIX, apesar de seu grande comércio e população. É bem verdade que já no início da obra os autores nos advertem quanto ao uso indevido de comparações com a Europa. Não é o caso aqui de evidenciar as inúmeras comparações que realizaram de fato, mas frisar que somente numa perspectiva única e linear de história os povos devem passar por estágios idênticos de desenvolvimento. Mas para que não se recaia numa modalidade de “orientalismo”, será preciso examinar as bases da filosofia chinesa associadas ao princípio feminino.

4.1. Taichi: a dança do feminino e do masculino

Masculino e feminino estão associados às rubricas mestras que permeiam não apenas a filosofia como a praticamente todas as manifestações culturais do povo chinês: o *yin* e o *yang*. Princípios, forças ou emblemas (Granet, 1997) são comparáveis aos opostos da dialética ocidental. Ao *yang* corresponde o *yin* e vice-versa, como se vê na conhecida figura e alguns exemplos aqui destacados:

Yang:	claro	homem	ativo
	céu	forte	duro
Yin:	escuro	mulher	passivo
	terra	fraco	macio

Assim, os fenômenos estão divididos em pares antagônicos. Os pólos escuro (*yin*) e claro (*yang*) indicam substâncias, princípios, forças, enfim, coisas que podem ser classificadas e agregadas por identidade; são complementares, um não existe sem o outro. Na figura do *taichi* (figura acima) observa-se que cada um deles contém a semente do outro. Em termos filosóficos, significa a inexistência de princípios absolutos e a base da mudança. O predomínio de um pólo acarreta desequilíbrio, indesejável na natureza e na vida humana. Portanto, *yang* e *yin* se revezam infinitamente de acordo com os ciclos da natureza (*hsing*). Há parábolas e contos que expressam a sabedoria que deriva desta compreensão: nada é definitivo, como no ideograma chinês para crise, que é composto de duas partes, perigo e oportunidade. Nada é eterno a não ser a própria eternidade, quer se trate da felicidade humana, dos ciclos da natureza ou das possibilidades de uma boa safra. O pensamento chinês enfatiza que o equilíbrio entre o *yin* e o *yang* é a receita para a saúde física, social e mental. Nesse sentido, o predomínio absoluto do masculino ou do feminino pode ser ruinoso; se ao taoísmo se trata de uma questão de harmonia energética, para o confucionismo é de adequação aos ritos. Assim, o mundo dos homens é subordinado a princípios mais gerais ou, em termos simbólicos, à relação entre *yin* e *yang*. Na representação de Fuxi e Nügua – o rei fundador e sua esposa –, o casal se apresenta entrelaçado por caudas; ele portando um esquadro, ela um compasso e independentemente das muitas interpretações sobre a gravura, há o notório equilíbrio de *yin* e *yang* (Gall, 1980, p. 27).

O equilíbrio *yin-yang* é o comportamento do sábio e o caminho (*tao*) da acupuntura e da medicina tradicional chinesa para a regularização do fluxo de energia nos meridianos, ou seja, para a obtenção de cura para as doenças. O macro e o microcosmo se correspondem, pois:

[...] o *yin* e o *yang* aplicam-se a todas as circunstâncias e a tudo o que existe. Esse princípio foi integrado como sistema de correspondência

simultâneo no macrocosmo e no microcosmo, no plano humano e no plano das coisas (Kierce, 1984, p.42).

No pensamento do homem chinês, do erudito ao homem do povo, destacam-se três fontes principais de inspiração: o taoísmo, o confucionismo e o budismo. O taoísmo que se perde no tempo, nas práticas alquímicas e crenças do povo, que produziu grandes pensadores como Laozi e Chuangzi, magos como Ko Hung, a linhagem dos Mestres Celestiais (Blofeld, 1979), entre outros tantos alquimistas desconhecidos no Ocidente, e a seita Mao Shan, fundada por uma mulher que viveu em 251-334 d.C. (Palmer, 1993, p. 96).

Um sistema moral é uma definição razoável para o confucionismo, estreitamente ligado ao caráter burocratizado da sociedade chinesa. Confúcio perambulou entre os reinos de seu tempo, durante o chamado período “feudal”, oferecendo seus conselhos e sabedoria aos príncipes, entre os séculos V e VI a.C. Pensador mais conhecido da China, Confúcio esboçou um sistema moral que privilegiava a virtude, a moral e a tradição. Em geral, os imperadores chineses detinham um mandato celestial que os tornava responsáveis pelo equilíbrio entre o céu (macrocosmo) e a terra (microcosmo). Assim, se o reino fosse mal, o imperador era responsabilizado por não estar honrando adequadamente seu mandato. A sociedade chinesa e, em especial, o confucionismo desenvolveram uma série de complicados rituais no sentido de promover a harmonia e a continuidade do império. Confúcio não encontrou nenhum príncipe disposto a lhe oferecer um posto no qual pudesse pôr em prática suas idéias e regressou ao estado de Lu (atual Shantung) amargurado, mas seu sistema não apenas persistiu até a revolução maoísta, como ainda é uma chave importante para se entender a mentalidade chinesa. Não logrou êxito na política, nem no casamento, pois segundo Lin Yutang, a senhora Confúcio o deixou livre para buscar uma esposa que pudesse seguir suas complicadas normas: “O arroz não está bem branco...”, “O guisado não está bem picadinho...” (apud Lin Yutang, s/d, p. 71).

O budismo, proveniente da Índia, difundiu-se na Ásia em meio ao comércio e se adaptou à mentalidade das regiões por onde passava (Ebrey, 1996, p. 98). Na versão chinesa, por exemplo, ganhou novas roupagens, sendo uma delas o *zen*, que foi muito badalado no Ocidente entre intelectuais e movimentos de contracultura. Enquanto no Tibete predomina uma linha mais exotérica, em associação com o lamaísmo, o zen budismo é mais filosófico, expressão da linha *mahayana* (grande veículo). Na prática, o budismo ofereceu aos chineses uma religião organizada, com uma doutrina que parecia melhor atender aos anseios de espiritualidade a partir de uma vida monástica. A partir do século XVI foram incrementadas as tentativas de conversão dos orientais ao cristianismo, pela ação de missionários franciscanos, jesuítas e dominicanos. Já os protestantes tiveram ação incisiva; no século XIX, a rebelião Taiping foi animada por uma estranha forma de cristianismo – no movimento messiânico promovido pelo “filho chinês de Deus” (Spence, 1998). Assim

como no cristianismo, o budismo, principalmente em sua versão hinayana (pequeno veículo/popular), insiste na noção de pecado como via de ingresso ao “inferno”.

O povo chinês se apropriou e transformou essas concepções ao longo de sua história milenar. Em relação ao que nos interessa, a mulher para o taoísmo é *yin*, receptora de energia e vida; no confucionismo, a mulher deve ocupar o lugar que lhe cabe na organização moral da sociedade, sendo soberana nesses domínios; finalmente, o budismo acrescenta fatalismo, e noções de pureza e recompensa transcendentais. A mulher é o cadinho onde se realiza a alquimia taoísta, mas aquela que deve seguir cegamente seu marido ou ainda a fonte do pecado, da luxúria, o desvio do caminho perfeito (tao-te).

A chamada “civilização chinesa” é considerada culta e refinada por seus admiradores, contrária à belicosidade e amante da paz, como se observa nas palavras de Giles (2000, p.27): “The chinese people reverence above all things literature and learning; they hate war [...]”. É chinês o ditado: não se faz prego com bom ferro, nem soldados com bons homens. A delicadeza dos rituais é mesmo dos homens. Tais características já eram percebidas pelos cronistas do século XVI, como Matteo Ricci:

Para lhe dizer a verdade, por mais que eu escrevesse à Vossa Excelência sobre os chineses, eu não diria que são homens de guerra, pois tanto na aparência exterior como no íntimo do coração, são como mulheres: se alguém lhes mostra os dentes fazem-se humildes, e qualquer um que os sujeite pode pôr-lhes o pé no pescoço. (Apud Spence, s/d, p. 55).

Matteo Ricci, Frei Gaspar da Cruz entre outros da época, como os holandeses, desdenharam dos cuidados com a aparência dispensada pelos homens chineses, seu apreço pelos cabelos e outros hábitos considerados muito “femininos”.

O contato entre povos diferentes é regido pelo princípio da alteridade, capaz de desencadear ancoragens e objetivações no cotidiano, componentes básicos dos processos que envolvem as representações sociais (Moscovici, 2003, p. 60). Há um estranhamento de algo novo – no caso o chinês – e sua inserção a um quadro preconcebido de idéias e conhecimentos que estabilizam a situação. Para o europeu da modernidade, cuidados com aparência são coisas de mulher e característicos de um povo que não sabe defender-se como homens. Como demonstrou Hartog (1999) em seus estudos sobre a Grécia, a divisão de funções entre homens e mulheres decorre de operadores lógicos: aos homens a guerra, às mulheres a procriação. Efeminados, os chineses não gostariam de combates ou violência. Sua suposta docilidade será alegada freqüentemente nas experiências de imigração realizadas no século XIX, quando os *coolies* foram requisitados em substituição ao trabalhador escravo. A passividade como elemento de representação sobre chineses deixa de fora elementos contraditórios, como o fato de terem criado as artes marciais, os métodos sofisticados de tortura e que as grandes rebeliões camponesas da humanidade ocorreram na

China. Em termos simbólicos, duas características podem ser destacadas: docilidade e exotismo. A China é tão delicada ou estranha quanto suas mulheres.

Assim são compostas as representações sobre os chineses, emergem da filosofia e dos tratados que circulam no Ocidente. É o que sabemos pelos cronistas e viajantes, aos quais se juntam filósofos e sinólogos do século XIX, e mais recentemente ainda pelos departamentos especializados de historiadores da academia. A literatura e o cinema popularizaram os chineses no mundo e cristalizaram a alteridade que ganhou corpo ao longo de tantos séculos. Ao serem estruturados em situações específicas, isto é, a partir das demandas de cada grupo social, tais símbolos criam representações sociais sobre os chineses, sempre que a tensão das antigas as torne insuficientes para dar conta do contexto.

4.2. A literatura: entre O-lan e a Mulher Imperial

A obra de Edward Said (2007) – *Orientalismo* – marcou os estudos sobre o Oriente ao desmascarar os preconceitos que desde o século XIX foram criados em nome da ciência. Por outro lado, o colapso do paradigma cientificista tornou problemático se falar de leis universais em ciências humanas. Mas o orientalismo se nutre de generalidades e imprecisões, é difícil não perceber essas características nas metanarrativas do Ocidente, nas filosofias da história, enfim, nos sistemas que desconSIDERAM o real, o vivido que tem nome e forma cotidiana. Paradoxalmente, em nome do conhecimento da realidade foi justamente a realidade a ser alienada. Onde a ciência dos dezenove afirmava neutralidade e universalidade, agora se diz alteridade e etnocentrismo.

Em Lin Yutang e Pearl S. Buck há muitas menções às mulheres chinesas, de camponesas, concubinas, esposas e imperatrizes. Nascidos em fins do século XIX e falecidos nos estertores da Revolução Cultural, eram provenientes ambos de uma base familiar conservadora e escreveram copiosamente sobre a China e seu povo. Ele, chinês que estudou no estrangeiro e viveu a partir de 1928 nos Estados Unidos; ela, americana que viveu na China, filha de missionários presbiterianos. São autores publicados no Brasil aos quais se une hoje em dia uma nova safra de autores. Neles o recato e a graciosidade são características marcantes da mulher chinesa. Flexibilidade – o atributo yin por excelência – que se traduz na prática numa subordinação ao homem. Em *Vento Leste, Vento Oeste* (Pearl Buck, 1960) observa-se o seguinte diálogo:

– Apesar de tudo, minha filha, só existe um caminho que uma mulher neste mundo deve seguir, custe o que custar. É preciso que você agrade ao seu marido. Ver destruir os resultados de meus esforços é demasiado para minhas forças. Mas você não pertence a minha família: você pertence a seu marido. Só lhe resta fazer uma coisa: fazer o que ele deseja (...) (p. 63).

O princípio filosófico apregoa que *a terra segue o céu*, enquanto o ditado popular enfatiza: o homem é o vaso e a mulher, a água, ou seja, ela se ajusta ao recipiente que a abriga. Mas na China populosa e miserável dos campos a condição feminina não assegurava a continuidade da família. De acordo com o costume, ela vai morar na casa do marido e assim priva a sua própria família de seu trabalho. A lógica cruel da sobrevivência é a seguinte: não há sentido em manter aquela que irá ser escrava de outra família. O nascimento de meninas era encarado com desgosto e o infanticídio feminino foi praticado até recentemente (Giles, op. cit.). A mulher virtuosa era aquela que gerava meninos saudáveis para o orgulho dos familiares. Entre as concubinas do imperador, este era um acontecimento importante, um menino seria um potencial herdeiro. No século XVII, Kangxi, segundo imperador da dinastia manchu, teve centenas de concubinas que disputavam sua atenção, contando com a ajuda de eunucos que as produziam de acordo com as preferências do soberano. Era mais uma oportunidade de ascensão àqueles que haviam renunciado à sua virilidade para sair da pobreza.

O infanticídio feminino e as concubinas são evidências para o Ocidente de violência contra a mulher. Numa obra em que traduz textos clássicos da prosa chinesa, Lin Yutang (1985) apresenta o seguinte trecho ocorrido numa casa de “cavalo magro”:

“*Kuniang* (senhorita), cumprimente!” A moça fazia uma vênia. A seguir era dito: “*Kuninang*, caminhe!” Ela caminhava. “*Kuniang*, volte-se!” Ela se voltava, ficando de frente para a luz e seu rosto era mostrado. “Desculpe, podemos ver sua mão?” A mulher enrolava-lhe a manga e expunha o braço inteiro. Sua pele era mostrada. “*Kuniang*, olhe para o cavalheiro.” Ela olhava, com o canto dos olhos. Seus olhos eram mostrados. “Qual é a idade da *Kuniang*.” Ela respondia. Sua voz era mostrada. “Caminhe mais um pouco, por favor.” Dessa vez a mulher erguia-lhe as saias [...] (p. 211-212).

Não era um pedido para mostrar as pernas, como pensaríamos a partir de nossa literatura erótica, e sim para serem exibidos os pés. A casa de “cavalo magro” era o local em que se negociavam concubinas. Segundo Lin Yutang, esse excerto do século XVII é “o modo menos romântico de conseguir uma amante; só comerciantes grosseiros comprariam uma concubina por esse processo” (ibid., p. 111). E aqui temos outro dado que alimenta a alteridade: o costume de atrofiamento dos pés. Não era praticado por todas as mulheres, como entre as etnias *hakka* e *miao*. Também as mulheres *manchus* e *mongóis* não enfaixavam os pés e mesmo entre a etnia han – maioria na China – não era um costume geral. As camponesas pobres, muitas vezes, não podiam dar-se ao luxo deste “requisite”, que era um impedimento para o trabalho pesado do campo. Mas desde a dinastia Song (960 – 1279) os pés pequenos, os “lírios dourados” tornaram-se um atrativo sexual e requisito de beleza feminina. Acreditava-

se também que a prática favorecia a geração de filhos saudáveis (Giles, op. cit, p. 26). Então, para conseguir um bom casamento, desde os cinco anos a menina tinha os pés enfaixados pela mãe. As ataduras eram trocadas periodicamente e apertadas, com intenção de impedir o crescimento dos pés. Os dedos eram comprimidos ao antepé e este inclinado à força em direção ao calcanhar. O peso do corpo sobre os dedos dificultava o caminhar normal, realçando a idéia de fragilidade feminina. Com o tempo, o arco se quebrava e na planta do pé era formada uma corcova (o “talo do lírio”). A dor insuportável e os riscos de infecções e morte por gangrena não impediram que nas dinastias seguintes – yuan e ming - o costume se tornasse popular e objeto de *fetichismo* masculino. O ritual de transmissão da técnica e dos cuidados, bem como a confecção de sapatilhas bordadas em seda, eram passados de mãe a filha, e só foi proibido com a instauração da república, em 1912.

– Se os pés da menina não forem atados, como conseguirá ela um bom marido? – disse a velha mãe, estupefata. Seus próprios pontudos e pequeninos pés estavam cruzados diante dela [...] (Pearl Buck, s/d, p. 52).

Estranho fetiche aos nossos olhos ocidentais, principalmente se desconsiderarmos a origem do termo fetiche (Latour, 2002). Do espartilho ao *split tongue* (língua de bifurcada ou língua de serpente), dos anéis para o crescimento do pescoço ao silicone, as culturas criam formas de expressar a beleza que é sempre estranha para aquele que dela não compartilha. Neste sentido, é simplista afirmar que se trata apenas de uma manifestação de submissão ao gênero masculino. Com relação aos “lírios”, os pés deveriam ficar escondidos por conta das inflamações e aspecto repugnante. Para O-lan, a personagem de A Boa Terra (Pearl Buck, 1974) não tinha tempo para a beleza e assim foi apresentada ao seu futuro marido, Wang Lung:

– [...] Você verá que ela tem o corpo forte e as faces largas de sua raça. Trabalhará bem para você, no campo, carregará água e tudo o mais que você desejar. Ela não é bonita, mas disso você não precisa. Só os homens ociosos precisam de mulheres bonitas para diverti-los [...] (p. 40-41)

A vida de O-lan em nada se parece com a das concubinas e esposas residentes em palácios, ocupadas em fuxicos e disputas sem fim. A sua existência era dirigida integralmente ao trabalho e ajudar seu marido a adquirir terras, garantia de sobrevivência no campo. Wang Lung enriquece, e sua ingratidão com a esposa nos provoca revolta, ainda que a autora procure mostrar com sutileza não haver outra alternativa, no contexto e lógica daquela sociedade, a não ser a ingratidão:

– Trabalhei e tornei-me rico. Gostaria que minha mulher não se parecesse tanto com uma pobretona. E esses teus pés... (p. 203-204)

Não teria acumulado terras e filhos não fosse o trabalho duro da esposa. Mas as mulheres da corte chinesa freqüentemente burlavam as normas de submissão, fato que merece registro dos historiadores e romancistas do Ocidente. A senhora Ren, ao tempo da dinastia Ming, não apenas deixou de seguir o costume de cometer o suicídio após a morte do amante, como se passou por imperatriz e tentou enganar os saqueadores do palácio (Clements, 2005, p. 108). Madame Wu ao completar quarenta anos decide arrumar uma concubina para o marido, farta de suas obrigações matrimoniais. Ela é o guia de fato daquela família aristocrática e seus dilemas existenciais fizeram-na aproximar-se perigosamente do irmão André – um dos tantos missionários cristãos que pregavam na China (Pearl Buck, 1948).

A vida palaciana era de tédio para as concubinas e esposas. A posição de cada uma delas era rigidamente estabelecida pela tradição e nem mesmo os homens podiam se furtar ao devido respeito pela *taitai*, a matriarca da família – a primeira mãe, avó. Em tempo de império, república ou comunismo, os romances estão repletos de tramas e intrigas, que destacam muitas vezes o caráter ardiloso da mulher chinesa. Como no caso de Peônia que trama contra Lia, por conta de sua descendência judia; seu diálogo com Wang Ma é revelador da condição feminina:

- Não podemos esperar a felicidade? – perguntou Peônia, pensativamente.
 - Claro que não, – disse Wang Ma com firmeza.
 - A senhora diz isso tão alegremente! – queixou-se Peônia. E começou a chorar docemente.
 - Só podemos ser felizes quando compreendemos que a vida é triste.
- (Pearl Buck, 1949, p. 79).

A imperatriz Cixi (1835 – 1908) se achava (e com certa razão) a mais poderosa entre as mulheres do planeta e se viu em confronto com as grandes potências imperialistas, assistindo a queda não apenas do orgulho chinês como o de sua própria dinastia (manchu). Louca ou ardilosa, tal como a concubina Yang Guifei, que se envolveu com um general e levou à ruína a dinastia Tang (Fairbank & Goldman, op. cit., p. 91). Sem contar Jiang Qing, a mulher de Maozedong, que enganou o Ocidente por tanto tempo – cínica, cruel e vingativa, nas palavras do especialista Simon Leys (2005), e também odiada por tantas outras mulheres pelos males da Revolução Cultural. Na saga *Os Cisnes Selvagens*, consagrado livro de Jung Chang (2006), três gerações de mulheres chinesas experimentam as transformações que em cinquenta anos do século XX sacudiram a velha China. Mulheres de pés atrofiados convivendo com jovens revolucionárias do partido comunista e das guardas vermelhas, que na retórica comunista são iguais para o combate à burguesia e ao capitalismo. Mas não é possível extinguir o passado pela força, como é possível perceber nesse trecho de uma obra que antecipa em algumas décadas a temática de *Os Cisnes Selvagens*:

A minha mãe faz-me pensar, simultaneamente, no passado e no presente. E ela própria, pertence ao passado, mas vive no presente e aceita o que é novo com fé, porque o passado foi tão digno dessa fé (Pearl Buck, 1969, p. 96).

O povo chinês gosta de aventuras e dramas como constata-se nos contos desde o período áureo da dinastia Tang – histórias de amor e sofrimento, traições e virtudes. Não há nada de espantoso ou maravilhoso nisso. De igual modo, as mulheres chinesas são senhoras imperiais, entre *taitais* e *meimeis*, concubinas, camponesas, revolucionárias idealistas, flores de Xangai (prostitutas), mulheres de conforto ou sapatos rasgados. Sapatos rasgados cabem em qualquer pé, grande ou pequeno, mulheres à toa:

– Está bem! Eu posso ser uma mulher impura, mas nenhuma de vocês é uma flor de pureza! Podem esperar que um dia desses eu vou botar a boca no mundo (Yuan-Tsung Chen, 1981, p. 78).

Ainda sabemos pouco das mulheres Taiping envolvidas em seu estranho cristianismo – talvez, o derradeiro capítulo das imposições cometidas em nome de Cristo. Mas a brutalidade contra as mulheres chinesas ainda pode ser ouvida, como se observa no seguinte relato:

Chen Jinyu tinha apenas 16 anos em 1941, quando os japoneses invadiram a China durante a Segunda Guerra Mundial [...] Foram quatro penosos anos que Chen atravessou trabalhando apenas por subsistência como uma “mulher de conforto”. Assim eram chamadas na época as mulheres que serviram sexualmente aos japoneses durante os oito anos de ocupação (Scofield Jr., 2007, p. 151).

O cartunista Henfil declarou, num livro (1981, p. 121) cheio de otimismo quanto aos rumos da sociedade chinesa, que o padrão de beleza atual privilegia os ombros das mulheres. Muito estranho aos nossos olhos, certamente. Os chineses por muito tempo continuarão provocando esse sobressalto típico das relações entre povos de cultura diferente e tal alteridade ainda causará muitos desentendimentos, entre risos, ofensas e preconceitos. Os chineses são um enigma, mas seus produtos estão em todas as prateleiras do mundo. Agora a oferta não é mais de *coolies*, trabalhadores braçais – tratados como boçais e reduzidos a um sistema de semi-escavidão e sim manufaturados sofisticados e toneladas de bugigangas de R\$ 1,99.

Neste sentido, a mulher chinesa não existe, ou apenas existe nos moldes da representação forjada pelo orientalismo. A criatura submissa e exótica é tão somente uma generalização colonialista. Não é a materialização pura do princípio *yin* e nem tampouco esconde sua vileza sob a capa da fragilidade. A mulher chinesa

é a expressão da riqueza da cultura e da sociedade ao longo dos tempos e que somente em sua vida cotidiana pode ser entendida. Os autores que aqui utilizamos como fontes escrevem para um público ocidental, mesmo quando são chineses ou lá viveram. E, neste sentido, contribuem para consagrar as representações sociais que temos sobre seu povo. Mas a própria diversidade de personagens e situações da literatura nos permite desconstruir tal imaginário, sem contar que na atualidade o cotidiano chinês é relatado numa perspectiva feminina por autoras nativas, como Xinran e suas “boas mulheres da China” (2007), Anchee Min (1998), Bao Lord (1990), entre outras, embora todas com algum tipo de relação com a sociedade ocidental. Percebe-se que as transformações que caracterizam o mundo da globalização também estão presentes na China, principalmente nos grandes centros urbanos.

A mulher chinesa tem sido registrada em situações que contrariam a imagem de submissão, mesmo em tempos recuados da história. Assim é que a imperatriz Ma esteve ombro a ombro com o fundador da dinastia Ming, Zhu Di, no combate aos mongóis, mostrando-se tão intrépida quanto os demais insurgentes (Henri Tsai, 2001, p. 22). Ou então como bem sucedida pirata, é o caso da ex-prostituta Shi Yang (Spence, 1998, p. 102); ou ainda, Akeu (id., p. 104), rica comerciante de gêneros alimentícios e de ópio; ambas viveram o conturbado século XIX, das agressões imperialistas.

No *site* da pesquisadora Anne Kinney² é possível mapear diferentes temas com envolvimento de mulheres em extensos períodos, o que evidencia haver registro de sua atuação ao longo da história – chega a ser surpreendente, considerando as características de uma sociedade patriarcal, sem espaço para “feitos” de mulheres. A partir do século XX, sacudido por guerras e transformações sociais, despontam lideranças na vida política chinesa e nomes como os de Song Qingling (1893-1981), Cai Chang (1900–1990), Deng Yingchao (1904–1992), Shi Liang (1900 – 1985) e Wu Yi (1938-) se destacam em termos de liderança revolucionária e atividade feminista. Entretanto, as revolucionárias comunistas teriam se masculinizado em nome da luta contra os “velhos costumes burgueses”, como diz Gilberto Scofield, que esteve na China e lançou recentemente um livro sobre a experiência. Em seu blog na Internet, afirma: “[...] a luta comunista significou também um projeto de Nação onde a mulher era primeiro camarada, um peão no jogo de xadrez para a construção da nova República Popular, e só depois mulher.”³ O jornalista constatou (2007, p. 205) o grande número de cirurgias para aumentar o tamanho dos olhos e como a estética ocidental está influenciando as mulheres chinesas. Mas talvez ainda seja possível ouvir as palavras do velho Wang ecoarem entre os milhões que vivem nos campos: “[...] a beleza numa mulher é inútil. Não cozinha o arroz, nem tece a seda, nem acende a lâmpada” (Pearl Buck, 1966, p. 91).

As versões modernas do aventureiro Marco Polo continuam assombrando

2 <http://jefferson.village.virginia.edu/xwomen/intro.html>

3 http://oglobo.globo.com/blogs/gilberto/post.asp?t=a_mulher_chinesa_tambem_emerge&cod_Post=70279&a=25

o mundo com suas “maravilhas”. Por não terem as amarras dos cientistas, os jornalistas saíram na frente nesta nova onda de interesse pela China, aos quais se juntam jornalistas orientais, como a já citada Xinran, que declarou sobre seu livro mais conhecido:

Quando comecei a escrever “As Boas Mulheres da China”, em 1998, já morava na Inglaterra. Decidi escrever o livro porque meus alunos, quando eu dava aulas na Universidade de Londres, conversavam comigo sobre as mulheres chinesas e diziam que elas eram fisicamente distantes, emocionalmente frias, e isso me deixava brava. Ao mesmo tempo, eu estava ferida pela ignorância das pessoas no Ocidente, por como era limitado o conhecimento delas sobre o meu país, um país enorme, com 1,3 bilhão de habitantes, 5.000 anos de civilização, e ninguém sabia disso. Então escrevi o livro. E quando meus alunos perguntavam sobre as mulheres chinesas, por que elas não se preocupavam com os relacionamentos, com sexo, com beleza, ou gosto, eu ficava muito irritada. Eu tinha entrevistado mulheres chinesas, cara a cara, mais de duzentas mulheres. Eu sabia como elas são fantásticas, sabia quão ricos são os seus sentimentos.⁴

Em sua obra mais recente publicada no Brasil (2009), a autora continua com seu projeto de dar voz aos chineses anônimos. Mas voltando ao que nos interessa, e parodiando o poeta, a beleza feminina é uma marca importante de alteridade. No *blog* do jornalista Felipe Machado⁵ há uma seleção das “mulheres mais bonitas da China”; e aqui transcrevemos na íntegra os comentários de dois leitores:

18.08.08 @ 11:31

Com certeza já fizeram plásticas para os olhos, boca, peitos, bumbum, etc..

18.08.08 @ 13:58

Os rostos são lindos mesmos, mas quando vemos o corpo, que não tem nada a ver com o padrão ocidental, dá um ‘glup’... :D

Imagens são manifestações ou tentativas de conhecimento e comunicação, mas podem servir igualmente de marcas de desvalorização ou de exclusão. Assim, as fantasias inspiradas pela mulher chinesa não estão associadas à beleza, já que não a possuem aos olhos ocidentais. Neste caso, a representação se torna um estigma de raça e acompanha não uma pessoa, mas todo um povo. Para os ocidentais a China se embeleza ou se transforma pela influência exterior. Uma cópia que se obtém no

4 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u585792.shtml>

5 http://blog.estadao.com.br/blog/pingpong/?title=as_mulheres_mais_bonitas_da_china&more=1&c=1&tb=1&pb=

bisturi ou pela força das idéias – como no filme *Balzac e a Costureirinha Chinesa* (2002) em que os livros do escritor francês transformaram subversivamente dois rapazes enviados para reeducação no campo e uma jovem da pequena localidade. Na atualidade, a dócil e exótica criatura de pés diminutos se transformou na consumidora voraz dos tempos de globalização. E assim mais uma vez a imagem da mulher chinesa e a de seu país estão intrinsecamente associadas.

5. Considerações Finais

A modernidade nos trouxe finalmente os antípodas. Diferentes, estranhos, fascinantes e sedutores, misteriosos e perigosos – os chineses. Ao longo deste período foi criado um imaginário acerca de sua cultura e do seu próprio ser, expresso em palavras de uso comum, tais como China, kung fu, coolies, junco, entre outras. Mas a presença de chineses em nosso cotidiano por conta de seu avassalador crescimento econômico nos obriga a repensar as velhas noções e preconceitos, criados num passado que ainda se mantém vivo. O imaginário presente na literatura e conceitos filosóficos tradicionais agora se mistura à nova safra de produções literárias, filmes, documentários e artigos de especialistas, elaborados para serem consumidos no Ocidente. A alteridade contida na base tradicional é assim tensionada por novos conhecimentos e informações, criando um ambiente propício ao surgimento de novas representações sociais.

As generalizações - que no caso da mulher chinesa se baseiam em estigmas no estilo “mulher exótica”, “submissa e misteriosa”, de passos tão curtos quanto os seus pés – são componentes de um imaginário caricatural, sedutor e redutor, subproduto dos interesses de expansão econômica e de afirmação identitária ocidental. A mulher que ocupa o espaço territorial da China pode pertencer a etnias e tradições distintas e mesmo que não seja da etnia *han* recebe os respingos de um passado longo e construído imaginariamente, combinando a tradicional lógica patriarcal e o processo histórico conhecido por modernidade.

Nossa análise evidenciou uma situação ambígua. A imagem da mulher se confunde com a do país: fino, dócil, delicado, passivo e misterioso. Aos olhos das sociedades patriarcais do Ocidente é uma nação feminina. Mas entre o feminino contido nos princípios filosóficos e a realidade interna da China há uma distância considerável. As mulheres no campo trabalhavam pela sobrevivência, subordinadas à lógica da subsistência e ao patriarcado na sua versão oriental; as da corte obedeciam à etiqueta estabelecida pelo cânone confucionista, mas estiveram também presentes em conspirações palacianas, rebeliões e, eventualmente, dirigiram a nação. São as princesas e imperatrizes que fornecem o modelo da mulher chinesa ao exterior.

O artigo demonstrou, portanto, que a mulher chinesa não é tão exótica quanto o imaginário ocidental a representa, o que não significa negar as especificidades de sua cultura e de suas demandas contra o patriarcado. Na atualidade, menos que conhecê-las de fato, a globalização se apressa em traçar seu perfil de consumidora,

de olho nas potencialidades do mercado chinês. Como parte de nossos estudos sobre chineses e representações sociais, inserimos o gênero para mapear os símbolos que criaram historicamente a mulher chinesa, dentro do processo de alteridade que caracteriza a relação Oriente-Occidente.

Referências bibliográficas e fontes

ARRUDA, Angela. Representações Sociais e Movimentos Sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes & Oliveira, Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

_____. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, nº 117, p. 127-147, novembro de 2002.

BAO LORD, Bette. **Heranças. Um Mosaico Chinês**. São Paulo: Best Seller, 1990.

BANCHS, Maria A. et al. Imaginarios, Representaciones Y Memoria Social. In: ARRUDA, Angela & ALBA, Martha de (coords.). **Espacios imaginarios y representaciones sociales: Aportes desde Latinoamérica**. Barcelona: Anthropos Editorial / UAM, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOECHAT, Walter. A Desconstrução do Masculino. In: NOLASCO, Sócrates (org.). **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BLOFELD, John. **Taoísmo. O Caminho para a Imortalidade**. São Paulo: Pensamento, 1979.

BUCK, Pearl. **A Boa Terra**. São Paulo: Abril, 1974.

_____. **As três filhas da senhora Liang**. Lisboa: Livros do Brasil, 1969.

_____. **A Borboleta de Prata**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. **Vento Leste, Vento Oeste**. São Paulo: Boa Leitura Editora, 1960.

_____. **Refúgio Tranquilo**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949

_____. **Pavilhão de Mulheres**. São Paulo: Editora Globo, 1948.

_____. **A Primeira Esposa**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

CASTRO, Paula (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. In: **Revista Análise Social**. Lisboa: vol. XXXVII (164), 949-979. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/index.htm>. Acessado em 28/07/2009.

CHEN, Yuan-Tsung. **Memórias de uma Revolucionária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

- Contos da Dinastia Tang.** Publicado por Edições em Línguas Estrangeiras. Beijing, 1986.
- CLEMENTS, Jonathan. **Rei Pirata. Coxinga e Queda da Dinastia Ming.** São Paulo: Madras, 2005.
- CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado In: **Revista Dossiê.** . Porto Alegre: ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 66-92.
- DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18).** Volumes I e II. São Paulo: Edusc, 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. **Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira nos Anos 1980: experiências e horizontes.** Passo Fundo: UPF, 2004.
- EBREY, Patricia Buckley. **China.** United Kingdom: Cambridge University, 1996.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 4ª edição.
- FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. **China. Uma Nova História.** Rio G. Sul: L&PM, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A Vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1980. 3ª Edição.
- GALL, Michel. **Yi King. La Biblia China.** Barcelona: Gedisa, 1980.
- GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas.** São Paulo: Edusp, 1996.
- GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GUARESCHI, Pedrinho. “Sem Dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes. 1995. 2ª edição.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto.** Minas Gerais: UFMG, 1999.
- HENRY TSAI, Shih Shan. **Perpetual Happiness. The Ming Emperor Yongle.** EUA: Washington Press, 2001.
- HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Temas Básicos da Sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1973.
- JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JOFFE, Hélène & Staerklé, Christian. **The Centrality of the Self-Control Ethos in Western Aspersions Regarding Outgroups: A Social Representational Approach to Stereotype Content. Culture & Psychology.** Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, SAGE Publications, 2007. Vol. 13(4): 395–418.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAOZI (ou Lao-Tzu). **Tao-Te King**. São Paulo: Pensamento, 1978

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fé(i)tiches**. São Paulo, Edusc, 2002.

LEYS, Simon. **Ensaio sobre a China**. Lisboa: Cotovia, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais, Projetos Globais. Colonialidade, Pensamento Liminar e Saberes Subalternos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIN, Anchee. **Azaléia Vermelha**. São Paulo: Scipione, 1998.

MOSCOVICI, Serge & Doise, Willem. **Dissensões e Consenso: uma teoria geral das decisões coletivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOLASCO, Sócrates (org.). **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **De Tarzan a Holmer Simpson**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

PALMER, Martin. **Elementos do Taoísmo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.
Por Dentro da Cidade Proibida. Documentário. Discovery Channel. 1995.

RODRIGUES, ANTONIO EDMILSON M. & FALCON, Francisco José Calazans. **Tempos Modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAID, Edward S. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SCOFIELD Jr., Gilberto. **Um Brasileiro na China**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **O Palácio da Memória de Matteo Ricci**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. **O Filho Chinês de Deus**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 3ª edição.

XINRAN, **As Boas Mulheres da China**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007

_____. **Testemunhas da China: vozes de uma geração silenciosa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

YUTANG, Lin. **De Pagão a Cristão**. Rio de Janeiro: Pongetti, s/d.

_____. **A Importância de Compreender**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

O QUE QUERES TU MULHER? MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO NO DEBATE DE CONSTITUCIONALIDADE DA “LEI MARIA DA PENHA”

Luciana Santos Silva¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Hojaij Gouveia

1. Introdução

O presente artigo visa analisar as manifestações de Gênero nas argumentações jurídicas, coletadas em artigos e peças processuais², que contêm manifestações acerca do debate sobre a constitucionalidade da lei 11340/2006, conhecida como “Lei Maria Penha”. A referida norma foi sancionada no ano de 2006, com o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher no âmbito doméstico e intrafamiliar.

A “Lei Maria da Penha” é um microsistema legislativo que alberga normas dos diversos ramos do Direito, tais quais: Direito Penal, Direito Trabalhista, Direito Civil e Direito Administrativo, percebendo a violência contra a mulher e sua superação como fenômeno multidisciplinar, regulando a criação de juizados específicos para julgamento das causas e a intervenção de equipe formada por profissionais de diversas especialidades com vistas à superação da violência.

A entrada em vigor da lei 11.340/2006 cindiu o campo jurídico no que diz respeito a sua adequação aos preceitos da Constituição Federal. Uma corrente de juristas entende que a “Lei Maria da Penha” ao afastar da sua tutela o homem vítima de violência doméstica³ tem o objetivo de promover a igualdade de Gênero na medida em que historicamente são as mulheres que vêm sofrendo com a violência familiar.

Por outro lado, foi identificado um grupo do campo jurídico que advoga que a lei fere o princípio constitucional da igualdade⁴, visto que cria um desequilíbrio nas relações de Gênero quando protege apenas as pessoas do sexo feminino, culminando, segundo entendimento do grupo, em uma indesejada discriminação em razão do sexo.

1 Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora de Direito Penal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciências – Vitória da Conquista - BA. Diretora da União de Mulheres de Vitória da Conquista - BA.

2 No jargão jurídico, são manifestações escritas em um processo: decisões, petições e pareceres.

3 A “Lei Maria da Penha” delimita, de forma expressa, sua aplicação apenas às mulheres em situação de violência doméstica, excluindo os homens de sua tutela, mesmo que vítimas de violência.

4 O principal foco de discussão sobre a adequação ou não da “Lei Maria da Penha” à Carta Maior parte do princípio constitucional inserto no art. 5º da CF, o qual inscreve que: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

A partir desse debate que se instaura no campo jurídico, o presente trabalho com foco nas Ciências Sociais pretende, através da interseção entre Direito e Gênero, analisar as manifestações de Gênero a partir do debate jurídico sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”.

Para tanto foi utilizada a definição de campo jurídico apresentada por BOURDIEU (2006) para delimitar o campo a ser pesquisado. Para o citado autor, o campo jurídico é composto pela atividade da prática jurídica e da academia, servindo como ponto intermediário entre o mundo social e a técnica do Direito.

Desse modo, o material selecionado para pesquisa, tornado fonte documental, é formado por peças processuais, artigos e livros produzidos por bacharéis em Direito. O mapeamento foi feito a partir da divulgação pela imprensa e na internet de notícias sobre processos judiciais que versavam sobre a “Lei Maria da Penha”, dos quais foram obtidas cópias de seus principais excertos por intermédio de colegas de trabalho ou contato por telefone com o órgão responsável.

A busca dos artigos acadêmicos e livros se deu também a partir de citações encontradas nas referidas decisões judiciais ou em outros artigos e livros examinados, bem como por consulta na internet e em publicações de periódicos jurídicos. As peças processuais, artigos e livros levados em consideração compreendem o período de agosto de 2006, quando a lei foi sancionada, a dezembro de 2008.

Assim, o material pesquisado conta com cento e dois documentos entre sentenças de primeiro grau, acórdãos, petição inicial de Ação Direta de Constitucionalidade, pareceres, livros e artigos jurídicos, com representação de todas as regiões que compõem a República Federativa do Brasil. Para análise dos mesmos foi desenvolvido um instrumento de pesquisa semi-estruturado (anexo 1), o qual foi preenchido a partir da leitura dos documentos selecionados.

Essa técnica de pesquisa prática documental foi utilizada por GROSNER (2008), que aplicou instrumento de pesquisa em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a fim de investigar a seletividade do sistema penal a partir das manifestações jurídicas daquele Tribunal. Assim como GROSNER (2008), IZUMINO (2004) também fez uso dessa técnica para investigar, a partir de decisões judiciais, a percepção que as mulheres em situação de violência doméstica têm do Poder Judiciário. A pertinência da técnica nesta pesquisa se dá pelo fato do campo jurídico ser também aqui delimitado a partir de documentos jurídicos, o que guarda semelhança com os trabalhos citados.

A interpretação dos dados e mesmo a elaboração do instrumento de pesquisa teve por base a categoria analítica de Gênero, entendida como construção de identidade sexual, tendo por base relações de poder calcadas no patriarcalismo que reifica a mulher e institui o padrão heterossexual como norma.

A pesquisa identificou três grupos no campo jurídico que tratam do debate sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”: a) um que reputa a lei inconstitucional e propõe sua retirada do sistema jurídico (grupo I); b) um que tem a lei como inconstitucional, apontando como solução a aplicação da lei aos homens

(grupo IR); e c) o grupo que percebe que a “Lei Maria da Penha” está em perfeita sintonia com a Constituição Federal (grupo C), conforme apontam as discussões seguintes.

2. Resultados e discussão da pesquisa

2.1. Percepção do Grupo que Advoga a Inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”

O primeiro aspecto analisado sobre as manifestações jurídicas de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” diz respeito ao reconhecimento da assimetria social entre mulheres e homens. As considerações aqui expostas resultam da aplicação do instrumento de pesquisa (anexo 1) ao grupo de documentos (I) que percebem a lei 11.340/2006 como inconstitucional.

Assim, a pesquisa procurou averiguar se o campo jurídico, ao julgar a “Lei Maria da Penha” inconstitucional (grupo I), levou em consideração os debates voltados para a construção teórica da categoria analítica de Gênero. No instrumento de pesquisa (anexo 1), os itens sete a dez serviram para basilar as conclusões aqui apresentadas acerca da interface entre Gênero e campo jurídico.

Neste aspecto, a pesquisa constatou que ao reputar a “Lei Maria da Penha” inconstitucional, o campo jurídico não incorpora a categoria analítica de Gênero. A partir daí percebemos que há uma cisão entre campo jurídico e campo social, na medida em que de forma generalizada há a percepção de diferenças entre as pessoas, sendo vedado ao campo jurídico seu reconhecimento.

Como ilustração desse resultado, podemos citar trecho do documento I- 01 que sustenta a inadequação da “Lei Maria da Penha” à Carta Constitucional:

“A lei contém diversos problemas que merecem uma análise mais aprofundada da doutrina e da jurisprudência. Em primeiro lugar, está a sua duvidosa constitucionalidade. A Constituição de 1988 é peremptória ao determinar que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações’ (art. 5, I). Obviamente, a própria Constituição prevê exceções a favor da mulher, como a licença-maternidade gozada em tempo superior à licença-paternidade (art. 7º, XVIII e XIX). Exatamente por serem excepcionais essas normas, incide o princípio de hermenêutica (‘as exceções devem ser interpretadas restritivamente’), que proíbe a utilização da analogia para criar novas discriminações a favor da mulher ou de quem quer que seja.”

Aqui notamos que a disposição argumentativa das manifestações de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” tenta apresentar-se alijada do campo social, quando entende que qualquer lei, a exceção da Constituição Federal, não

pode trazer tratamento diferenciado em favor da mulher, vedando ao Direito, fora do âmbito constitucional, qualquer interferência para equilibrar as disparidades sociais entre homens e mulheres.

Também expressando o isolamento do campo social no debate sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha” segue excerto do documento I-06:

“Nesse diapasão quando a Carta Magna, dentre o rol dos direitos fundamentais, consagrou igualdade entre homem e mulher estabeleceu uma isonomia plena entre os gêneros masculino e feminino, de modo que legislador infraconstitucional não pode – sob qualquer pretexto – promover discriminação entre os sexos em se tratando de direitos fundamentais, visto que estes já lhe são igualmente assegurados.”

Bem explica o assunto Rosemiro Pereira Leal: *Não há direito à diferença no plano dos direitos fundamentais já acertados constitucionalmente para todos, sob pena de romper o princípio da igualdade jurídica*. A possível existência de direitos diferentes só ocorre no sobrenível da normatividade fundamental. Enfatiza o autor que “direitos diferentes, na teoria da democracia, não geram diferenças jurídico-fundamentais entre pessoas a suplicarem tratamento discriminatório”. As desigualdades possíveis seriam apenas físicas, psíquicas, culturais, estéticas, ideológicas ou econômicas. Portanto, o negro, o índio, o homossexual, a lésbica, o deficiente não são desiguais a ninguém quanto aos direitos fundamentais na teoria da constitucionalidade democrática. Tanto eles quanto os brancos, os amarelos, as mulheres, os heterossexuais: ‘homem ou mulher’ são iguais em direitos fundamentais e titulares de igualdade processual (simétrica paridade-isonomia) no direito democrático.

A Lei n.º 11.340/2006 tem como fim específico combater a violência contra a mulher e assegurar o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art.3º), ou seja, visa assegurar direitos fundamentais única e exclusivamente às mulheres.

Destarte, a denominada “Lei Maria da Penha” viola o direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres e, como já exposto, não existe direito à diferença entre direitos fundamentais, razão pela qual não há outro caminho a seguir senão de reconhecer a inconstitucionalidade da lei em análise. (Grifos do original).

O excerto citado, representativo do grupo I, invisibiliza no plano do Direito qualquer assimetria de poder entre mulheres e homens, quando utiliza como premissa argumentativa o fundamento de que possíveis disparidades são criadas pela “Lei Maria da Penha”, na medida em que esta protege a mulher e não estende aos homens o mesmo tratamento jurídico.

Aqui há uma inversão no sentido de que é o campo jurídico, ao aplicar e

reconhecer a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, que cria desigualdades entre mulheres e homens. As disparidades de Gênero são totalmente invisibilizadas como construção cultural, como realidade do campo social para galgarem o status de criação, leia-se ficção, jurídica.

Destacamos, ainda, o documento I-09 que traz para construção da argumentação de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” a seguinte premissa:

“[...] O mundo é e deve continuar sendo **masculino, ou de prevalência masculina, afinal**. Pois se os direitos são iguais - porque são -, cada um, contudo, em seu ser, pois as funções são também **naturalmente** diferentes. Se se prostitui a essência, os frutos também o serão. Se o ser for conspurcado, suas funções também o serão. (...)” (Grifos do Original).

Além de pregar expressamente a manutenção do *status quo* nas relações de opressão de Gênero, o excerto trabalha com a naturalização desse processo histórico quando prescreve que a prevalência masculina é característica imutável do mundo (“*o mundo é e deve continuar sendo masculino*”). Esse argumento é construído através da segregação de funções afetas ao masculino e feminino, biologizando as relações de Gênero, o que pode ser observado quando o documento afirma que embora homens e mulheres sejam iguais em direitos, “*suas funções são naturalmente diferentes*”.

Para BOURDIEU (2007) um dos mecanismos da opressão de Gênero se dá pelo discurso de naturalização, que consiste em imputar as diferenças entre mulheres e homens a fatores biológicos. Desse modo, as assimetrias de Gênero perdem seu caráter cultural, histórico e contingente, sendo internalizadas como natural e imutável.

Outro ponto que merece destaque é o apelo à ordem divina como meio de invisibilizar o processo sócio-cultural de hierarquização das relações de Gênero. Senão vejamos a transcrição de parte do documento I-09 sobre o tema:

“Esta ‘Lei Maria da Penha’ - **como posta ou editada** - é, portanto, de uma heresia manifesta. Herética porque é antiética; herética porque fere a lógica **de Deus**; herética porque é inconstitucional e por tudo isso flagrantemente injusta.

Ora! A desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher - todos nós sabemos -, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem.

Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher disse: [...] o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará [...].

Já está lei diz que aos homens não é dado ‘controlar as ações (e) comportamentos [...] de sua mulher (art. 7º, inc. II). Ora! Que o ‘dominar’ não seja um ‘você deixa?’, mas ao menos um ‘o que você acha?’ Isto porque o que parece ser não é e o que efetivamente é não parecia ser. Por causa da maldade do ‘bicho’ Homem, a Verdade foi então por ele interpretada segundo as suas maldades e sobreveio o caos, culminando na relação entre homem e mulher, que domina o mundo nesta preconceituosa lei.

Mas à parte dela, e como inclusive já ressaltado, o direito natural, e próprio em cada um destes seres, nos conduz a conclusão bem diversa. Por isso - e na esteira destes raciocínios - dou-me o direito de ir mais longe, e em definitivo! O mundo é masculino!⁵ A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi Homem! À própria Maria - inobstante a sua santidade, o respeito ao seu sofrimento (que lhe credenciou como ‘Advogada’ nossa diante o Tribunal Divino) - Jesus ainda assim a advertiu, para que também as coisas fossem postas, cada uma em seu devido lugar: “que tenho contigo, mulher!?”

Quando o documento I-09 afirma “*que a desgraça humana começou no Éden*” lança mão, assim como a sociedade Cabila (BOURDIEU: 2007), do recurso ao mito original de criação como forma de lastrear o predomínio masculino posto como ordem suprema e inquestionável, uma vez que transcende aos humanos e à sociedade (categoria ahistórica), fazendo parte do desejo e do mistério divino.

Argumentação utilizada no citado documento para defender a inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006, além de recorrer à fundamentação divina, forja a neutralidade do campo jurídico através da naturalização das assimetrias de poder entre mulheres e homens. Ao recorrer à sustentação religiosa e biologizante o documento I-09 retira a legitimidade do campo jurídico ou de qualquer outra força social para modificar as relações de Gênero.

A “Lei Maria da Penha”, que o documento I-09 adjetiva de herética, é tida como criadora de discriminação injusta ao determinar dispositivos de proteção apenas para as mulheres. Aqui não há invisibilização das disparidades sociais entre mulheres e homens, há, sim, o reconhecimento que a “Lei Maria da Penha” inverte

5 O autor (juiz da comarca mineira de Sete Lagoas, que sofreu representação no conselho Nacional de Justiça acusado de posicionamentos machistas em decisões judiciais) do documento citado em nota de esclarecimento sobre suas sentenças afirma que: “Mas, afinal, o que quis dizer eu com ‘prevalência masculina’? Ora! O que quisemos dizer foi o seguinte: suponhamos uma situação de absoluto e intransponível impasse entre o marido e a esposa sobre determinada e relevante questão doméstica -- um e outro não abrem mão de sua posição e não se entendem. Qual das posições deverá prevalecer até que, civilizadamente, a Justiça decida? De minha parte não tenho dúvida alguma que deverá prevalecer a decisão do marido. E vou mais longe: creio que não será do agrado da esposa que fosse o inverso, porque, repito, a mulher não suporta o homem emocionalmente frágil, pois é exatamente por ele que ela quer se sentir protegida -- e o deve ser -- e não se sentiria assim se fosse o inverso”. (FOLHA DE SÃO PAULO: 24 DE OUTUBRO de 2007)

a ordem tida como natural e original das relações patriarcais de Gênero, em que a hegemonia masculina deve prevalecer.

Outro ponto de constatação da pesquisa quanto ao grupo que entende ser a “Lei Maria da Penha” inconstitucional foi a privatização do conflito de Gênero, especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher. A partir da análise qualitativa dos quesitos onze e doze do instrumento de pesquisa foi possível perceber que o grupo I ao afastar o campo jurídico, solução pública de conflitos, como meio legítimo de intervenção nos casos de violência doméstica contra a mulher, remete a celeuma à esfera privada do lar e das relações íntimas. Isto pode ser observado no documento I-06 ao apresentar razões para a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, senão vejamos:

“Frise-se, ao final, a propósito do que foi dito acima, que não deixamos de estar sensibilizados com a tragédia que vitimou a Sra. Maria da Penha, que, por um horrível drama familiar, emprestou o nome à lei em comento. O que não podemos aceitar é uma lei travestida de vingança social com sérias conseqüências no cotidiano de milhares de outras pessoas, como soe acontecer com esta e outras que “respondem” ao apelo momentâneo e emporcalham o sistema por vários anos”.

O documento citado, representativo do grupo I, privatiza as relações de Gênero, negando a violência doméstica enquanto conflito social. A reivindicação individual e coletiva por igualdade entre os sexos é invisibilizada quando o caso da Sra. Maria da Penha, que serviu de bandeira para a criação da lei 11.340/2006, é visto como mero conflito familiar. As instâncias públicas e o Direito, em especial, não são reconhecidos como instância de intervenção legítima nesta seara específica. A violência doméstica contra a mulher é remetida ao predomínio do espaço privado como limite para discussão.⁶

No mesmo sentido, a idéia de privatização da violência doméstica é refletida no documento I-0, o qual traz que:

“O Estado, com suas costumeiras pretensões totalitárias, entra na vida familiar e disciplina o que é ou não permitido. De repente, pequenos atritos diários podem ser considerados crimes ou dar ensejo a indenizações por dano moral”.

Do mesmo modo, a violência doméstica é privatizada, sendo a “Lei Maria da Penha” vista como invasão totalitária na vida familiar. Os crimes praticados contra a mulher no âmbito do lar são minimizados e referidos como pequenos atritos diários.

⁶ Aqui há um movimento inverso do pleiteado pelo movimento feminista na década de 60 e 70, que seria de tornar pública a violência doméstica contra a mulher.

Alguns documentos analisados que compõem o grupo I, a exemplo do I-01, assumem de forma direta a hegemonia do masculino, senão vejamos:

“A pretexto de proteger a mulher, a lei considera-a como incapaz de cuidar de sua higidez mental, podendo ser ‘ferida em sua auto-estima’ por qualquer palavra ou atitude dissonante do companheiro. [...] Assim, ser punido por atos que inevitavelmente ocorrem no cotidiano de um casal significa penalizar o homem como tal e não os fatos em si. Enfim, nos dias de hoje, ser homem pode ser um crime, exceto se pertencer a alguma minoria legalmente protegida, como negros, índios, idosos, crianças, adolescentes e, em um futuro próximo, homossexuais. Nesses casos, a ‘condição moralmente inferior’ do homem pode ser ‘compensada’ pelo fato de que a lei o considera também como uma vítima!”

Os valores das relações patriarcais de Gênero são reafirmados diante da desqualificação da violência contra a mulher, chamada eufemisticamente de “atitude dissonante”, inferiorizando a mulher ao rotulá-la de incapaz e frágil por sentir sua autoestima ferida quando vítima de violência.

Ao apresentar os atos que a Lei coíbe e pune como atos inevitáveis no cotidiano de um casal, ao lado da afirmativa de que ser homem pode ser um crime, equipara-se homem e violência, sinalizando que a violência em uma relação doméstica é algo natural, sendo a “Lei Maria da Penha” a violadora da ordem do lar.

A partir dessas premissas, durante a pesquisa foram sendo observadas algumas constatações que inicialmente não estavam em nossos objetivos. Desse modo, a partir da análise do grupo I que se manifesta pela inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, além da percepção de Gênero nos documentos e da relação público/privado, verificaram-se as representações de Gênero que se constroem tendo por base a heterossexualidade como padrão de relacionamento íntimo.

Assim, outro aspecto representativo do Sujeito Constitucional, característico da dualidade do pensamento patriarcal que surge do binômio: homem/mulher é a assunção da heterossexualidade como padrão de orientação sexual. Observamos também que a representação social da heterossexualidade como norma de comportamento é reforçada por parte do grupo I, quando, por exemplo, o citado documento I-01 destaca que ser homem pode ser crime, salvo, se homossexual, categoria adjetivada como “moralmente inferior”.

Esse padrão se repete no documento I-09 nos seguintes termos:

“Enfim! Todas as razões históricas, filosóficas e psicossociais, ao invés de nos conduzir ao equilíbrio, ao contrário vêm para culminar nesta lei absurda, que mais se assemelha a uma bomba. Aquele que ama a mentira, a dissimulação, a perfídia e a confusão certamente está rindo à toa! Porque a vingar este conjunto normativo de regras diabólicas, a

família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras - porque sem pais; o homem subjugado, sem preconceito, como nós vimos, não significa sem ética; a adoção por homossexuais e o ‘casamento’ deles, como mais um exemplo. Tudo em nome de uma igualdade cujo conceito tem sido substituído em nome de uma sociedade igualitária”.

Como representação social do excerto citado, a vigência da “Lei Maria da Penha”, à semelhança da caixa de pandora, trouxe à tona o desequilíbrio, a mentira, a dissimulação, a perfídia, a confusão e a quebra da isonomia social entre mulheres e homens, corrompendo a ética, assim como o casamento e a adoção por homossexuais. Como base nesta idéia, além da subjugação da mulher no espaço privado do lar, a heterossexualidade é reforçada como única forma de orientação sexual legítima.

Enfim, o estudo do campo jurídico que se manifesta pela inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” constatou nessas manifestações a produção e reprodução das relações patriarcais de Gênero, construídas a partir da uma argumentação jurídica que se apresenta como neutra, imparcial e sem qualquer relação dialógica com o campo social.

2.1.2. Resultados do Grupo que Defende a Aplicação da “Lei Maria da Penha” aos Homens

Durante a aplicação do instrumento de pesquisa foi identificada uma fração do campo jurídico, inicialmente alocada no grupo que se manifesta pela constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, com a ressalva de que a mesma pode ser aplicada aos homens. Após análise qualitativa do instrumento de pesquisa percebemos que esse grupo, embora repute a Lei constitucional, traz uma estratégia jurídica que o equipara ao grupo que manifesta a inconstitucionalidade. O ponto convergente entre ambos é o entendimento que a Lei 11.340/2006 viola o princípio constitucional da igualdade.

Diante disto, o campo jurídico que foi inicialmente dividido em dois grupos (manifestação de inconstitucionalidade e manifestação de constitucionalidade) foi acrescido por um intermediário (manifestação de constitucionalidade com aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens), demandando um novo rearranjo.

Enquanto que o grupo I que advoga a inconstitucionalidade da lei 11.340/2006 por entender que o princípio da igualdade foi violado propõe a retirada da Lei do ordenamento jurídico, o grupo que defende a constitucionalidade, desde que a Lei seja aplicada a qualquer pessoa, também parte da premissa da violação do princípio da igualdade, contudo, em lugar da retirada da Lei do sistema jurídico, apregoa a sua extensão a qualquer pessoa que sofra violência doméstica.

Embora o grupo que defende a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens aponte como conclusão a constitucionalidade da Lei, desde que não restrita

às mulheres, sua fundamentação tem por base o argumento da inconstitucionalidade relativa, por violação ao princípio constitucional da isonomia. Diante disto, optamos por deslocar esses documentos do grupo que defende a constitucionalidade da Lei, alocando-o no grupo que advoga sua inconstitucionalidade.

Em consonância com o grupo I, anteriormente analisado, o grupo denominado de IR que defende a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens tem por característica a não utilização da categoria analítica de Gênero, negando, em geral, assimetria no exercício de poder entre mulheres e homens na sociedade.

O documento IR- 01, representativo do grupo, traz o seguinte argumento:

“A inconstitucionalidade por discriminação propiciada pela Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha) suscita a outorga de benefício legítimo de medidas assecuratórias apenas às mulheres em situação de violência doméstica, quando o art. 5º, II, c/c art. 226, §8º, da Constituição Federal, não possibilitaria discriminação aos homens em igual situação, de modo a incidir em inconstitucionalidade relativa, em face do princípio da isonomia. Tal inconstitucionalidade, no entanto, não autoriza a conclusão de afastamento da lei do ordenamento jurídico, mas tão somente a extensão dos seus efeitos aos discriminados que a solicitarem perante o Poder Judiciário, caso por caso, não sendo, portanto, possível a simples eliminação da norma produzida como elemento para afastar a análise do pedido de quaisquer das medidas nela previstas, porque o art. 5º, II, c/c art. 21, I e art. 226, §8º, todos da Constituição Federal, compatibilizam-se e harmonizam-se, propiciando a aplicação indistinta da lei em comento tanto para mulheres como para homens em situação de risco ou de violência decorrentes da relação familiar”.

Aqui notamos um traço característico do grupo IR, semelhante ao grupo I, que é a disposição da argumentação jurídica sem qualquer relação dialógica com o campo social, como se a “Lei Maria da Penha” fosse tão só um fenômeno jurídico, sem qualquer intervenção do e no campo social.

Interessante registrar que o excerto do documento citado, representativo do grupo IR, trata a violência que a “Lei Maria da Penha” regula não como decorrente de um contexto social em que os papéis femininos e masculinos são delimitados pelo modelo patriarcal, mas como fruto da relação familiar, assim a Lei não é vista como uma forma de intervenção na sociedade, mas apenas na pequena célula familiar, formada pelo simples fato das pessoas viverem juntas.

Quando o excerto afirma que a Constituição não permite discriminação aos homens no tratamento jurídico da violência doméstica, evidencia o traço observado no grupo IR e pelo grupo I de perceber que a disparidade entre mulheres e homens foi criada pela “Lei Maria da Penha” e não na e pela sociedade. Neste mesmo sentido o documento IR-04:

“O tratamento desigual tampouco se justifica por não haver adequação ao princípio da razoabilidade pelo argumento de que as mulheres sofrem violência doméstica em maior quantidade. As estatísticas não tornam menos gravosa a conduta quando atinge vítima do sexo masculino, precipuamente, repita-se, porque a vítima pode ser criança ou idoso. É inequívoco, por exemplo, que homens sofrem homicídio por emprego de arma de fogo em escala muito maior do que as mulheres, mas isso, em hipótese alguma, justificaria, devido ao princípio da igualdade entre os sexos, a existência de lei estabelecendo pena menor para os casos em que a vítima fosse do sexo feminino. [...] Para tanto, bastaria que a Lei n. 11.340/2006 fosse alterada, trocando-se a expressão ‘violência doméstica ou familiar contra a mulher’ por ‘violência doméstica e familiar contra a pessoa’, de modo a cessar o tratamento desigual e garantir a legislação que visa coibir a violência doméstica contra qualquer integrante da família, conforme, aliás, expressamente exige o §8º do art. 226 da Constituição Federal.”

Assim, quando o grupo IR estabelece que a Lei 11.340/2006 cria o desequilíbrio nos papéis sociais de mulheres e homens, está negando a existência de qualquer assimetria social de Gênero, invisibilizando e, portando, excluindo as peculiaridades da violência contra as mulheres e a identidade feminina desenhada no e pelo modelo de sociedade patriarcal.

Desse modo, como no grupo I, anteriormente analisado, aqui é possível, na perspectiva social, identificar o movimento que SABADELL (2005:25), ao analisar os mecanismos de perpetuação do controle patriarcal, denomina de “negação da realidade”, que ocorre quando a violência doméstica é invisibilizada.

Ao estender a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens, como condição de sua adequação à Carta Maior, o grupo IR passa a tratar as relações entre os membros da família de forma massificada, retirando de pauta a problemática patriarcal de Gênero introduzida pelo legislador. Com essa estratégia legal, absolve-se o patriarcalismo através da suposta neutralidade e imparcialidade do Direito que inadmitte qualquer diferenciação entre as pessoas, a fim de preservar uma suposta igualdade constitucional.

Embora a violência doméstica seja aparentemente publicizada, com a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, essa estratégia acaba por referendar as relações patriarcais de Gênero no seio da família e da sociedade, na medida em que o grupo IR propõe a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens.

Assim, a invisibilidade da violência contra a mulher e suas imbricações com o patriarcalismo acaba confinando essa espécie de violência ao âmbito privado, possibilitando que o homem continue a exercer de fato o “pátrio poder”, em detrimento da inferiorização e submissão da mulher no lar e na sociedade, diante da negação da realidade das relações patriarcais de Gênero.

A extensão da aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens é uma estratégia adotada pelo campo jurídico, a qual nega a realidade do campo social, referendando, em última análise a manutenção do *status quo* das relações patriarcais de Gênero.

Com base no delineamento de campo jurídico apresentado por ENGELMANN (2006), constatamos que o Direito aqui apresenta-se como neutro, conservador e prático, assim como no grupo I que defende a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, atuando como pólo conservador e constituindo-se como fator real de poder em prol da ordem patriarcal nas relações sociais de Gênero.

2.2. As Manifestações de Constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”

O grupo denominado de “C”, que analisaremos neste tópico, entende que a “Lei Maria da Penha” não apresenta nenhuma macula legal, devendo ser aplicada pelo campo jurídico na forma em que foi promulgada. A pesquisa constatou que o grupo C tem como premissa o reconhecimento da categoria analítica de Gênero, a publicização do conflito e a percepção da Lei como meio de desequiparação legal e legítimo para promover o combate e a prevenção da violência contra a mulher no campo social.

A categoria analítica de Gênero é utilizada constantemente pelo grupo C, estabelecendo o diálogo entre o campo jurídico e o campo social, ou, é percebida através do reconhecimento das assimetrias de poder no seio social entre mulheres e homens. O documento C-21 que trabalha com a constitucionalidade da Lei “Maria da Penha” traz o seguinte registro:

“A política de repressão à violência contra a mulher, efetivada pela ‘Lei Maria da Penha’, está intimamente ligada à necessidade de concretização do princípio constitucional de isonomia, procurando diminuir a desigualdade de condições entre homens e mulheres na busca da dignidade da pessoa humana, diante do fato público e notório da quantidade de agressões sofridas pelas mulheres na intimidade doméstica [...]”

Portanto, **o princípio que consagra a igualdade do homem e da mulher perante a lei não poderá desprezar os aspectos históricos e sociais que envolvem cada um deles na família brasileira.** Tais aspectos apontam a notória predominância do homem na condução dos assuntos familiares, relegando-se à mulher uma posição secundária, circunstâncias essas que configuram uma ineludível desigualdade entre ambos, a refletir, de conseqüência, na exegese do aludido princípio. Assim, para se alcançar uma possível igualdade entre o homem e a mulher brasileiros na esfera familiar, conclui-se que o sentido do princípio da isonomia aproxima-se da idéia aristotélica de justiça: “aos desiguais dispensa-se tratamento desigual, conforme assinalado corretamente pelo apelante.” (Grifos do Original)

Destarte, o documento mencionado sintetiza a percepção do grupo C sobre o desenho assimétrico dos papéis sociais de mulheres e homens na sociedade brasileira, denunciando a vigência de fato da hegemonia masculina na condução dos assuntos familiares, sinalizando que a realidade de assimetria de Gênero no campo social ainda não foi vencida.

A “Lei Maria da Penha” para o grupo C, então, é tida como instrumento legítimo de intervenção no campo social em favor da superação da dominação masculina. A relação dialógica entre o campo jurídico e o campo social é acentuada pela classificação da Lei 11.340/2006 como política pública de repressão à violência doméstica contra a mulher.

O documento C-19 também expõe, na mesma linha, a percepção do grupo C, senão vejamos:

“Com efeito, a alegação de que o homem estaria sendo excluído do núcleo familiar, ferindo o artigo 226, §8º, da Constituição Federal, e que apenas estaria protegendo a mulher não tem respaldo, pois o mesmo diploma legal prevê que ‘O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, **criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações**’.

A partir, então, de tal dispositivo é que a “Lei Maria da Penha” foi publicada, ainda que quase vinte anos depois da promulgação da Constituição Federal. Com efeito, o artigo 226, §8º, já dispunha que seriam criados mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar, onde a mulher é, efetivamente, a parte hipossuficiente da relação. Daí porque foi editada a Lei 11.340/06, para dar cumprimento ao dispositivo constitucional.

Diante disso, não há falar em inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006, pois a própria Constituição Federal previu a criação de uma Lei para coibir a violência doméstica, bem como está presente na Constituição Federal a diferença entre a igualdade formal e material, a qual dá suporte à Lei 11340/2006, sem ferir o princípio da isonomia, como alegado pelo apelante.

Frise-se, que em sendo declarada a inconstitucionalidade da Lei 11340/2006, também ter-se-ia que declarar inconstitucional o Estatuto do Idoso, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois estes também estariam ferindo o princípio da isonomia. Assim, estas Leis, bem como a “Lei Maria da Penha”, estão voltadas às pessoas mais vulneráveis e merecedoras de especial proteção, procurando igualar quem é desigual. (Grifos do Original).

Assim como no excerto do documento C-21, citado anteriormente, a violência familiar não é tratada de forma genérica, o recorte dado á mulher em situação de vítima desta espécie de violência, problematiza, denunciando e dando visibilidade á submissão da mulher forjada pela cultura patriarcal.

Nos documentos citados, representativos do grupo C, a intimidade doméstica é tida como o espaço privilegiado de ocorrência da violência contra a mulher, o que aliado à nota de que a “Lei Maria da Penha” faz parte de uma política de repressão, conduz a celeuma do privado ao público.

Na medida em que há assunção pelo grupo C de que é: “*fato público e notório a quantidade de agressões sofridas pelas mulheres na intimidade doméstica*” e que “*a mulher é, efetivamente, a parte hipossuficiente da relação*”, o ato de agressão contra a mulher na esfera intrafamiliar é reconhecido como oriundo da desigualdade material entre homens e mulheres, sendo o lar e a relação íntima apenas o *locus* de acontecimento, afastando com ênfase a privatização desta espécie de violência.

Embora PIERROT⁷ (1997) destaque que a divisão entre público e privado tenha tomado evidência no século XIX, ARENET (2008) acentua que no século XX os planos público e privado, mesclam-se, neste íterim que o movimento feminista⁸ teve grande contribuição na dissolução da barreira entre essas duas esferas, sobretudo com a reivindicação de visibilidade da violência doméstica.

A partir daí, observamos que o grupo C ao reconhecer a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, legitima a pauta do movimento feminista de dar à violência intrafamiliar contra a mulher uma conotação política. Esse argumento é utilizado pelo grupo C como sustentáculo do posicionamento da adequação da Lei 11.340/2006 à Carta Maior, denotando a superação do dualismo patriarcal apontado por WILSHIRE (1997) e BOURDIEU (2007): público/privado e masculino/feminino.

A superação do dualismo que caracteriza as relações de Gênero na sociedade patriarcal equivale ao rompimento com esse padrão, ao qual o campo jurídico tem sua legitimidade de atuação resguardada. Senão vejamos o documento C-01:

“[...] Diante dessa realidade, é patente a necessidade de adoção de medidas afirmativas em defesa das mulheres, a fim de corrigir a distorção social existente na sociedade brasileira, ainda patriarcal, uma vez que o número de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, não obstante a falta de dados comparativos, é notoriamente superior ao dos homens.”

Como sabido, não basta afirmar a igualdade formal, ignorando as disparidades sociais existentes, visto que militaria contra a concretização da

7 Para a autora, o público é o único domínio direto da intervenção, do poder e campo tido como dos verdadeiros valores, sendo reservado aos homens. (PIERROT: 1997)

8 COSTA (2007) sobre o tema indica que: “A concepção do caráter privado da violência doméstica impede que sua dimensão política seja evidenciada e que tenha o mesmo tratamento dos que outros tipos de crimes. A sociedade enfrenta o enorme desafio de tornar as estratégias que visam à liberdade das mulheres que sofrem violência um ato político, público e coletivo, capaz de reforçar iniciativas particulares, mas não menos relevantes. Assim, para que essas iniciativas sejam implementadas, faz-se necessário não apenas renomear a violência doméstica, para que não permaneçam dúvidas quanto ao seu caráter político, mas, também, reforçar a luta para que a concepção de que ‘o pessoal é político’ permeie as práticas individuais e coletivas, privadas e públicas”.

desejada igualdade material, negando-se, assim, o objetivo a que a Carta Política buscou atingir.

Com efeito, a distinção de tratamento revela-se, assim, plenamente justificada, tendo em conta **situação social** a que continuam sujeitas as mulheres, inexistindo, portanto, afronta ao princípio da igualdade.

É indubitável que, não obstante a igualdade substancial entre homens e mulheres (essência humana), remanesce a disparidade social (...) (Grifos do original).

A superação do dualismo público/privado e a relação dialógica entre campo jurídico e campo social passam pelo reconhecimento do grupo C do caráter histórico e cultural das relações patriarcais de Gênero. Desse modo, as assimetrias sociais entre mulheres e homens estão no plano da contingencialidade, do transitório e do dinâmico.

O trecho citado é representativo do grupo C, evidenciando a legitimidade do campo jurídico em atuar de modo a interferir no campo social e, portanto, nos rumos da história no que toca às relações de Gênero. Destarte, a partir da categoria de ENGELMANN (2006), conforme dito anteriormente, o campo jurídico é constituído de dois pólos concorrentes⁹, sendo que o grupo C ao defender a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha” é classificado como pólo diversificado pelas seguintes características: politizado e crítico, em oposição ao pólo conservador.

3. Considerações finais

ENGELMANN (2006) destaca que o campo jurídico divide-se em dois pólos, um tradicional e outro diversificado, os quais a pesquisa identificou de um lado o grupo I e o grupo IR, que defendem a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” e, de outro, o grupo C que advoga a adequação da Lei à Carta Maior.

Contudo, como assevera o citado autor, *“essa grande oposição significa apenas um ponto de partida para a apreensão de lógicas mais complexas que definem as oposições e alinhamento no interior desse espaço”* ENGELMANN (2006). Dessa forma, os dois pólos encontrados na presente pesquisa representam a luta simbólica de Gênero travada no espaço do campo jurídico, em que se digladiam duas forças: uma no sentido de manutenção do *status quo* das relações patriarcais de Gênero e outra no sentido de superação dessas estruturas.

A pesquisa constatou ainda que os dois pólos representam fatores reais de poder no campo jurídico, uma vez que tanto uma tese como outra tem amparo da academia e da prática jurídica. Contudo, vem predominando no campo jurídico a tese da constitucionalidade da Lei 11.340/2006, o que demonstra que o campo jurídico vem rompendo com a exclusão social da mulher, através da abertura à modificação das relações patriarcais de Gênero.

Dos cento e dois documentos analisados, setenta pertencem ao grupo C que tem a “Lei Maria da Penha” como constitucional e trinta e dois ao grupo I que

⁹ Um desses pólos, já analisado, foi o segmento tradicional, representado na pesquisa pelos adeptos da inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006.

advoga a inconstitucionalidade da mesma, sendo que desses, dezessete defendem a retirada da Lei 11.340/2006 do ordenamento jurídico por ofensa à Carta Maior e quinze sustentam a tese da extensão da mesma aos homens.

A aplicação do instrumento de pesquisa, através das questões dois e três, trouxe a informação que os cento e dois documentos analisados¹⁰ representam a manifestação de pensamento de cento e trinta e oito pessoas, das quais noventa e três são homens e quarenta e cinco são mulheres. Assim, observou-se que cinquenta e um homens e trinta mulheres defendem a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, enquanto, os que advogam relatando que a mesma viola o princípio constitucional da igualdade, trinta e dois são homens e quinze são mulheres. Dentre esse último grupo, vinte homens e nove mulheres se posicionam pela retirada da Lei 11.340/2006 da ordem jurídica e doze homens e seis mulheres defendem a extensão de sua aplicação aos homens.

O maior número de homens nos grupos sinaliza o predomínio deles no campo jurídico, que é representado historicamente como um espaço público de poder, masculino por excelência. Destarte, através da própria estrutura do Poder Judiciário, enquanto fração do campo jurídico, é possível perceber as expressões simbólicas de Gênero vigentes no campo social em determinada época.

Então, a fim de interpretar os dados coletados a partir do instrumento de pesquisa aplicado às manifestações jurídicas sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, pesquisamos¹¹ a composição das instâncias dos Superiores Tribunais, como cúpula do Judiciário, constatando que no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no total de trinta membros, apenas cinco (cinco) são mulheres, enquanto vinte e cinco são homens¹². Já no Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do Poder Judiciário, conta com onze membros, sendo apenas duas mulheres¹³ e nove homens¹⁴.

Essas informações sinalizam que o campo jurídico ainda é um espaço predominantemente masculino, contudo, apontam também para a mudança desse paradigma, com o rompimento da barreira sexista através da entrada de mulheres em postos privilegiados do campo, como os Supremos Tribunais.

O diálogo entre as constatações da pesquisa, de que o campo jurídico tende a atuar como identidade de resistência frente às questões de Gênero, e que o mesmo, apesar da mudança de sua formação, ainda é um espaço de homens, leva à conclusão de que embora o campo jurídico seja predominantemente masculino, não é necessariamente reprodutor das relações patriarcais de Gênero.

10 Esclareço que alguns documentos, como os acórdãos que são decisões coletivas dos tribunais, contaram com autoria coletiva, por isso a pesquisa contou com o número maior de pessoas que se manifestaram, quando comparado à quantidade de documentos.

11 Pesquisa realizada em 24 de julho de 2008.

12 Dados do *site*: www.stj.gov.br, em 24 de julho de 2008.

13 Também constatamos na pesquisa que a ministra Ellen Gracie Northfleet foi a primeira mulher a ocupar esse posto no recente ano de 2000, galgando a presidência do STF e do conselho Nacional de Justiça- CNJ- entre os anos de 2006 e 2008.

14 Dados do *site*: www.stf.gov.br, em 24 de julho de 2008

A participação de mulheres e homens nos grupos que defendem a constitucionalidade e a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” aponta no sentido de que tanto a superação das relações patriarcais de Gênero, como a manutenção da dominação masculina transcendem a barreira sexista. Não se pode relacionar a identidade legitimadora do patriarcado com homem, nem a identidade de resistência e de projeto nas questões de Gênero com a mulher¹⁵.

A observação de dois pólos divergentes no campo jurídico só foi possível a partir da superação do modelo de história linear, em que os fatos históricos e, portanto, sociais, são percebidos em blocos. Ao contrário, foi utilizado para a leitura dos dados coletados pelo instrumento de pesquisa aplicado às manifestações jurídicas sobre o debate de constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, a temporalidade múltipla, que possibilita a interpretação da história, através do reconhecimento de coexistência dos fatos sociais.

Assim, o campo jurídico reflete dois pólos, um tradicional e outro diversificado, representando o entrecruzamento de dois modelos de relação de Gênero, um que preserva os valores patriarcais e outro que visa superá-lo, prevalecendo este último no campo jurídico, o que favorece o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos em igualdade com o homem.

Referências bibliográficas e fontes

ADRIÃO, Karla Galvão *et* TONELI, Maria Juracy Figueiras. *Sexualidades Masculinas: Perspectivas Teórico- Metodológica*. In: Miriam Grossi Pilar *et al* (orgs.). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ALMEIDA, Miguel Vale de, PISCITELLI, Adriana *et* CORRÊA, Maria. “Flores do Colonialismo” Masculinidades Numa Perspectiva Antropológica. In: **Cadernos Pagu**. Trajetórias do gênero, masculinidades... São Paulo: PAGU, 1998.

ARENDT, Hanna. *As Esferas Públicas e Privadas*. In: **A Condição Humana**. São Paulo: Forense, 2008.

AZEVEDO, Robrigo Ghiringhelli *et* CELMER, Elisa Girotti. **Violência de Gênero, Produção Legislativa e Discurso Punitivo – Uma Análise da Lei n. 1140/2006**. Boletim IBCCRIM. Ano 14 – n.170 – Janeiro, 2007.

BENEDITTI, Marcos. **Toda Feita: o Corpo e o Gênero das Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

15 BOURDIEU (2007) chama a atenção para o fato de que o movimento feminista não foi feito apenas por mulheres, que a colaboração, participação e apoio dos homens foram fundamentais para o êxito das pautas feministas, bem que a produção e reprodução dos valores patriarcais são levadas à cabo também pelas próprias vítimas desse sistema: as mulheres. Neste último caso, o citado autor adjetiva esse comportamento como um dos resultados mais cruéis do sistema de exclusão, que é fazer suas vítimas internalizar e referendar a dominação masculina.

- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **O Poder Simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CAMPOS, Carmem Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu Déficit Teórico. In: **Revistas Estudos Feministas**. Vol. 11Nº 1. Florianópolis Jan./Jun. 2003.
- CARVALHO, Hamilton Bueno de. **Teoria e Prática do Direito Alternativo**. Porto Alegre: síntese, 1998.
- CASTELLS, Manuel. Paraísos Comuns e Significado da Sociedade em Rede. In: _____. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. O Fim do Patriarcalismo: Movimentos Sociais, Família e Sexualidade na Era da Informação. In: _____. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COLLING, Ana. A Construção Histórica do Masculino e do Feminino. In: Strey, Marlene Neves; Lisboa, Sonia T. (orgs.). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- COLOMBO, Sylvia. “**Superioridade Americana é Fenômeno Temporário**”, diz **Eric Hobsbawm**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha>, em 03 OUT. 2007.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Constituição, Competição e Políticas Públicas. In: **Lua Nova** nº. 65. São Paulo: Maio/Agosto, 2005.
- CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: Mulheres Ricas Também Sofrem Violência**. Bahia: edições UESB, 2007.
- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* (Orgs.) **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1991.
- ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do Campo Jurídico: Juristas e Usos do Direito**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2006.
- FONSECA, Dirce Mendes; CIARALLO, Gilson *et* CRUZ, Tânia Cristina. **Epistemologia do Campo Jurídico: Reflexões Acerca do Papel da Pesquisa Jurídica**. Disponível em: www.conpedi.org/manuel, em 08 JAN. 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. São Paulo: Graal, 2007.
- FREITAS, Silvana. Para Juiz, Proteção à Mulher é ‘Diabólica’. **Jornal Folha de São Paulo**, Cotidiano 2, C13, 21 de outubro de 2007.

FUENTES, Susset. **Homosexualidad y Género. El Arcoiris que se Esconde Detrás del Arcoiris: sobre emancipaciones y ataduras a las construcciones de género.** Disponível em: www.flacso.uh.cu/sitio_revista/num1/articulos/art_SFuentes, em 06 de Jun. de 2008.

GROSNER, Marina Quezado. **A Seletividade do Sistema Penal na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em *habeas corpus*.** 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM: 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERKENHOFF, João Batista. **Para Onde Vai o Direito? Reflexões Sobre o Papel do Direito e da Justiça.** Porto Alegre: Livraria de advogado: 1996.

HILLMAN, James. **O Mito da Análise: Três Ensaios de Psicologia Arquetípica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.

HUNGRIA, Néelson. **Comentários ao Código Penal.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

IZUMINO, Wânia Pisanato. **Justiça e Violência contra a Mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero.** São Paulo: Annablume. FAPESP, 2004.

_____. **Pesquisa Social da Justiça Criminal.** Curso realizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, no período de agosto a dezembro de 2007.

KARAM, Maria Lúcia. **Violência de Gênero: O Paradoxal Entusiasmo pelo Rigor Penal.** Boletim IBCCRIM - Ano 14- n.168- Novembro – 2006.

KETTENMANN, André. **Frida Kahlo. 1907-1954. Dor e Paixão.** México: Taschen, 2006.

LASSALE, Ferdinand. **O Que é Uma Constituição?** São Paulo: Russell, 2005.

MAGALHÃES, Acely de Assis. **História de Mulheres: Considerações Sobre Privação e a Privacidade na História das Mulheres.** São Paulo: Altana, 2001. (Coleção Identidades).

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma História da Mulher.** São Paulo: Edusc, 2000.

MARTINS, Carlos José. Foucault: Sexo e Verdade. O confronto Político e Torno da Vida. In: **Mente, Cérebro e Filosofia.** São Paulo: Dueto, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade.** São Paulo: Malheiros, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2001.

MONDIN, Battista. **Definição Filosófica da Pessoa Humana.** São Paulo: EDUSC, 1995.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós- Modernismo, Marxismo e Feminismo. In: **Margem Esquerda**. Ensaios Marxistas 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORENO, Monserrat. **Como se Ensina a Ser Menina: Sexismo na Escola**. São Paulo: moderna, 2003.

NUBLAT, Johanna. **‘Fui mal interpretado’, diz juiz que ligou mulher à desgraça**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano>, em 20 de NOV. 2007.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: Dilemas de um Conceito. In: Strey, Marlene Neves; Lisboa, Sonia T. (orgs.). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia. **Lei Maria da Penha: Inconstitucional Não é a Lei, Mas a Ausência Dela**. Disponível em: <<http://www.spmulheres.gov.br>>, Acesso em 23 NOV 2007.

QUEZADA, Freddy. **Identidad Transexual**. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>, em 06 de Jun. de 2008.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a ‘Economia Política’ do Sexo**. Trad. DALBAT, Cristine Rufino. ROCA, Edleuza et CORREIA, Sônia. Recife: SOS corpo, 1993.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. Violência Contra a Mulher e Violência Doméstica. In: **Gênero Democracia e Sociedade Brasileira**. BRUSCHINI, Cristina et UNBEHAUM, Sandra (orgs.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). A Ciência e o Bem-estar Humano: Para Uma Nova Maneira de Estruturar a Actividade Científica. In: **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. Um Discurso Sobre as Ciências Revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: cortez, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, nº. 02, JUL/DEZ, 1990.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Luciana Santos. Aspectos Jurídicos da “Lei Maria da Penha” na Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher. In: **CD-ROM I Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais – Desafios históricos e saberes indisciplinados**. Centro de Educação/UFPB. Editora Universitária UFPB, João Pessoa-PB, 2007.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: forense, 2000.

SILVEIRA, Renato Jorge de Mello. **Tipificação Criminal da Violência de Gênero: Paternalismo Legal ou Moralismo Penal?** Boletim IBCCRIM – Ano 14 – nº. 166 – Setembro – 2006.

SÖHNGEN, Clarice Costa. **Nova Retórica e Argumentação: a razão prática para uma racionalidade argumentativa de Perelman.** Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/bibliotecavirtual/texto>>, Acesso em 25 NOV 2007.

VASCONCELLOS, Jorge. Gilles Deleuze: Uma Filosofia da Diferença. In: **Mente, Cérebro e Filosofia.** São Paulo: Dueto, 2007.

WILSHIRE, Donna. Os Usos do Mito, da Imagem e do Corpo da Mulher na Re-Imaginação do Conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Sussan R. (Orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

YEANDLE, Susan. Mujeres, Feminismo y Método. In: YEANDLE, Susan; *DARKE, Jane* Chris Booth. **La vida de las mujeres en las ciudades. La ciudad, un espacio para el cambio.** Madri: Narcea S.A. De Ediciones, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal - Código Penal – Código de Processo Penal.** Org. Luiz Flávio Gomes. 7ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2007.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. Aparecida Gonçalves (coord.). **Norma técnica para o centro de referência da mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006.

Sites

www.stf.jus.br

www.stj.jus.br



**Categoria
Graduado
Especialista e
Estudante de mestrado
Artigos Científicos Premiados**

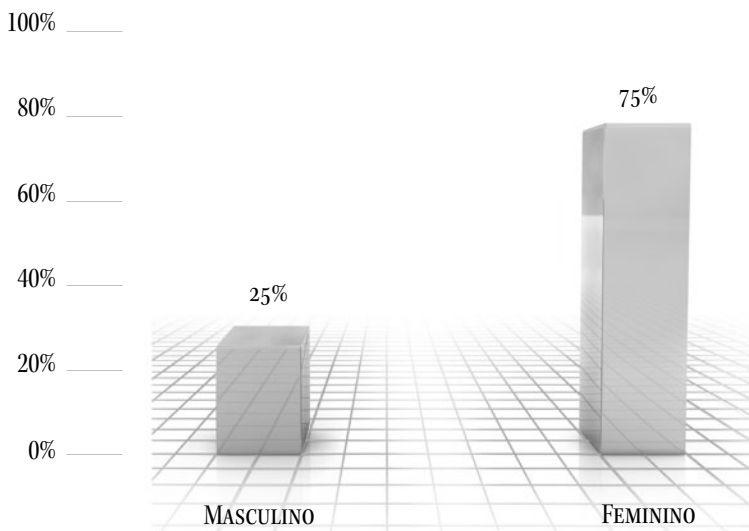
Introdução

Nesta categoria, houve 283 inscrições, com uma elevada participação de mulheres, de 75%, e 25% de inscrições masculinas.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero
Categoria Graduados, Especialistas e Estudantes de Mestrado
Inscrições por sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	70	25%
Feminino	213	75%
Total	283	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2009.



Fonte: CNPq/SPM, 2009.

No processo de pré-seleção, foram selecionados 147 artigos, correspondendo a 52% dos trabalhos enviados.

DISCURSOS FEMININOS – UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MULHERES E CORRUPÇÃO

Ana Luiza Melo Aranha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Matos

Introdução

Este artigo surgiu da participação enquanto bolsista de iniciação científica na pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres”, realizada no âmbito do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Marlise Matos. Essa pesquisa problematiza a sub-representação das mulheres na política, tendo como foco principal os legislativos nacional e mineiro. Como parte da pesquisa, foram feitas entrevistas com 50 candidatas a deputada estadual, 8 deputadas estaduais eleitas para a 15ª legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e 22 deputadas federais eleitas para a 52ª legislatura da Câmara Federal.

O foco principal desta pesquisa está na busca de elementos que nos permitam apontar pistas da causa do problema da ausência das mulheres na política e entender como elas, mesmo se deparando com obstáculos os mais diversos, conseguem se fazer representar num espaço ainda extremamente masculinizado. Porém, a partir das entrevistas realizadas, pudemos perceber que era possível estabelecer novos rumos e temas para a análise. Percebemos a utilização, por parte das entrevistadas, do argumento de que a entrada de mais mulheres nos cargos legislativos moralizaria a política. À primeira vista, existiria então uma tendência nas entrevistas em afirmar que as mulheres são menos corruptas do que os homens. Dessa maneira, escolhemos como foco de análise deste artigo a relação estabelecida pelas entrevistadas entre mulheres e corrupção. Partimos, assim, para a análise dos discursos construídos pelas mulheres que já têm uma carreira política sobre a relação entre mulheres e corrupção.

Essas entrevistas nos estimularam a questionar se realmente existiria uma “essência” feminina menos corrupta. A partir dessa idéia, revisamos o que já foi escrito sobre corrupção e gênero e pensamos até que ponto essa bibliografia nos ajudaria a combater a idéia de uma “essência” feminina mais moral.

Na Ciência Política atual esses dois temas (corrupção e gênero) quase não são tratados conjuntamente, a não ser em alguns estudos internacionais. Por isso, veremos primeiro o que a Ciência Política do século XX entende por corrupção, seguido pela discussão propriamente de gênero e o comportamento moral das mulheres, se estas teriam (ou não) uma moralidade específica que as levaria a se comportar de maneira menos corrupta, para então visualizarmos como, no cenário

internacional, esses dois temas têm sido estudados e pesquisados juntos. A partir dessa literatura, passamos para a análise empírica, na qual utilizamos os dados da referida pesquisa para estabelecer as possíveis relações entre gênero e corrupção no cenário da política brasileira.

Objetivos

O presente artigo é uma tentativa de discutir a relação entre corrupção e mulheres, questionando se realmente existe algo que possamos classificar como uma “essência” feminina “menos corrupta”. O ponto de partida é a maneira como a Ciência Política, principalmente no campo internacional, tem tratado a relação entre corrupção e gênero. Tendo em vista essa discussão teórica, investigamos a percepção que as mulheres – candidatas e eleitas – têm sobre a relação entre mulheres e corrupção.

Corrupção

O tema da corrupção no século XX foi principalmente analisado tendo-se por foco duas abordagens. De acordo com Filgueiras (2006), a primeira dessas abordagens situa as décadas de 50 e 70 e trata a corrupção através de uma perspectiva estrutural-funcionalista, relacionando-a ao problema da modernização. A segunda, que predomina da década de 90 até os nossos dias, enfatiza uma perspectiva econômica e está preocupada com os custos e externalidades geradas em contextos de corrupção alargada.

Nas décadas de 50 a 70, a corrupção foi pensada pela sociologia norte-americana no contexto da teoria da modernização, que pensava na maneira como a corrupção poderia contribuir ou emperrar o desenvolvimento econômico e político dos países. Do ponto de vista dessa abordagem, o sistema normativo pode motivar ou inibir a corrupção. Essa inibição vai depender da institucionalização política na sociedade, ou seja, da aceitação de normas. Huntington (1975) estabelece uma relação necessária entre essa institucionalização e a corrupção: a primeira é baixa e a segunda é grande. E ele diz que mesmo em sociedades com algum grau de modernização, se estas tiverem baixa institucionalização, estarão sujeitas às práticas de corrupção.

Na visão de Nye (1967), também situado dentro dessa abordagem, a corrupção pode resultar em ganhos agregados ao sistema, na medida em que ela contribui para a formação de um capital privado, para a superação das barreiras burocráticas e para a integração das elites políticas. E sendo assim, a corrupção contribui para o desenvolvimento, pois ela força a modernização. Contudo, ela tem sempre que estar sob o controle das instituições políticas modernas.

Nesta abordagem a corrupção tem a possibilidade de ser “positiva”. Ela pode ajudar a se alcançar o desenvolvimento, na medida em que possibilita a

transformação de atitudes e de instituições, forçando, assim, padrões de mudança social. O centro dessa abordagem é como as instituições podem fazer com que as conseqüências da corrupção sejam positivas para a construção da ordem política.

De acordo com Filgueiras (2006), o contexto da década de 90 (reformas liberalizantes na economia e na política) mantém e aprofunda a hegemonia norte-americana no estudo da corrupção. Todavia, é importante salientar uma mudança metodológica: a incorporação de uma abordagem econômica para tratar um problema político. Passa-se a analisar a corrupção em termos dos seus custos para a economia de mercado, a partir de premissas da escolha racional e do novo institucionalismo. Essa perspectiva tornou-se hegemônica nas Ciências Sociais.

Segundo Filgueiras (2006), o objeto de estudo desta vertente interpretativa são os fatores que incidem sobre os resultados políticos. E esse objeto é estudado com base em duas premissas. A primeira diz que os atores políticos são racionais, buscam maximizar a utilidade esperada em contextos de decisão, conforme uma estrutura de preferências (Downs, 1957). A idéia é que o agente político é um indivíduo egoísta que age para maximizar seus interesses e cujo comportamento é resultado de uma escolha consciente e racional. A segunda premissa afirma que os contextos de decisão influenciam as preferências e são determinados pela estrutura organizacional da política (March e Olsen, 1989). A idéia contida nessa segunda premissa é a de que o arranjo institucional pode modificar o comportamento das pessoas, pois ele determina as estratégias empregadas pelos atores (Hall e Taylor, 1996), criando motivações e constrangimentos para a ação deles. É com base nessa última premissa que essa abordagem afirma ser preciso coibir os incentivos institucionais para práticas de corrupção.

A corrupção ocorre, para a abordagem econômica, na interface dos setores público e privado. Ela depende do modo como as instituições permitem a ação discricionária dos atores políticos, ou seja, permitem o uso de recursos públicos para a satisfação de interesses privados (Rose-Ackerman, 1999).

Assim, esses autores insistem que a corrupção não seria coibida através de um reforço do poder burocrático, pois isso resultaria em maior discricionabilidade e maior incentivo para o pagamento de propina e suborno – aumento das práticas de corrupção –, e sim pelo fomento do mercado (North, 1990). Esse mercado seria uma arena constante de negociação e catalização dos interesses dos agentes econômicos e políticos. A corrupção é percebida como um fenômeno derivado de um mercado coibido. A causa estável da corrupção seria a existência de monopólios e privilégios no setor público, ou seja, ausência de mercado, que criaria incentivos para que os agentes buscassem maximizar sua renda privada através do suborno e da propina. Dessa maneira, a abordagem econômica da corrupção, seguindo o pensamento de Filgueiras (2006), enuncia como instrumento de combate à corrupção o fomento do mercado e a contenção do poder burocrático do Estado, feitos a partir de reformas mais liberalizantes.

No contexto do século XXI surgem novas propostas de abordagem do tema da corrupção que fogem à análise pura e simplesmente econômica – hegemônica em nossos dias.

Newton Bignotto (2006) é um autor que pode ser enquadrado em uma nova proposta para o estudo da corrupção. Este autor olha a corrupção na sua acepção mais larga, não só como um problema institucional. O autor critica a definição do fenômeno nas sociedades atuais, feita por muitos cientistas políticos, e afirma ser o comportamento corrupto quando há comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estatal. Esse tipo de abordagem ressalta que o remédio para corrupção deve ser de natureza legal, pois ela é um ato de ilegalidade – aqui encontramos a visão institucionalista e a sua conseqüente defesa da modificação nas regras vigentes. Por esse ponto de vista, temos que reconhecer que o aparato legal brasileiro não é omissivo em relação aos funcionários que transgridem a lei. A pergunta que Bignotto se faz então é se a análise por esse viés institucional abarca todos os aspectos do problema. Para ele, o mal-estar que domina a sociedade brasileira, em relação ao funcionamento do Estado, não se esgota na queixa contra a ineficiência dos mecanismos legais de punição.

Para Bignotto, a corrupção é um problema para a sociedade brasileira porque é percebida como parte de nossa vida política em toda a sua extensão. A corrupção afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias. Temos que fugir da interpretação corriqueira sobre o problema da corrupção e encarar as relações complexas que aqui no Brasil se estabeleceram entre órgãos estatais e grupos privados. A separação do público e do privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais. No nosso país, os grupos que chegam ao poder costumam desconhecer que o aparato constitucional é um limite intransponível para suas ações. Vários atores políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse da totalidade dos poderes do Estado. Para o estudo da corrupção no Brasil, temos que retomar o debate sobre as definições entre público e privado e pensar em uma reforma da legislação que contemple o conjunto das forças políticas. Sem uma clara definição das fronteiras público/privado e sem a extensão da punição a todos os agentes corruptores, a corrupção no Brasil será uma constante ameaça ao Estado de direito.

A partir dessa nova abordagem é que podemos perceber a importância de olharmos para os fatores sociais e culturais que promovem a corrupção, para além dos fatores institucionais. Entendemos a corrupção como um fenômeno com pelo menos três dimensões: percepção dos indivíduos sobre o que é o público, práticas no interior da economia e maneira como o sistema político concilia suas estratégias de financiamento com a preservação do interesse público. Nosso enfoque neste artigo é nesta primeira dimensão das percepções dos cidadãos: como as mulheres que já possuem uma carreira política fazem a articulação entre mulheres e o comportamento político corrupto.

Gênero e Corrupção

Para discutirmos a conexão entre gênero e corrupção, é preciso de início postular que, na história da teoria política, homens e mulheres são associados a modos diferentes de pensamento e sentimento. Essa distinção teve como causa, segundo Kymlicka (2006), a distinção entre os domínios público e privado, na qual os homens são vistos como participantes da esfera pública e as mulheres da esfera privada. A partir dessa separação, as disposições particularistas, emocionais e intuitivas foram vistas como pertencentes à vida doméstica das mulheres, e o pensamento imparcial, desapassionado e racional como fazendo parte da vida pública dos homens. De acordo com Friedman (1987):

as tarefas de governar, regulamentar a ordem social e administrar outras instituições 'públicas' foram monopolizadas pelos homens como seu domínio privilegiado e as tarefas de sustentar as relações sociais privatizadas foram impostas ou deixadas às mulheres. Os gêneros, portanto, foram concebidos em termos de projetos morais especiais e distintos. (Friedman, 1987, p. 94)

É assim que, para uma corrente significativa do feminismo contemporâneo, nós deveríamos analisar seriamente a moralidade diferente das mulheres. Na origem da relevância dada à moralidade feminina encontramos a argumentação construída por Carol Gilligan (1982), a qual deu parte da contribuição para sustentar a defesa da idéia de que as mulheres seriam “menos corruptas” do que os homens.

Gilligan (1982) através de três estudos – sobre o desenvolvimento identitário e moral na vida adulta, sobre a decisão a respeito do aborto e sobre o direito e a responsabilidade – encontra diferentes construções dos problemas morais comparando os dois sexos. Seus estudos mostrariam que as mulheres têm uma concepção moral diferente. Para estas, o problema moral surgiria de responsabilidades conflitantes (não de direitos conflitantes) e exigiriam um modo de pensar contextual e narrativo (não formal e abstrato). A moralidade para as mulheres estaria envolvida com a atividade do cuidado.

Gilligan afirma ter encontrado, através dos seus estudos, duas moralidades diferentes: uma masculina e outra feminina. A primeira ligada aos direitos e a segunda ligada à responsabilidade. A primeira enfatizaria a separação dos outros, o indivíduo, centrando-se na idéia do exercício dos próprios direitos sem interferência no direito dos outros e busca uma solução universal, na qual todos estariam de acordo. Por outro lado, a moralidade da responsabilidade enfatizaria a conexão com os outros, os relacionamentos e defenderia que a vida inclui obrigações para com as pessoas em geral, ser responsável para com o mundo, ajudar os outros. As mulheres, para a autora, trazem um ponto de vista moral diferente, pois organizam as suas experiências sob outras prioridades, que, por sua vez, seriam diferentes das dos homens.

Assim, os homens seriam guiados por uma lógica da justiça, na qual a responsabilidade é uma limitação à ação, a obrigação é respeitar os direitos dos outros, as regras existiriam para limitar a interferência dos outros, o ponto de partida seria a separação do eu com o mundo e na qual o ideal é que todos sejam tratados como possuindo igual valor. As mulheres, por sua vez, teriam uma ética do cuidado na qual a responsabilidade é pensar nos outros, a obrigação seria a de cuidar, as respostas seriam contextuais, sempre tentando ser o mais abrangente possível, o ponto de partida sendo, assim, a conexão do eu com o mundo, na qual o ideal é que todos sejam correspondidos e incluídos, ninguém ficando de fora. Para essa ética do cuidado, é central a idéia de que o eu e o outro são interdependentes.

Essa teoria de Gilligan, segundo Miguel (2001), recusa o essencialismo. Para ela, essa nova moral não é uma singularidade constitutiva das mulheres. Mas suas idéias foram apropriadas por posturas essencialistas, que construíram em cima delas a idéia da “política do desvelo”, que naturaliza a diferença feminina.

Essa “política do desvelo” afirma que as mulheres trazem aportes diferentes para a esfera política, pois elas estão acostumadas, diferentemente dos homens, a cuidar dos outros e a velar pelos indefesos. Uma maior presença feminina nas esferas de poder abrandaria o caráter agressivo – masculino – da atividade política e traria uma maior valorização da solidariedade, da compaixão, uma maior busca pela paz. Nesta direção, as áreas sociais seriam mais valorizadas, e teríamos a superação da política pura de interesses, considerada egoísta e masculina. Ocorreria também, com a presença das mulheres na política, a revalorização da esfera familiar, com o papel da mãe ganhando destaque: cuidar dos filhos e proteger os fracos. Assim, a prática política se transformaria, tornando-se uma prática mais ética, generosa e altruísta, com atenção voltada às necessidades do outro. A idéia da “política do desvelo” é que a paridade dos sexos na política levará naturalmente a alteração dos padrões de comportamento na mesma.

Porém, Miguel (2001) argumenta que a relação entre gênero e “política do desvelo” não é automática. Para ele, homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. A crítica do autor também sublinha que o fato das mulheres que estão nos governos hoje se ocuparem mais dos temas sociais não seria devido ao seu imperativo moral mais altruísta, mas sim porque este seria o único nicho disponível para elas no campo político. Com uma maior entrada de mulheres na política, o que teríamos seria uma disputa mais intensa e com maior possibilidade de êxito das mulheres pelos cargos monopolizados hoje pelos homens (áreas de administração pública, política econômica, relações internacionais). Esse discurso da “política maternal” procura alterar a hierarquia de prestígio das atividades políticas, valorizando aquelas exercidas pelas mulheres, no entanto, isso pareceria *eternizar a divisão do trabalho político, insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente* (Miguel, 2001, p. 261).

Miguel (2001) continua sua crítica pontuando o componente essencialista dessa abordagem: a naturalização da atribuição às mulheres das tarefas de cuidar dos outros na sua abordagem da política e nos papéis sexuais. Por essa abordagem, a tarefa do cuidado seria “naturalmente” feminina, o que tiraria dos homens a responsabilidade pelo cuidado, ficando eles livres da necessidade da preocupação social, como se as duas formas de exercer a política fossem exclusivas a cada sexo, sendo que não haveria espaço de troca.

Outra crítica importante que Miguel faz à “política do desvelo” tem como foco a exaltação que esta faz da atividade política desinteressada. Essa visão pretende, com a entrada das mulheres nos espaços de poder, esterilizar estes espaços da contaminação por uma “política de interesses”. Contudo, para o autor, o problema central para as democracias representativas não é o de uma política “sem interesses”, mas justamente permitir a expressão de interesses sociais excluídos ou marginalizados, inclusive os interesses das próprias mulheres. Essa “política do desvelo” vê como característica feminina a maior preocupação com aqueles que a cercam do que consigo mesma. Só que está subjacente a essa visão a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios. Essa corrente da teoria política feminista acabaria, dessa forma, mantendo a subordinação feminina sob um véu de “superioridade moral”.

Portanto, para Miguel (2001), a afirmação da diferença moral como base para reivindicar a representação política paritária entre homens e mulheres não se sustenta, posto que acaba escorregando para a naturalização das diferenças entre os sexos.

Tendo como referência toda essa discussão sobre a “ética do cuidado” e a “política do desvelo”, quando procuramos unir gênero e corrupção é no cenário internacional que encontramos os principais referenciais teóricos. São diversos os estudos nesse cenário que apontam para a convergência desses dois temas. E são esses estudos que nos mostram que há um debate muito intenso sobre até onde vai a conexão entre corrupção e o papel das mulheres.

Swamy et al. (2001), por exemplo, estão preocupados com a relação entre gênero e corrupção. Eles mostram que as mulheres estão menos envolvidas com esquemas de propina e suborno. Também demonstram que a corrupção é menor onde as mulheres possuem uma larga parcela dos assentos parlamentares, têm posições-chave na burocracia governamental e são uma parcela grande da força de trabalho.

Os autores constroem três hipóteses para testar se o aumento da presença das mulheres na vida pública reduziria os níveis de corrupção: em situações hipotéticas, mulheres são menos propensas a perdoar a corrupção; as empresárias envolvem-se menos com subornos; e países que têm uma maior representação de mulheres no governo ou no mercado de trabalho têm menores níveis de corrupção. Todas as hipóteses são confirmadas.

Os autores colocam ainda que essas afirmações sobre diferenças de gênero podem facilmente ser mal interpretadas. Eles reconhecem que existiria um diferencial de gênero. Porém, com isso, eles não estão afirmando terem encontrado diferenças essenciais, permanentes ou biologicamente determinadas entre homens e mulheres. O que eles querem fazer é mostrar relações estatisticamente significantes, que apontam para um diferencial de gênero na incidência da corrupção.

A conclusão do texto é que o diferencial de gênero, no que diz respeito à corrupção, deve persistir nos próximos anos. Os autores concluem ainda que as iniciativas políticas de aumentar a participação feminina no governo irão ajudar a reduzir a corrupção.

Sung (2006) trata da relação entre gênero e corrupção. Seu texto tem como base a afirmação de que o aumento da participação feminina na vida pública é um final bom e justo, mas isso, por si só, não oferece maneiras efetivas para alcançar um governo não-corrupto. Por aqui já percebemos que este artigo vai em direção contrária do primeiro.

Essa visão de que as mulheres são menos corruptas é reforçada por um documento do Banco Mundial (2001), segundo o qual os negócios e os governos seriam mais limpos e, ainda, a economia se mostraria mais produtiva, justamente, nas sociedades em que mulheres têm mais direitos e participam mais da vida pública. Foi assim, com base nesses argumentos, que as mulheres, de vítimas da opressão sexista, tornaram-se as “salvadoras” dos países afligidos pela corrupção. O documento termina clamando por mais mulheres na política e na força de trabalho, pois isto poderia levar a um bom governo.

Sung concorda com a existência de um diferencial de gênero em se tratando de comportamentos morais – esse seria um dado inquestionável. Porém, esse dado não deveria remeter automaticamente à idéia de que um sexo é moralmente superior ao outro. Para ele, antes de nos preocuparmos com a percentagem ideal de mulheres no governo, deveríamos perguntar se gênero realmente importa. Esse autor critica o documento do Banco e defende a hipótese de que um sistema mais justo ajudaria na diminuição da corrupção, ao invés da hipótese da existência de um sexo mais justo. As oportunidades para as mulheres tendem a aparecer juntamente com uma estrutura social e política que é geralmente mais aberta e atinge melhor os ideais democráticos de participação, justiça e responsabilidade. A democracia seria melhor do que os outros sistemas políticos quando o que se trata é expandir o papel político das mulheres. Como resultado disso, segundo o autor, a robusta associação estatística entre gênero e corrupção no nível internacional poderia ser mal-interpretada. Ambos, participação feminina no governo e menores níveis de corrupção, dependeriam de um sistema político mais justo. Assim, para o autor, são os mecanismos da democracia que diminuem a corrupção e não o sexo do representante.

Kaufmann (1998) tem uma percepção parecida com a de Sung. O primeiro autor constata que, recentemente, no mundo inteiro cresceu o envolvimento da

sociedade civil e das ONGs na luta contra a corrupção. As pesquisas mostram que esse envolvimento está diretamente relacionado com as liberdades civis: é mais fácil para a sociedade civil de um país envolver-se no combate à corrupção se neste as liberdades civis estão salvaguardadas. Assim, um maior alcance de liberdades civis e de direitos de cidadania está associado ao aumento do controle possível da corrupção. O autor defende, então, a importância de uma sociedade civil ativa no combate à corrupção e, para que isto ocorra, a garantia das liberdades civis.

Existe, segundo Kaufmann (1998), uma relação importante que se estabelece entre mulheres e a sociedade civil: o empoderamento das primeiras mobiliza a segunda, principalmente contra a corrupção. Os dados que o autor analisa mostram que os países onde os direitos das mulheres estão mais restringidos têm maior prevalência de corrupção. As perguntas que o autor se coloca a seguir são se a ausência dos direitos das mulheres é uma importante variável *proxy* da ausência das outras liberdades civis em uma sociedade, ou se a relação é outra, a saber: se a participação feminina tem um efeito particular de inibição da tolerância da sociedade para com a corrupção.

Esse tipo de discussão, segundo Matos (2008), descola dos gêneros a (i) responsabilidade sobre comportamentos mais ou menos éticos e coloca a questão em outros patamares. Por essa visão, podemos entender que o combate às práticas de corrupção poderia ser melhor realizado em um ambiente no qual direitos e liberdades são exercidos em maior plenitude.

Matos defende que há hoje uma convergência na afirmação de que as mulheres teriam, mais do que os homens, um conjunto de comportamentos sociais e eticamente orientados, assim como demonstrariam maior preocupação com o bem público, derivando daí que elas seriam menos corruptas. Inclusive as pesquisas internacionais destacam a existência de diferenças no envolvimento de mulheres e homens nos esquemas de corrupção. O que não está claro, para Matos, em função das desigualdades que perpassam os sexos (especialmente às relativas ao acesso e permanência desiguais das mulheres nos espaços da política e da economia), é se essas evidências empíricas podem ser atribuídas a diferenças de oportunidades ou a diferenças de gênero.

Assim como a grande parte dos autores tratados até aqui, Matos (2008) coloca que não é possível identificarmos “essências” fundamentais no que diz respeito à construção de diferenças nas identidades de gênero. Para essa autora,

...identidades de mulheres e homens são muito mais pontos provisórios de chegada de trajetórias social e politicamente construídas a partir de percepções, sentimentos, experiências e vivências específicas de gênero do que um depósito de atitudes moralmente orientadas e consolidadas que se fundariam nas diferenças de sexo. (Matos, 2008, p. 422)

De acordo com a autora, como consequência da afirmação da maior eticidade das mulheres na condução da coisa pública, da menor propensão delas às atividades corruptas, tivemos a defesa de que as democracias modernas deveriam incrementar a participação feminina nos espaços institucionalizados da política a fim de reduzir a corrupção. É preciso, todavia, ir devagar com esse argumento, como bem nos demonstrou Miguel (2001).

A defesa da entrada de mais mulheres na política não deveria ser feita com base em uma visão essencialista, que afirme que as mulheres fazem uma política mais desinteressada e altruísta – “política do desvelo”. É mais interessante fazer essa defesa tendo como base a idéia de Young (2000) de ‘perspectiva’. Uma idéia forte desta autora é que nos sistemas representativos existem três modos das pessoas serem representadas: interesses, opiniões ou perspectivas. Os interesses têm a ver com o que precisamos para alcançar os fins que queremos (ênfase nos meios), as opiniões são os princípios, valores e prioridades que fundamentam o nosso juízo acerca de qual política deve ser seguida (ênfase nos fins), e as perspectivas estão conectadas ao tipo de experiência social que temos. Essa última idéia afirma que conforme a sua posição social, a pessoa se encontra sintonizada com certos significados e relacionamentos sociais. Cada posição produz experiências e compreensões particulares que deveriam ser representadas politicamente. As diferentes perspectivas seriam diferentes pontos de partida para o debate político, diferentes pontos de vista que membros de um grupo têm sobre os processos sociais.

Para esta autora, o acesso das mulheres, como de outros grupos politicamente excluídos, às esferas de deliberação pública é necessário não porque elas compartilham os mesmos interesses ou opiniões, mas porque elas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. É dessa forma que entendemos como as mulheres podem ser menos corruptas: a participação delas na arena política seria diferente da masculina porque os dois lados ocupam posições diferentes na formação social.

Sendo assim, representar perspectivas contribui para a inclusão dos grupos marginalizados na tomada de decisão. O pressuposto de Young é o de que é incorreta a exclusão política de grupos e indivíduos subordinados. Para ela todas as perspectivas dos grupos sociais deveriam estar representadas nas tomadas de decisão política.

A partir dessa discussão teórica, vimos que existe uma associação forte entre mulheres no poder e menores índices de corrupção, assim como uma grande discussão sobre se existem ou não comportamentos morais distintos entre os sexos. Voltamo-nos então para as mulheres brasileiras conectadas com o espaço político a fim de perceber como elas associam o sexo do representante com comportamentos mais ou menos corruptos.

Metodologia

O banco de dados aqui discutido faz parte da pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres” e aborda as percepções que as mulheres ligadas à política (candidatas a deputada estadual, deputadas estaduais eleitas e deputadas federais eleitas) têm sobre os comportamentos políticos de homens e mulheres. Essa pesquisa abordou temas como a existência de diferenças entre homens e mulheres no geral, no comportamento legislativo e nos motivos para se candidatar. Buscamos aqui entender como essas mulheres percebem as diferenças entre os sexos, principalmente no comportamento político de ambos, e qual a conexão que elas estabelecem entre gênero e corrupção. Queremos entender como elas localizam as diferenças entre os comportamentos políticos dos sexos, se a vêem como uma diferença natural (“essência”), e como elas articulam a defesa da presença das mulheres no espaço de poder.

Nossa hipótese, seguindo Matos (2008), é que não existe uma “essência” feminina mais moral. Esperamos encontrar nessas entrevistas pouca associação entre as características femininas e uma menor tolerância com a corrupção. Apostamos na defesa da entrada de mais mulheres na arena política não pela via de uma “essência” feminina menos corrupta, e sim porque as mulheres têm uma perspectiva social diferente da masculina. Veremos se isso procede nas entrevistas realizadas.

Resultados e discussões

Nosso objeto de estudo são as entrevistas realizadas pela pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativos de mulheres” realizada pelo DCP (Departamento de Ciência Política) e pelo NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher), ambos da UFMG. O objetivo dessa pesquisa foi compreender a estrutura geral do (i) recrutamento e rotas de acesso a cargos legislativos de mulheres; das (ii) estratégias de carreiras/trajetórias políticas femininas; (iii) do comportamento legislativo de mulheres, com vistas a subsidiar um melhor entendimento dos determinantes que operam para definir o lento crescimento da representação de mulheres em cargos do poder legislativo, no Brasil e em Minas Gerais. A pesquisa realizou um estudo detalhado, em uma primeira etapa, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e depois da Câmara dos Deputados em Brasília. Foram entrevistadas, no ano de 2006, 50 candidatas à deputada estadual em Minas Gerais, 8 deputadas estaduais eleitas nesse mesmo estado e 22 deputadas federais eleitas. Para a nossa análise, utilizamos as respostas das seguintes perguntas:

- Como a senhora percebe a situação das mulheres na política brasileira hoje?
- A senhora acredita que ser mulher faz alguma diferença no jogo político? Qual diferença faria e por quê.

- A senhora acha que existem motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo? Por quê?
- Na opinião da senhora, há diferença de comportamento parlamentar entre os homens e mulheres, independentemente dos alinhamentos político-partidários?
- A senhora acha que existem comportamentos legislativos distintos entre homens e mulheres? Por quê?

Nosso foco é a percepção de que as mulheres envolvidas com a política, sejam elas candidatas ou eleitas, têm sobre a relação entre mulheres e corrupção, se elas fazem uma ligação entre as características femininas e a “ética do cuidado”, se percebem diferenças entre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres e como defendem a presença das mulheres nos espaços de decisão política.

Queremos perceber, através da análise das entrevistas, se há ou não no discurso das mulheres a percepção de uma “essência” feminina menos corrupta, se há ou não uma associação entre as características pessoais femininas e o comportamento político das mulheres, se existe a defesa de que ser mulher faz diferença na política, e também se as entrevistadas percebem ou não que existem diferenças dentro do próprio grupo das mulheres.

Em primeiro lugar, existe uma forte percepção das entrevistadas em afirmar que as mulheres possuem alguma característica a mais do que os homens, sempre características positivas, que estariam fazendo falta na política atual. 82% das candidatas citaram pelo menos uma característica feminina diferente e melhor do que as masculinas; nas eleitas, essa porcentagem também foi alta, 70%. Dentre essas características a mais que as mulheres teriam, encontramos nas entrevistas que a mulher é mais: direta, compromissada, autêntica, sensível, responsável, preocupada com o outro e com o lado social, sensível, sentimental, detalhista, carinhosa, humanizada, solidária, envolvidas com o cuidado, dedicada, coração, capaz, visão panorâmica e de longo prazo, emotiva, piedosa, diálogo, religiosa, envolvida com projetos, boa ouvinte, audaciosa, franca, intuitiva, minuciosa, conciliadora, dedicada, doce, complacente, corajosa, moral, respeitosa, carismática, jeitosa, caridosa, amorosa, bondosa, sincera, tolerante, forte, paciente, compreensiva, compromissada, ativa, inovadora, preocupada com mudança e justiça social, fiel, presente, carinhosa, persistente, sensata, generosa, conscientes, pacificadora, afetiva... Essas características aparecem repetidas vezes nos discursos das mulheres.

A defesa central aqui é que as mulheres têm um olhar diferente do masculino. Em alguns casos (28% das entrevistas), essas características estão ligadas ao papel da mãe, da cuidadora do lar, dos filhos, da casa, ao instinto materno do cuidado. Entre as candidatas que apontaram alguma característica feminina superior às masculinas, encontramos 66% delas conectadas à ética do cuidado – mulheres são seres mais voltados para o cuidado com o outro, para o lado social, têm uma visão de mundo mais coletiva.

A tendência seria corroborar a tese de que as mulheres possuem realmente uma outra percepção do mundo, calcada em características “naturalmente” femininas. Ao falar dessas características, as entrevistadas nos passam a idéia de que todas as mulheres são assim e de que todos os homens são exatamente o contrário. Entendemos isso, numa primeira tentativa de explicação, como uma necessidade das mulheres se afirmarem em um espaço tão masculinizado como a política. Talvez elas exaltem as suas características “essenciais” para mostrar que a mulher é tão importante quanto o homem nesse espaço.

Em segundo lugar, tentamos estabelecer como as entrevistadas percebem a relação entre mulheres e corrupção. Vale destacar que não existia uma pergunta sobre corrupção no questionário, quando esse tema aparece nas respostas, está dentro de alguma outra questão sobre diferenças entre homens e mulheres na política. É preciso colocar também que em TODAS as vezes que o tema da corrupção aparece, a ligação é estabelecida quase que imediatamente: as mulheres são menos corruptas do que os homens.

Entre as candidatas, apareceu em 46% das entrevistas a associação que mulheres são menos corruptas do que os homens. Entre as eleitas a porcentagem é um pouco menor, 33% delas afirmou que as mulheres são menos corruptas. O fato das eleitas afirmarem menos do que as candidatas a conexão entre ser mulher e ter comportamentos políticos menos corruptos, pode ser devido à evidência de que as deputadas eleitas já estão dentro do jogo político e, portanto, podem perceber que nem todas as mulheres perseguem o bem-comum quando chegam às casas legislativas e nem todas as mulheres têm um comportamento pouco ou nada corrupto.

Nas entrevistas em que aparece o tema da corrupção, as entrevistadas falam em uníssono que as mulheres são mais éticas, não gostam de corrupção:

A mulher, tudo dela ela volta para a responsabilidade que ela tem. Ela não tem dinheiro, porque ela não tem tempo e nem tem interesse mental para ficar articulando, uma trapaça uma outra dali, outra dali, pega uma verba dali, outra verba de um ciclano, salta de um fulano para outro... A mulher detesta esse tipo de jogo, então não dá para a mulher. (Entrevistada A, 2006).

Por esse trecho, percebemos que a entrevistada adota a idéia de Gilligan (1982) de que as mulheres estão mais voltadas para a responsabilidade. E esse senso de responsabilidade das mulheres impediria que estas se envolvessem com esquemas corruptos.

Outra explicação para o fato das mulheres se envolverem muito menos do que os homens nos esquemas de corrupção estaria no comprometimento destes com os interesses privados: *Trace um perfil das parlamentares, mulheres nesse Congresso Nacional, você vai ver diferenças gritantes entre homens e mulheres. Menos corrupção, mais metodologia, mais seriedade no tratamento da coisa pública, envolvidas nas questões sociais.* (Entrevistada B, 2006).

O homem joga o jogo da corrupção, a mulher se recusa: *O homem tem o jogo, o homem joga. De qualquer forma, de qualquer posição, tanto financeiro, te compra com a palavra... a mulher não. A mulher, eu acho que ela acredita muito nas palavras (...). Elas acreditam, elas entram com o coração.* Ou então: *ele (o homem) participa de certos jogos que a mulher não seria capaz de participar, é onde a política, hoje em dia, está, eu diria, um pouco deteriorizada.* (Entrevistada C, 2006).

E o homem é mais esperto nesse jogo porque já está contaminado pelas estruturas do poder, já está no poder há muito tempo: *O homem já tem as articulações, já tem a maldade, ta impregnada no homem. Já tem ali a malícia, eles sabem jogar.* (Entrevistada D). Ou então: *Porque como os homens estão mais acostumados ao poder eles também têm vícios que nós não temos. Nas disputas, nas puxadas de tapetes, é são diferentes, porque tem vícios que se constroem ao longo do tempo das disputas pelo poder.* (Entrevistada E, 2006). Sendo assim, por estar afastada do poder, a mulher estaria isenta da contaminação pelos jogos corruptos.

O comportamento político dos homens é visto como fortemente ligado à corrupção: *Pela corrupção os homens lá no parlamento, a maioria deles, eles vendem emendas, eles entram, agora nos Sanguessugas, nos super faturamentos, eles compram os projetos, eles decretam leis e as mulheres não. Você pode ver que só vê homens na corrupção.* (Entrevistada G, 2006).

Quando não citam diretamente a corrupção, as entrevistadas citam características femininas opostas àquelas ligadas a comportamentos corruptos: *Eu acredito, eu acho a mulher mais honesta, mais transparente.* (Entrevistada I, 2006). As mulheres aparecem, assim, como a “saída” para o país abandonar a crise de corrupção em que se encontra:

A crise do nosso país é crise de caráter e não intelectual e não tão somente financeira. Nós mulheres, como eu já disse, somos mais difíceis de nos corrompermos. Nós somos mais frágeis, agimos não somente com a razão, ouvimos o nosso coração. Não nos corrompemos, não nos deixamos levar facilmente por idéias, pelo corporativismo. (Entrevistada I, 2006).

Ou então: *Acho necessário e acredito que a mudança na política passa pela mulher sim. Ela tem todos os princípios, é o princípio ético, de transparência.* (Entrevistada J, 2006).

Algumas colocam, ainda, que pelo fato da política estar tornando-se algo muito sujo, muito corrupto, isso tem afastado as mulheres da política:

*O que a senhora acha da argumentação que as mulheres teriam uma baixa ambição política?

*Olha, eu não sei que relação eu posso fazer, mas, ela tem uma baixa ambição política. Eu coloco isso com a seriedade que ela tem e pela

política estar se tornando uma coisa muito suja, talvez seja isso que tanto a mulher como o cristão ta querendo afastar da política. (Entrevistada K, 2006).

A mulher teria um “compromisso inabalável” com a luta contra a corrupção, por mais transparência: *E é esse padrão (de comportamento) que eu vejo dela (a mulher), o compromisso com a ética, com a verdade, com a responsabilidade.* (Entrevistada L, 2006). Apesar dessa ligação praticamente direta entre menos corrupção e mulheres, a maioria das entrevistadas destaca saber que nem todas as mulheres são assim (menos corruptas, mais honestas), abrindo espaço para o questionamento de se essa relação é mesmo inevitável: *Porque só porque subiu a mulher (para a política) não precisa ser santa. Você vai ter a santa, vai ter a prostituta, vai ter a honesta, vai ter a capeta... entendeu?* (Entrevistada M, 2006).

É preciso também ressaltar que existem aquelas entrevistadas que percebem haver diferenças entre as próprias mulheres. Entre as candidatas, essa percepção foi de 30% e entre as eleitas de 40%. O que elas dizem aqui é que nem todas as mulheres são iguais no que diz respeito àquelas características mais “especiais” ou menos corruptas. Sobre essas diferenças dentro do próprio grupo de mulheres, as entrevistadas colocam que “existem mulheres e mulheres”, nem todas as mulheres aceitam menos os esquemas corruptos. E ressaltam também que existem sim mulheres eleitas que estão comprometidas com os interesses privados, que são aquelas que levam sobrenome de famílias políticas importantes – cuja trajetória política é baseada na rota familiar, tradicional. Elas estariam na política para “se dar bem”, “participar do poder” e não com projeto de transformação da sociedade.

Quando as candidatas falam sobre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres, é pequena a tendência para a essencialização, tanto entre as candidatas quanto entre as eleitas. Entre as primeiras, em 48% das suas entrevistas apareceu a defesa de que homens e mulheres possuem comportamentos políticos diferentes e em 32% dos casos elas não perceberam diferenças entre os sexos nesse quesito. Entre as eleitas, as porcentagens também são parecidas, 50% falam de comportamentos parlamentares diferentes por sexo e 30% falam que não existe essa diferença por sexo no comportamento político.

Para as entrevistadas que acreditam que mulheres têm comportamento parlamentar diferente do masculino, este fato é explicado pelas características positivas femininas:

A mulher... envolve muito o lado sentimental da mulher. Eu acho que ela é mais carinhosa. Eu acho que ela é mais objetivada. Ela coloca uma coisa na cabeça, ela quer fazer aquilo. Vai até o fim. O homem não. O homem não tem muito isso. (Entrevistada B, 2006).

Além disso, elas buscam ressaltar a enorme predominância da mulher nas áreas sociais:

Mas eu acho que ocupar esses espaços dá, de temas e áreas mais sociais, eu não acho que seja machismo, eu acho que é porque a mulher tem uma sensibilidade muito grande pelo social. Então isso aí eu vejo como positivo, é a mulher aonde eu vejo que ela pode dar uma contribuição de avanço dá, para que haja direitos iguais e igualdade social e tudo. (Entrevistada J, 2006).

Para as que defendem que ambos os sexos têm o mesmo comportamento, a ética profissional é igual para homens e mulheres: *Agora, dentro da política, a ética profissional, o direito, a responsabilidade é igual para o homem e para a mulher. (Entrevistada N, 2006).* Para essas entrevistadas, ambos os sexos atuam nas mesmas áreas, ambos podem atuar em qualquer área, isso é muito mais uma questão de aptidão: *Eu acho que a mulher é capaz de atuar em qualquer setor, porque eu acho que isso não diferencia por ser mulher, ter que atuar em um setor ou outro, isso depende da aptidão de cada uma. (Entrevistada E, 2006).*

Mesmo entre essas existe a percepção do comportamento feminino mais voltado para as áreas sociais, porém a justificativa aqui não é pelo lado de características essencialmente femininas, tendo mais a ver com a experiência e o trabalho.

Nessa questão, quando as respostas são negativas, o que há de marcante em todas elas é a negação de que sexo é o determinante último dos comportamentos de homens e mulheres na política. Existem outros fatores - pessoais, de aptidão, partidários - que influenciariam muito mais.

Quando passamos para as respostas sobre os motivos que levam homens e mulheres a se candidatarem, a proporção de respostas “essencializantes” é menor. Dentre as candidatas 20% percebeu existir motivos diferentes, enquanto 22% respondeu não haver esse diferencial de sexo. Entre as eleitas, a diferença entre as respostas é mais significativa ainda, 6% acredita existirem motivos diferentes por sexo para a candidatura, enquanto 16% não acredita nessa diferença.

As justificativas para a existência da diferença vão no mesmo sentido da pergunta anterior: as mulheres possuem características melhores e completamente diferentes das masculinas, em geral, estas justificativas estão relacionadas aos diferentes interesses que homens e mulheres teriam ao entrar para a política:

**A senhora acha que existam motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo?*

**Olha, eu acho que há. Eu acho que pros homens, de um modo geral, tem muito essa questão do poder, de uma certa vaidade, de construir possibilidade até econômica através da disputa do voto. Eu acho que, ou*

vincular algum grupo econômico, algum interesse específico (...) eu acho que no geral é isso. Eu acho que pras mulheres, quando ela chega aí, eu acho que tem muito essa vontade assim, dessa dedicação, das causas coletivas. (Entrevistada O, 2006).

Por outro lado, aquelas que dizem não haver diferencial de sexo no que diz respeito aos motivos da candidatura – dessa vez elas são maioria – se apóiam no argumento de que essa é uma escolha pessoal, independente de sexo.

**Eu acho que para homens e mulheres se candidatarem não tem motivos tem motivos assim, existem aqueles políticos que querem se eleger porque tem um objetivo coletivo, um objetivo macro, de trabalhar para melhorar a vida da maioria, e tem aqueles que têm uma visão puramente aproveitadora, de vir pra cá devido seus interesses particulares para virem defender aqui, (...) então, tem gente, assim, com essas, esses objetivos diferentes, eu não que seja homem ou mulher, eu acho que todos nós, dependendo da trajetória que você fez na vida é que vai, dizer, orientar a sua trajetória política. (Entrevistada P, 2006).*

Todas as vezes em que as entrevistadas aparecem negando a existência de uma diferença de sexo determinante na política, encontramos uma maior disposição delas em refutar os essencialismos que muitas vezes elas mesmas colocaram em algum momento da entrevista. É mais forte a negação da diferença quando o assunto são os motivos que levam homens e mulheres à política, com uma maior tendência das entrevistadas em responder que esses motivos têm causas pessoais. Essa percepção abre caminho para o questionamento se realmente é o sexo o determinante principal das ações e escolhas das pessoas. Algumas das entrevistadas reforçam esse sentido afirmando que não basta ser mulher para assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade:

**Eu diria que não basta ser mulher pra assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade. Há mulheres que têm pensamento machista, autoritário e socialmente excludente. Do ponto de vista individual, de cada mulher, não faz diferença porque algumas reproduzem o modelo machista, patriarcal. (Entrevistada Q, 2006).*

Aqui as entrevistadas defendem que não basta eleger qualquer mulher, só fará diferença aquelas que forem exercer o poder com competência, que tiverem projetos sociais que almejem uma sociedade mais igualitária. Algumas chegam mesmo a formular idéias parecidas com a de “perspectiva social”.

Poucas entrevistadas (8% das candidatas e 10% das eleitas) nos indicam esse caminho da perspectiva (Young, 2000) como o melhor para explicar as diferenças

entre homens e mulheres: *Nós, mulheres, enxergamos o mundo com uma perspectiva diferente, a gente vê o mundo redondinho, a gente vê as crianças de uma forma diferente para completar a forma que os homens vêem. Não que nós sejamos melhores, nós nos completamos.* (Entrevistada N, 2006).

Para estas entrevistadas, foram os anos de silêncio e de afastamento da mulher da política que a levou a desenvolver todas essas características descritas acima, principalmente a sua preocupação com o social. As mulheres levantam mais bandeiras sociais pela vivência delas, pela história de vida delas, sempre ligada à família, à casa, ao cuidado: *Eu penso que as mulheres são mais sensíveis para levantar essas bandeiras (sociais) por questão de vivência.* (Entrevistada T, 2006).

Essa perspectiva feminina é *fruto de uma história que sempre nos oprimiu.* (Entrevistada P). A idéia aqui é a de que as mulheres têm a contribuir com o mundo da política, não por terem características inatas, mas porque a capacidade política é construída, e a das mulheres foi construída num espaço fora da política formal. Enfim, as mulheres farão diferença na política se levarem para este campo as peculiaridades que a vida lhe impôs:

Do ponto de vista coletivo, enquanto parcela da sociedade, faz enorme diferença (ser mulher), porque essa metade da humanidade leva para o exercício da política particularidades que a vida lhe impõe. Por exemplo, sensibilidade social por conviverem com a luta cotidiana da comida, pra assegurar educação, pra compensar os problemas da assistência à saúde que o estado debilita. Então, esse exercício dessa parcela da sociedade cria uma estrutura, uma tendência á uma sensibilidade social maior. E há a própria pressão da vida, ao serem discriminadas, a sua situação termina ajudando pra que ela crie uma consciência de igualdade. (Entrevistada U, 2006).

Enfim, o que os dados nos mostram é uma tendência das mulheres envolvidas com a política, sejam eleitas ou candidatas, afirmarem a existência de diferenças entre homens e mulheres, muitas vezes caindo no argumento “essencialista” de que estas seriam diferenças naturais. As mulheres entrevistadas com muita frequência se esforçam para se diferenciarem dos homens, inclusive quando o assunto é corrupção. Todavia, se existisse mesmo uma “essência” feminina completamente diferente da masculina, esperar-se-ia que todas as vezes que fossem chamadas a comparar homens e mulheres, as entrevistadas identificassem diferenças naturais entre os sexos. Só que os percentuais variam de pergunta para pergunta. Na pergunta direta sobre se há ou não diferenças, a enorme maioria responde que sim. Mas quando vamos para comportamentos e motivos, as respostas já são menos categóricas e surgem possibilidades maiores de diferenças importantes que não são derivadas do sexo. Em algumas entrevistas surge mesmo a possibilidade de que essa seja uma diferença mais de projeto, de trajetória pessoal. E uma minoria chega mesmo a

defender que a presença das mulheres na política deve ocorrer porque elas possuem uma perspectiva social diferente da masculina, que não deveria estar ausente dos espaços de tomada de decisão.

Conclusões

A sociedade brasileira tem se debatido, desde a sua democratização, com o problema da constituição de uma noção de interesse público capaz de pautar a ação dos seus representantes políticos. O Brasil democrático tem sido marcado nos últimos anos por uma maré de denúncias de escândalos de corrupção. Apesar disso, no nosso país existem poucos estudos sobre esse fenômeno.

O que fica para nós desse artigo é a importância na atualidade de se desenvolver pesquisas para entender o fenômeno da corrupção no Brasil. O que demanda olharmos para a estrutura política, mas não só ela, como também olhar para os aspectos culturais e sociais. Fica também a importância de se estudar a corrupção por outro viés que não seja só o institucionalista. Para o entendimento desse fenômeno, importa olhar as regras e instituições, mas é preciso ampliar o olhar e tentar entender as percepções que a própria sociedade constrói acerca da corrupção e do interesse público. Como Bignotto (2006) destaca, a corrupção é um problema no Brasil que é parte da nossa vida política em toda a sua extensão. Ela afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral. Tentamos buscar como as mulheres próximas do campo da política percebem as diferenças entre comportamentos políticos de homens e mulheres.

Ao partirmos para a parte empírica, os resultados da análise das entrevistas das mulheres nos mostraram uma tentativa sempre presente de diferenciar homens e mulheres no que diz respeito aos seus comportamentos políticos, motivos para se candidatar e a relação com a corrupção. Poucas foram aquelas que buscaram outros fatores explicativos que não o sexo para as diferenças percebidas entre homens e mulheres. Mas, apesar de aparecerem em menor número, o fato de aparecerem explicações alternativas já sinaliza para a possível existência de outras causas das diferenças percebidas entre os sexos. Conseguimos visualizar espaços para a defesa de outras idéias, que desmitificariam a idéia de uma “essência” feminina.

Entendemos que a “ética do cuidado” deve ser levada para o campo da política com cuidado, para não cair em uma “essencialização” das posições das mulheres. Como nos alertou Miguel (2001), levar o argumento da “política do desvelo” para a política pode reter a atuação política das mulheres nas áreas sociais, obrigando-as sempre a se preocupar mais com os outros do que com a defesa dos seus próprios interesses.

Nossa análise empírica nos mostrou que essas mulheres entrevistadas ainda fazem uma defesa da presença das mulheres no campo político ressaltando as características morais femininas diferentes das masculinas. Um início de explicação para isso pode ser que essas mulheres ligadas à política, por estarem em um campo tão

hostil a elas, dominado imensa e quantitativamente pelos homens, podem acabar por procurar se destacar de alguma maneira. O ambiente político é muito masculinizado no nosso país e isso pode fazer com que as mulheres que tentam ingressar nele ou as que efetivamente conseguem vencer as eleições, para se destacarem na multidão dos políticos, optem por um discurso mais enfático, ressaltando as características diferentes entre elas e os homens.

Se as mulheres são ou não a solução para o problema da corrupção no nosso país, fica a pergunta. E fica também a proposta de se estudar mais a fundo a relação que ambos os sexos estabelecem com o que é público, para tentar entender por que essa associação tão forte entre mulheres e comportamento político menos corrupto. Nossa percepção é a de que se realmente existir um diferencial de gênero no que diz respeito à corrupção, sua causa não deve ser buscada em uma “essência” natural feminina ou masculina. Podemos pensar que outros fatores podem influenciar a maneira como os dois sexos constroem a relação com o que é público, como por exemplo, a trajetória de vida da pessoa, sua participação em movimentos sociais, ou mesmo sua ligação com os setores dominantes da sociedade.

Para nós, é responsabilidade de homens e mulheres construir atitudes positivas e eticamente orientadas para estruturar uma sociedade decente e democrática em que direitos, oportunidades e liberdades sejam igualmente distribuídos.

Referências bibliográficas

- BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de Direito. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PNUD, 2006.
- DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row, 1957.
- FILGUEIRAS, Fernando . *A Corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas*. Cadernos Cedes - IUPER, v. 5, 2006.
- FRIEDMAN, M. Beyond caring: the De-moralization of gender. In: **Canadian Journal of Philosophy**, v.13, 1987.
- GILLIGAN, Carol. **Uma Voz Diferente**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.
- HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalism. In: **Political Studies**, nº 44, 1996.
- HUNTIGTON, Samuel P. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- KAUFMANN, D. **Corruption: the Facts Foreign Policy**. 1997.

- KIMLICKA, Will. O Feminismo. In: **Filosofia Política Contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. **Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics**. New York: Free Press, 1989.
- MATOS, Marlise. Gênero. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloísa. (Org.). **Corrupção: ensaios e crítica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação política e singularidade feminina. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.
- NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University press, 1990.
- NYE, Joseph Nye. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. In: **American Political Science Review**, vol. 61, nº 4, 1967.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and Government. Causes, Consequences, and Reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SERAGELDIN, Ismail; Shluger, Ephim; Brown, Joan Martin. Banco Mundial, 2001.
- SUNG, Hung-En. From victims to saviors? Women, power and corruption. In: **Current History**. March, 2006.
- SWAMY, A., KNACK S., LEE, Y., AZFAR, O. Gender and Corruption. In: **Journal of Development Economics**, 2001.
- YOUNG, Iris M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

AS PERSONAGENS FEMININAS EM MACUNAÍMA: SEXUALIDADE E GÊNERO NO MODERNISMO PÓS-1922

André Luiz Ferreira Cozzi¹

Universidade Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (UFPA)

Orientadora: Ana Paula Palheta Santana²

As mudanças políticas e econômicas ocorridas em fins do século XIX, bem como as grandes guerras do início do século XX, quando as democracias de massas abrem espaços sócio-políticos a outros segmentos sociais, promovem várias discussões e mudanças na percepção das identidades nacionais. A crise da *síntese burguesa*³, desencadeada a partir da introdução de novas tecnologias na indústria e da maior concentração demográfica nas cidades, coloca em xeque todo um padrão de comportamento social. Tais circunstâncias demarcam a ruptura entre dois períodos: a tradição humanista vinda do renascimento, tão cara ao liberalismo burguês, entra em colapso por conta das discrepâncias de suas convicções – o respeito pela dignidade e valor do indivíduo contrastam com a prática da desumanização e despersonalização das classes trabalhadoras⁴. Esta *rebelião das massas*⁵ faz as perspectivas quanto ao futuro serem incertas e um tanto pessimistas – especialmente no contexto europeu.

Diante da crise de paradigmas, muitas são as propostas para reordenar a realidade. A busca por respostas conduz muitos pesquisadores sociais ao encontro da antropologia e do folclore, numa tentativa de reescrever a história dos povos, de maneira a incluir e reconhecer o papel dos vários agentes sociais na formação étnica de uma nação, permitindo a (re) criação de uma noção de pertencimento nacional. A formação de uma identidade comum envolvia aspectos complexos, por isso os textos sobre nacionalidade, para além de aspectos puramente políticos ou antropológicos, acabaram expondo outras particularidades sociais, como as questões de sexualidade e gênero, estando estes temas direta ou indiretamente diluídos em diversas produções intelectuais do início do século XX.

No Brasil, Euclides da Cunha expõe a problemática sociológica sobre a crise da síntese burguesa ao publicar *Os Sertões*. Daí em diante, a *intelligentsia* nacional tenta explicar e propor o ordenamento da vasta e diversificada sociedade brasileira.

16 Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, atualmente é aluno de pós-graduação no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Pará - IFPA.

17 Professora do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará, socióloga e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

18 Cf. G. Bruun, *Nineteenth-Century European civilization, 1815-1914* (Londres, 1959), Apud. BARRACLOUGH, p. 212.

19 Uma bela exposição deste quadro foi feita no livro *Germinal* (1885), de Zola. Ver também *Os Tecelões* (1892), de Gerhart Hauptmann.

20 Título de livro do historiador espanhol José Ortega y Gasset. Publicado inicialmente em 1926, no jornal madrilheno "El Sol", retrata as grandes transformações do século XX, especialmente na Europa, com ênfase no processo histórico de crescimento das massas urbanas.

O movimento modernista de 1922 é tomado por muitos como o mais contundente manifesto em prol de uma nova e autêntica sociedade brasileira, na qual a diversidade social tivesse o reconhecimento e a aceitação política e intelectual. As palavras proferidas por Menotti Del Picchia dão o tom deste desejo por mudanças:

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho na nossa arte. E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou anacronicamente a dormir e a sonhar – na era do jazz band e do cinema – com a fruta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena. (JORGE, 1994, p. 462).

Seguindo os passos da ciência, a arte também procura traduzir as novas realidades, de forma a compreender, dominar e dar novo sentido à vida humana – “*A arte não reproduz o que se pode ver; ela torna as coisas visíveis*”, diria Paul Klee⁶. De fato, muitas são as tendências artísticas surgidas no fim dos novecentos. De modo geral, porém, a tendência artística manteve-se em grande medida atrelada aos padrões mais tradicionais, porque, como disse Gauguin ao comentar a exposição impressionista de 1874, eles “*conservaram as algemas da representação*”. Seguindo a tendência mundial, a arte e a literatura brasileira de vanguarda, adotou uma postura libertária em relação a antigos paradigmas, abria mão de profundas e respaldadas reflexões nas mais recentes descobertas científicas, mas ainda conservava certas posturas tradicionais.

Em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928), Mário de Andrade faz jus ao papel que a arte desempenhava naquele momento. Concebe o livro como resultado do conhecimento das obras de Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Barbosa Rodrigues, Spengler, Herder, Keyserling, Homero, José de Alencar e vários outros escritores e pensadores, gregos, alemães e brasileiros, fazendo uma releitura destes autores de acordo com suas próprias concepções sobre a cultura. De fato, para a maioria, se não para todos, os que se preocupavam com a questão da construção de uma identidade nacional, as teorias científicas eram utilizadas por conveniência: utiliza-se o que há de análogo a seus interesses e descarta-se o que se contrapõe aos mesmos⁷.

Meu interesse por *Macunaíma* seria preconcebido hipocritamente por demais se eu podasse do livro o que é da abundância das nossas lendas indígenas (Barbosa Rodrigues, Capistrano de Abreu, Koch-Grünberg) e desse pro meu herói amores católicos e descrições sociais que não seriam dele pra ninguém.

1 O ensaio de Klee, 1920, do qual são estas as palavras de abertura, está editado em tradução por W. Grohmann, Paul Klee (Londres, 1958), p. 97; cf. também G. Di San Lázaro, Klee: *A Study of his Life and Work* (Londres, 1957), p. 105. Apud BARRACLOUGH, p. 216.

2 Ver ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 32.

[...] Se somando isso com minha preocupação brasileira, profundamente pura, temos Macunaíma, livro meu⁸ (HOLANDA, 1978, p. 25-30).

Se na década de 1920, o discurso dos modernistas se consolida como inovador, Macunaíma seria a sua expressão mais aguda. O livro é polêmico, pois valoriza os aspectos da exacerbada sexualidade brasileira como um traço positivo de sua natureza⁹, fazendo disso uma das indispensáveis características do verdadeiro homem nacional, sendo a negação ou ocultação desse erotismo as amarras que impediam o progresso civilizatório no Brasil. Tal posicionamento é revolucionário, pois contradiz toda uma lógica sociológica que classificava a forte sexualidade do brasileiro como uma de suas deficiências para se construir como nação (mestiçagem) – esta idéia envolvendo erotismo e atraso é largamente debatida no livro do gaúcho Paulo Prado, *Retrato do Brasil, ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1928.

Neste artigo, procuro demonstrar que é exatamente naquilo que a obra andradiana tem de mais inovador, contestador e emancipatório: o reconhecimento e a valorização da sexualidade do brasileiro como traço de sua afirmação como povo residem também o discurso patriarcal de manutenção de uma ordem tradicional e conservadora no que diz respeito às identidades de gênero, em que o controle e disciplinarização da sexualidade determina a estabilidade social e política; demarcando, simultaneamente, avanços e permanências no campo social. Avanços, porque abrem o leque de discussões em torno da cidadania e do pensamento crítico; e permanências, por não conseguirem abrir mão de uma tradição profundamente perpetuada pelo uso, numa espécie de *reificação oculta*, além da capacidade para uma reflexão questionadora de fato, na qual a idéia de serem as mulheres portadoras de um estigma ameaçador à civilização é atualizado e ganha nova dimensão. Para tanto, lanço mão da análise de algumas personagens femininas da rapsódia, procurando através do embasamento em literatura especializada sobre Mário de Andrade¹⁰ e noutra específica acerca da história das mulheres¹¹, estabelecendo uma interpretação das tramas que envolvem estas personagens a luz de conceitos sobre gênero e sexualidade, contribuindo assim (sem a pretensão do ineditismo) para uma ampliação das fontes e categorias de análise sobre a formação de identidade nacional brasileira na conturbada década de 20 do século passado.

3 Exceto de prefácio inédito, escrito imediatamente depois de terminada a primeira versão.

4 80 anos após sua publicação, o erotismo de Macunaíma ainda expõe muitos tabus sexuais de nossa sociedade.

5 SOUZA, Eneida Maria de. A pedra mágica do discurso. 2ª ed. rev e amp. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

 SOUZA, Gilda de Mello e. O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003.

6 PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. tradução Viviane Ribeiro. –Bauru, SP: EDUSC, 2005.

A moldura

No contexto das relações políticas e econômicas, é inegável uma ampliação na participação e no reconhecimento das mulheres como iguais; o próprio discurso republicano, ainda no século XIX, insistia numa maior participação feminina na consolidação do novo regime de governo, primariamente restrita ao lar: como filhas, mães e esposas dedicadas e submissas à ideologia da classe que detém o poder político. Em 1890, no *Programa de Educação Nacional* José Veríssimo admoestava:

[...] a mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e *primeira mestra* de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. (LOURO, 2000, p. 448).

O domínio do homem sobre a mulher, conforme identificado por Engels,¹² tinha como finalidade principal à procriação de herdeiros, que um dia tomariam posse dos bens do pai. Exigia-se que a mulher guardasse castidade, mantivesse fidelidade conjugal rigorosa e tolerasse a infidelidade do marido; ela era a mãe de seus filhos legítimos e herdeiros; era aquela que governava a casa e vigiava as escravas, as quais ele, o homem, podia transformar em concubinas. Mesmo após a Revolução Francesa – com as propostas de renovação dos costumes e criação de um novo homem em aparência, linguagem e sentimentos –, a força da tradição patriarcal se mantém. Foi no século XVIII que as idéias em torno da coisa pública se associaram com o Estado, enquanto o privado passa a ser identificado com a vida familiar.

Diferenciaram-se os papéis sexuais, estabelecendo-se a oposição entre homem (público) e mulher (mundo privado). A partir do século XIX, com a reforma social, o Estado invadiu a vida familiar, legislando sobre o casamento, regulamentando o processo de adoção, determinando os direitos dos filhos naturais, instituindo o divórcio e limitando o poder paterno. Por meio do estado eram garantidos os direitos individuais, a união familiar e paterna. As mulheres, entretanto, continuavam restritas a redoma do universo privado. Eram identificadas pela sua sexualidade e pelo seu corpo: seu útero era quem definia seu lugar na sociedade; como símbolos da fragilidade deveriam ser protegidas, pois eram o centro do lar e da família. Distanciavam-se das atividades públicas (negócios), convertidas em mães e donas de casa; conseqüentemente dependentes do homem.

Na maior parte do mundo, o casamento monogâmico continuava sendo o fundamento de uma família nuclear, cuja afetividade era fortalecida e os filhos ocupavam lugar de destaque. A família era responsável pelo funcionamento econômico;

7 ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

transmissão de patrimônio; produção de crianças e pela sua socialização, pureza e saúde; era ainda a transmissora de valores e agia ligada às tradições religiosas e políticas do meio social: a garantia não mais de uma genealogia, mas do bom nascimento e do *bom sangue*, um legado para o futuro – hereditariedade.

Às mulheres, dados os discursos científicos sobre sua natureza, seu papel como mães e administradoras do lar, cabia uma função social especial (e bastante tradicional) na sociedade no início do século XX: assegurar o destino da espécie humana, garantido por meio de seu *poder* de vida e por sua atuação social como mães e esposas. Gozarem elas de maiores *direitos sociais* seria útil à medida que estes fossem utilizados à maneira de quem os prescrevia: a pátria e a perpetuação do patriarcalismo que a funda e mantém, mesmo que agora esteja travestido com o nome de república e democracia. A preocupação em limitar e canalizar os poderes das mulheres esconde conceitos profundamente arraigados. Caracterizada pela longa duração, a misoginia (aversão à mulher) persiste no imaginário masculino, sendo re-significado para as novas circunstâncias em que as relações de gênero se redefiniam. Nesta perspectiva, as mulheres e os homens não podem ser colocados no mesmo plano, estando eles ligados à humanidade em geral, enquanto as mulheres eram uma espécie de *“entidade mística, sem equivalente masculino”*¹³, singularizado: *“Bastava analisar uma delas para conhecer o grupo, e todas as nuances físicas, psicológicas, sociais eram, tão somente, ilusão de ótica: nelas tudo era natureza, e apenas isso”*¹⁴.

O perigo representado pela intelectualização feminina acabou sendo objeto de estudos científicos, dos quais um dos mais conhecidos foi o do médico e criminalista italiano Cesare Lombroso, para quem as mulheres teriam uma inclinação natural para o crime (SOIHET, 2004). As mulheres eram, por estes termos, portadoras de uma ambigüidade cativante para as mais variadas especulações sobre sua natureza e comportamento. Num tempo marcado pelo interesse da ciência, da literatura e da arte em geral em assuntos que envolvessem o cotidiano das pessoas que viviam nas cidades, ocorre uma verdadeira obsessão pelo feminino.

Eles viam mulheres em toda parte. [...] Tornando-se vocabulário comum, o corpo da mulher servia para quase tudo e seu antônimo: Natureza e Cultura, Luxúria e Castidade, Verdade e Mentira. [...]

A literatura da segunda metade do século XIX mostra claramente que a mulher mete medo, que é cruel, que pode matar. Com efeito, não se fala mais de anjo, Musa ou Madona, imagens freqüentemente lembradas como as únicas representações da mulher no século XIX.

De qualquer maneira, no final do século [XIX], a musa sofre estranhas metamorfoses. Vulgar para os naturalistas, ela bate nas coxas, tem

8 DOTTIN-ORSINI. 1996, p. 26.

9 Idem. Sobre isso ver também PERROT, Michelle. 2005, p. 268-278.

suas regras (ou cólicas) e, se acontece dar à luz, é no horror e na sânie; hierática para os simbolistas, assassina com um sorriso, arrasta a saia no sangue, possui impassíveis olhos de pedra preciosa. Seja como for, é perigosa. (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 11-14).

A recepção dos novos papéis sociais desempenhados por mulheres é abundantemente explorada nos meios artísticos – “*No século 19, a mulher está no centro de um discurso abundante, repetitivo, obsessivo, amplamente fantasioso, que toma emprestado aos elementos as suas dimensões*” (PERROT, 2005). A presença feminina é redefinida em muitas produções artísticas da Europa: Flaubert, Huysmans, os irmãos Goncourt, Zola, Maupassant, Baudelaire, Théophile Gautier, Octave Mirbeau, entre outros, na literatura; e pintores como Gustav Monreau, Gustav-Adolf Mossa, fizeram dela seus objetos de pesquisa e especulação. Mas neste caso, a leitura artística reflete mais o medo que o reconhecimento ou a aceitação.

No Brasil, que no século XIX adota o modelo europeu de civilização entre seus intelectuais, encontramos vasto material artístico e científico destinado à propagação de estereótipos do feminino, sendo estes bastante explorados por jornais e revistas da época. Em artigo publicado na revista “*Nossa História*” sob o tema “*Pisando no ‘sexo frágil’*”, a historiadora Raquel Soihet revela a existência de todo um aparato voltado à desmoralização das mulheres que trabalhavam fora e como isso poderia afetar o equilíbrio da vida familiar em consequência de uma inversão de papéis: diversas eram as charges publicadas em revistas e outros periódicos retratando as mulheres que trabalhavam fora com um aspecto embrutecido e rude, além de masculinizadas; paralelamente com caricaturas de homens desleixados e mal arrumados, com aparência cansada e descontente enquanto cuidam das crianças e dos afazeres domésticos. “*O recurso da ironia e da comédia foi um poderoso instrumento para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher.*” (SOIHET, 2004, p. 15)¹⁵.

A Tela

Dividida em 17 capítulos e um epílogo, *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* é concebida como rapsódia, gênero artístico tomado da música, caracterizado pela reunião e justaposição de várias melodias populares, sem a pretensão de unidade, utilizando para isso a técnica da bricolagem, que valoriza os aspectos lúdicos e jogo de formas. Segundo Gilda Mello e Souza (2003), a escrita da obra se deu durante seis dias ininterruptos, durante as férias do autor – daí sua aparente despreziosidade quanto ao eruditismo.

15 Só recentemente as pesquisas históricas têm abordado o tema de forma contundente; como no interessante trabalho da historiadora Mary Del Priore: “*História do amor no Brasil*” (2ª ed. São Paulo: ed. Contexto, 2006).

Tendo como fonte privilegiada da informação um papagaio, a história nos é apresentada como uma narrativa de segunda ordem. Conta a trajetória de Macunaíma, o *herói de nossa gente*¹⁶ (que tem como principal característica a preguiça), para recuperar a Muiraquitã, amuleto símbolo da possibilidade de formação de uma civilização autêntica no Brasil, que fora perdido pelo herói, indo parar nas mãos do gigante Paimã, um monstro antropófago, que também assume a identidade de um regateiro e industrial italiano, chamado Venceslau Pietro Pietra, que vive na cidade de São Paulo. Nas aventuras e desventuras do herói para encontrar o amuleto perdido, entrecortam-se várias outras narrativas tomadas do folclore e tradição oral indígena e luso-brasileira, essenciais para compreensão do enredo principal – o encontro e embate com o antagonista, Venceslau Pietro Pietra,

As personagens incluem: o protagonista, Macunaíma; sua mãe, uma índia Tapanhuma; seus irmãos, Jigue e Maanape; suas cunhadas, Sofará, Suzi e Iriqui (que são em momentos distintos, companheiras de seu irmão Jiguê); uma princesa *lindíssima* que havia sido transformada em caramboleiro; a Iara; o antagonista, Venceslau Pietro Pietra, sua esposa, uma velha caapora chamada Ceiuci e uma de suas filhas; a macumbeira, Tia Ciata; a deusa-sol, Vei e suas três filhas; a varina, designação portuguesa dada às mulheres vendedoras ambulantes de peixe; a empregada e o chofer de Venceslau; a dona da pensão onde Macunaíma se hospeda; a polaca (possivelmente uma prostituta, já que este termo geralmente era atribuído às mulheres brancas de origem europeia que viviam na zona de meretrício) que incorpora Exu durante a visita de Macunaíma a um terreiro de macumba.

Para esta pesquisa, destacamos algumas passagens, tomadas para discutir as questões de sexualidade e gênero implícitas na obra. As personagens privilegiadas serão: a índia Tapanhuma, mãe do herói; Ci, que é simultaneamente a mãe do mato, a rainha do mato-virgem e uma amazona ou icamiaba; Sofará, Suzi e Iriqui, as cunhadas de Macunaíma; a filha de Ceiuci; e por último a Iara.

Os frisos

Publicado a mais de oitenta anos (1928), a rapsódia *Macunaíma* inscreve-se no cânone literário brasileiro como obra de referência do nacionalismo modernista brasileiro. Escrito a partir da combinação de vários outros textos, constitui uma inteligente interpretação do que deveria ser a mais original identidade nacional brasileira. A trama talvez seja o exemplo mais conhecido do imbricamento entre ciência, folclore e literatura.

Andrade vê a relação entre erudito e popular como algo problemático, pois para ele não há uma relação de continuidade do primitivo para o moderno em nossa cultura; antes ocorre uma ruptura, causada pela influência exterior (europeia). Isso impediria a formação de uma cultura genuinamente nacional, pois haveria sempre

16 Personagem mítico do imaginário indígena amazônico, catalogado pelo naturalista alemão Koch-Grünberg.

traços de uma cultura *estranha*, gerando crises de identidade. Sua produção literária é sempre marcada por uma espécie de apelo contra o estrangeirismo em nossa cultura.

Essa civilização construída por outros povos, com outras necessidades e outros climas, passou pela nossa alfândega, como um aerólito fulgurante. (...) a imagem de Cristo do tope do Corcovado, se representa uma felicidade da nossa tradição, se representa uma das medidas do nosso ser rotulado, representa ainda o aerólito a que nos escravizamos. Que falseamos. E que nos falseia ainda mais. A imagem será chamada de Cristo-Deus enquanto símbolo do nosso passado colonial. A imagem será chamada de Cristo-Redentor, pelo que poderá valer em nossa contemporaneidade. Mas como índice da civilização brasileira, é apenas Cristo-Rei. A imagem será chamada de Cristo-Rei enquanto símbolo de uma civilização que nos falseia demais (ANDRADE, *Jornal Diário de Notícias*, 18/10/1931)¹⁷.

Atualmente, Macunaíma tem sido ponto de partida e referência a muitos trabalhos que versam sobre a identidade e o nacionalismo brasileiro no século XX. Sua originalidade e ineditismo, além de estar inserido num momento histórico de significativas mudanças sociais e políticas, imprimem em suas linhas a idéia de unificação do variado identitário que é o Brasil.

Cabe aqui, entretanto, uma reflexão sobre o posicionamento da escritura de Macunaíma quanto às já referidas questões sobre sexualidade e gênero, também presentes nas discussões vanguardistas do início do século, que envolviam igualmente ciência, política e literatura. Apesar de não haver uma referência explícita a esta temática no texto, é possível percebê-la em suas entrelinhas. Isto acaba sendo fundamental aos objetivos deste trabalho, pois expõe o discurso ainda reacionário e tradicional (para não usar o termo machista) de como as mulheres interferem e se inserem na sociedade brasileira idealizada pelos modernistas de 1922.

Numa breve análise do texto, é possível identificar as personagens femininas e suas participações na trama de Andrade. Dentre elas, chama a atenção o desfecho daquelas que ao entrarem em contato com Macunaíma acabam sendo obliteradas e metaforizadas, nem tanto por terem travado relações com o protagonista, mas principalmente por serem portadoras de alguma deficiência moral ou estarem cumprindo um destino mítico. Esse é o caso da mãe do herói, a índia Tapanhuma. No capítulo “Maioridade”, após retornar da floresta, onde passa por várias provas de iniciação, revela a sua mãe ter sonhado que lhe caíra um dente, o que é imediatamente interpretado pela mulher como premonição de morte na família, ocorrendo logo depois sua própria morte, sendo transformada em uma veada parida. Segundo a interpretação de Eneida Maria de Souza¹⁸, a morte da índia Tapanhuma reflete o mito

17 In CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 268.

18 SOUZA, 1999, p. 84, 85. Sobre isso, ver também HURLEY, 1934, p. 53.

de Jurupari (entidade mítica dos indígenas, filho de Tupã com a bela Cêucy, e que segundo Jorge Hurley exerce entre os índios a mesma função profética de Moisés entre os judeus).

Segundo a leitura da época sobre a história, ao perceber a presença da mãe numa reunião exclusiva para homens, Jurupari decreta a morte da mesma, obtendo com isso o poder materno. Ou seja, a morte desta mulher é decorrência direta de uma interdição socialmente imposta que foi transgredida: a entrada no recinto exclusivo dos homens. Considerando as circunstâncias sociais do início do século XX, o relato serve também como um alerta contra a presença de mulheres nos meios tradicionalmente destinados aos homens, sendo isso um sacrilégio passível de morte.

Michele Perrot, retomando os estudos de Foucault sobre Pierre Rivière – condenado pela morte da própria mãe –, analisa os motivos do ato parricida sob a ótica dos conflitos sexuais daquela época, quando a maior autonomia das mulheres perturba a *ordem* do mundo masculino. Ao explicar os motivos que levaram Rivière a matar sua mãe, Foucault lembra: “São as mulheres que comandam agora, a força foi aviltada, diz ele para explicar seu crime” (PERROT, 2005, p. 494). Agindo como vingador de seu pai, que segundo ele sofria as mais variadas formas de repressão impostas por sua esposa, não podendo mais “sem sua permissão, nem mesmo beber uma quarta no domingo com seus amigos” (PERROT, 2005, p. 424). A leitura sobre a identidade nacional, preconizada pelo modernismo de 22, parece condescender com estas tradições, presentes tanto no velho mundo como no primitivismo brasileiro¹⁹.

Outra passagem emblemática da rapsódia diz respeito a Ci, personagem feminina que assume identidades variadas: é a mãe do mato e também uma icamiaba ou amazona. Gilda de Mello e Souza, tomando como referência Cavalcanti Proença, diz que Ci não foi simplesmente transportada para o texto, como ocorre com outras personagens (inclusive o próprio Macunaíma), ela é criada por Mário de Andrade como a junção de várias mulheres lendárias, e conclui: “Ora, como cada uma dessas designações, Imperatriz do Mato-Virgem, Icamíaba, amazona, implica série distinta de atributos, a figura de Ci acaba se esfumando numa névoa imprecisa que cabe ao leitor dissipar.” (SOUZA, 2003, p. 34).

Ci personifica a própria *natureza* brasileira, a qual Mário de Andrade atribuiu características híbridas, pois semelhante à personagem Iracema, de José de Alencar (um autor também influenciado por Herder e considerado por muitos como o precursor do naturalismo no Brasil), ela é o espírito protetor da natureza e ao mesmo tempo a própria geografia brasileira. O texto deixa isso claro quando fala das “muitas jandaias, muitas araras vermelhas toins coricas periquitos, muitos papagaios” que vêm saudar Macunaíma como o “novo Imperador do Mato-virgem.” (ANDRADE, 2001, p. 26).

19 A busca de uma relação entre a mítica européia e o primitivismo americano era um dos ambiciosos projetos da intelligentsia, brasileira, manifestada principalmente na atuação dos etnólogos e outros simpatizantes da causa, como Jorge Hurley, Barbosa Rodrigues, Câmara Cascudo e Silvio Romero, entre outros.

Vemos também aqui, neste pormenor sobre Ci, uma alegorização muito comum entre os contemporâneos de Mário de Andrade: a relação das mulheres com a natureza indomada, sendo isto um importante indício da perpetuação da misoginia nas esferas do pensamento intelectual – uma formulação antiga que remonta aos primórdios do pensamento humanista, quando Maquiavel, um dos grandes formuladores da política moderna, compara o sucesso político de um governante à conquista de uma mulher.

[...] pois a sorte é uma mulher, sendo necessário, para dominá-la, empregar a força; pode-se ver que ela se deixa vencer pelos que ousam. E não pelos que agem friamente. Como mulher, é sempre amiga dos jovens – mais bravos, menos cuidadosos, prontos a dominá-la com maior audácia (MAQUIAVEL, 2004, p. 149).

Em *A Mandrágora*, peça teatral também escrita por Maquiavel, encenada pela primeira vez em 1522, o feminino é novamente abordado como algo a ser dominado – tomado à força. Percebemos, assim, que o comportamento feminino há muito era tomado como parte do mundo natural, em oposição ao pensamento racional, mas necessário ao processo civilizador. Precisando ser conquistado, submetido pela astúcia, força e subjugação sexual. Há, por isso, uma similaridade entre Andrade e Maquiavel – no que pese a diversidade de gênero literário, visto que adotam para seus personagens o mesmo método e os mesmos pressupostos. Macunaíma seria um Calímaco²⁰ às avessas, pois no encontro deste com Ci há um violento confronto e o protagonista necessita da ajuda de seus dois irmãos para subjugar e conquistar sua mulher através do coito sexual.

Foi um pega tremendo, e por debaixo da copada reboavam os berros dos brigentos [...]. O herói apanhava. Recebera já um murro de fazer sangue no nariz e um lapo fundo de txara no rabo. A icamiaba não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo do herói soltando berros [...]. Afinal se vendo nas amarelas porque não podia mesmo com a icamiaba, o herói deitou fugindo chamando pelos manos:— Me acudam que sinão eu mato! me acudam que sinão eu mato!

[...] Os manos vieram e agarraram Ci. Maanape trançou os braços dela por detrás enquanto Jiguê com a murucu lhe dava uma porrada no coco. E a icamiaba caiu sem auxílio nas samambaias da serrapilheira. Quando ficou bem imóvel, Macunaíma se aproximou e brincou com a Mãe do Mato (ANDRADE, 2001, p. 16).

O fato de Ci também ser uma icamiaba é igualmente emblemático. Dottin-Orsini, num instigante trabalho sobre a construção das representações misóginas em fins do século XIX, dedica em seus estudos sobre a mulher fatal um subtítulo que trata das amazonas a partir dos estudos feitos pelo arqueólogo e historiador da Basileia, J. J. Bachofen²¹, publicados em francês por feministas em 1903. Aficionado por mitologia, este autor utiliza narrativas míticas e arqueológicas para respaldar a tese sobre um período no qual a humanidade viveu sob o domínio das mulheres (ginecocracia), que foi ocultada pela historiografia patriarcal, que via nesse período um motivo de humilhação. O próprio Bachofen, ao falar sobre a ginecocracia, lhe confere características negativas, em que imperava o heterismo, o materialismo, a obsessão pela noite e pela morte.

Além disso, toda uma parte da obra trata do amazonismo, em que ele vê uma degradação do matriarcado, um “imperialismo feminino” mais próximo do heterismo que da ginecocracia verdadeira, mas que seus comentários confundiriam com o reinado da Mãe, de que parece encarnar os aspectos negativos. [...] inspirariam impressionantes pinturas. [...] Serviram, principalmente, para alimentar o terror de um primeiro poder feminino, o prefácio secreto do patriarcado e o princípio inicial de toda a civilização – em suma, de todo ser humano. [...] Tais devaneios sobre um feminino primordial tão formidável como assassino mostram que poderia ter permanecido algo no inconsciente coletivo das mulheres modernas, secretas amazonas à espera da hora da vingança... (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 260).

Seriam, assim, as amazonas o modelo arcaico da personalidade feminina, estando isso latente em todas elas. E Mário de Andrade faz questão de explorar na prática o *natural* comportamento feminino: violento, assassino, dissimulado e sexualmente insaciável. Sugando vampirescamente as energias de seus companheiros. Enfatizava dessa maneira os perigos representados pelo gênero feminino ao progresso civilizador.

Ci comandava nos assaltos as mulheres empunhando txaras de três pontas.

[...] De noite Ci chegava recendendo resina de pau, sangrando das brigas e trepava na rede que ela mesmo tecera com fios de cabelo. Os dois brincavam e depois ficavam rindo um pro outro.

Ci aromava tanto que Macunaíma tinha tonteiras de moleza. — Puxa

21 BACHOFEN, J. J. (1815-1887) *Du Règne de la Mère au Patriarcat*, páginas escolhidas por Adrien Turel, Paris, Alcan, 1938. Citado em DOTTIN-ORSINI, Mireille. **A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

como você cheira, benzinho! [...] Vinha uma tonteira tão macota que o sono principiava pingando das pálpebras dele. Porém a Mãe do Mato inda não estava satisfeita não e com um jeito de rede que enlaçava os dois convidava o companheiro para mais brinquedo. Morto de soneira, infernizado, Macunaíma brincava para não desmentir a fama. [...] Mas Ci queria brincar inda mais... Convidava, convidava... O herói ferrado no sono. Então a Mãe do Mato pegava na txara e cotucava o companheiro. Macunaíma se acordava dando grandes gargalhadas estorcegando de cócegas. [...] E brincavam mais outra vez.

[...] Então pra animá-lo, Ci empregava o stratagem sublime. Buscava no mato a folhagem de fogo da urtiga e sapecava com ela uma coça coçadeira no chuí do herói e na nalachitchi dela. Isso Macunaíma ficava que ficava um lião querendo. Ci também. E os dois brincavam que mais brincavam num deboche de ardor prodigioso (ANDRADE, 2001, p. 17).

A amazona é por certo um tema repleto de significações ambíguas, ligadas invariavelmente à origem de todos os povos e à moderna concepção da hierarquia dos sexos. A identidade de Ci permite o entrecruzamento de Andrade com a obra do naturalista Barbosa Rodrigues, não apenas pelo viés do primitivismo subjacente à figura da mulher guerreira, mas também por serem as icamiabas as guardiãs do muiraquitã – amuleto esculpido com barro do leito de determinada lagoa e que era dado pelas icamiabas aos homens de outras tribos por ocasião do nascimento de um filho do sexo feminino, fruto da ligação provisória entre os dois, já que as amazonas não podiam manter relações permanentes com os homens. O muiraquitã é símbolo dessa relação temporária, porém intensa, que culminava no nascimento de um filho e conseqüentemente na separação do casal. O muiraquitã, como acontece no livro de Rodrigues, desempenha um papel central na trama de Mário de Andrade.

Apesar dos problemas que as mulheres representam ao progresso civilizador, elas são imprescindíveis na construção de uma civilização, pois são as que geram e perpetuam a vida. Macunaíma recebe um muiraquitã de presente de Ci quando seu filho com a amazona morre e a Mãe do Mato vai para o campo vasto do céu virar tradição, transformada na estrela Beta do Centauro. Este filho que acaba morrendo é o fruto da união entre raça e meio. Seria a própria civilização brasileira que agora passa a ser representada pelo amuleto que Ci dá de presente ao herói; ou seja, o muiraquitã representa em Macunaíma a possibilidade da formação de uma civilização genuinamente brasileira. É a aliança eterna entre o herói e o mato, entre o povo brasileiro e a natureza tropical. Perder essa aliança significa perder a possibilidade de construção de uma civilização.

A morte de Ci suscita ainda outras reflexões sobre texto e gênero, pois mais uma vez, como ocorre na morte da mãe, ao cumprir seu destino junto à sociedade, a

mulher é descartada da vida. O fato de Ci transmutar-se na estrela “Beta do Centauro” revela como estando morta pode contribuir para o sucesso de seu companheiro. Segundo o pesquisador Koch-Grünberg (cuja obra serve de ponto de partida para o Macunaíma de Andrade), Beta do centauro – *kunawá*, segundo a mitologia indígena – é uma planta com poderes mágicos: seu leite quando ingerido pelos homens garante sucesso nas caçadas. A garantia do sucesso é representada pelo Muiraquitã, o talismã entregue por Ci a Macunaíma por ocasião de sua morte.

[...] Ci deixa como herança a pedra muiraquitã, uma variante do leite mágico. O talismã, representante da falta deixada por Ci, torna-se o seu substituto, ao mesmo tempo em que será a partir da perda que a narrativa ganha em força e motivação (SOUZA, 2004, p. 149).

A perda do muiraquitã é descrita no quarto capítulo: *Boiúna Luna*, um monstro da mitologia indígena, que também evoca o universo feminino, é desafiado por Macunaíma. Na luta contra a cobra, o herói acaba decependo-lhe a cabeça. Esta cabeça decepada – representando a genuína tradição brasileira – fica escrava do herói e o persegue para servi-lo, porém este com medo foge. Nesta luta e fuga é que o muiraquitã se perde. Em outras palavras: é na luta contra a tradição, e depois fugindo dela, que Macunaíma perde a possibilidade da construção de uma civilização e cultura autênticas. A cabeça (tradição) da cobra sem ter mais o que fazer nesta terra vai para o vasto campo do céu e vira a Lua. Com o amuleto perdido, Macunaíma é obrigado a empreender uma busca que o leva à cidade de São Paulo, a cidade representante do progresso e da modernidade do país (cidade locomotiva), para onde convergem as idéias sobre civilização. A pedra, depois de engolida por um tracajá (quelônio típico dos rios amazônicos) é vendida a um regatão peruano chamado Venceslau Pietro Pietra.

Outras personagens femininas: as filhas de Piaimã - Sofará, Suzi e Iriqui - também seguem o mesmo destino de peripécia, morte e metamorfose. Enfatiza-se, desta forma, o papel singular das mulheres na vida: contribuir para o sucesso de seus companheiros, amantes e filhos, mesmo que isso implique na sua morte (simbólica ou não), sem a necessidade de maiores explicações, pois conforme entendimento fornecido por Eneida Maria de Souza, fazendo uso dos conceitos de Lévi-Strauss e J. Braudrillard, a morte no contexto ritualístico serve para demarcar o lugar do sujeito no discurso, estabelecendo uma causalidade inerente (o destino) a tais personagens. O que nos permite concluir, por analogia, que o mesmo se dá com os conceitos sobre gênero destas personagens.

Em *Macunaíma*, o espetáculo da morte é encenado de forma a repetir, fragmentariamente, enunciados míticos e ritualísticos pertencentes ao repertório popular e ao imaginário indígena. [...] Em várias situações, Mário de Andrade se safa de uma explicação mais convincente sobre a

transformação de Macunaíma em constelação da Ursa Maior, afirmando ser este o destino mítico da personagem (SOUZA, 2004, p. 149).

O destino de sacrificar-se a uma causa maior é vocação natural da mulher imaginada pelo discurso modernista de Macunaíma. Mas o que dizer sobre aquelas que fogem a esta regra? Sabemos que o desfecho da trama andradiana culmina com a morte do herói e sua transmutação em constelação da Ursa Maior, e está é provocada por um minucioso plano elaborado e executado por entidades femininas.

Em sua busca pelo amuleto, Macunaíma acaba sendo seduzido pela cultura européia, representada pela varina,²² e não aceita a oferta de Vei (a sol) de casar-se com uma de suas filhas (países de clima tropical, semelhante ao Brasil), perdendo com isso a possibilidade de gerar uma civilização genuína. De volta ao *Mato-Virgem*, não é mais o mesmo que saiu, está descaracterizado, não se enquadra mais naquele espaço, naquela natureza onde um dia havia sido imperador. A proposta feita por Vei (a sol) permitiria a entrada de Macunaíma, obter a limpeza ou purificação civilizadora, que se contrastava com a sujeira do primitivismo local (Susi, a filha de Ceiuci) ou das relações com a Europa (representada pela varina portuguesa). Desqualificado da possibilidade de construção de uma cultura genuinamente brasileira, representada pelo muiraquitã, o herói, por fim, entrega-se à morte: seduzido por uma Uíara (iara), atira-se numa lagoa e é quase todo devorado.

Comparando os comportamentos femininos nos dois casos: as mulheres que são sacrificadas em prol da causa de seu companheiro ou filho (índia Tapanhuma e Ci) e aquelas que promovem intrigas e planejam a morte (Vei e Iara), encontramos a explicação para as ressalvas machistas em relação às mulheres no início do século XX. Eneida Maria de Souza explora a idéia de Lévi-Strauss, segundo a qual o comportamento ambíguo de alguns seres pode ser classificado como “cromatismo”, pois atuam de maneira a provocar interrupções no desenrolar dos acontecimentos, podendo, assim, causar sérios danos à ordem cultural. Além disso, a função sexual e ao mesmo tempo alimentar (mulher-peixe, mulher-fogo, mulher-mandioca) das personagens instaura a idéia desta dualidade contida no gênero feminino, que deve ser combatido e reprimido. Neste ponto, Souza remete-se à obra e lembra a fala de Maanape que justifica essa preocupação: “Cabloco de Taubaté, cavalo pangaré, mulher que mija em pé, libera nos Dominé” (ANDRADE, 2001, p. 106). Seria esta, portanto, uma clara referencia no livro sobre o receio daquela sociedade da década de 1920 sobre a presença de mulheres no espaço público – *mulher que mija em pé* (como homem).

Como típica representante do cromatismo feminino, a Iara reúne os atributos do encantamento sexual. Sua ligação ao meio aquático, fonte de vida e morte, de onde tudo nasce e para onde tudo converge. Associado com a luminosidade e o calor de Vei, a sol, cria-se um cenário de delírio sedutor e mortal, que já havia sido apresentado

17

Na cultura portuguesa, varina refere-se às vendedoras ambulantes de peixe, muitas vezes tais mulheres são associadas ao trabalho viril e também à sujeira que esta ocupação implica.

anteriormente na trama, quando Macunaíma observa o encontro entre o chofer e a criada, dentro de uma igarité que, como a boiúna, também se constitui numa representação da Iara. (ANDRADE, 2001, p. 112). Todo este imbricamento simbólico visa demonstrar o estreito vínculo entre as mulheres e a sedução aquática, que na sua verdadeira manifestação é destrutiva, “representada pela natureza ambígua da mulher, símbolo materno e sexual, instrumento de prazer e de destruição”. (SOUZA, 2004, p. 91).

O próprio Mario de Andrade, em outros momentos de sua produção literária, faz referências a mulheres cromáticas. No romance “Amar, verbo intransitivo” de 1927 (obra influenciada pelo expressionismo alemão, segundo Telê Ancona Lopez²³), a protagonista Fräulein Elza, professora de Alemão contratada por um rico industrial e fazendeiro paulista para ensinar seus filhos, vive o dilema de também ter de seduzir e iniciar sexualmente o filho mais velho do fazendeiro, Carlos. Na trama, os comportamentos antagônicos (cromáticos) apresentados a Elza - ser professora e prostituta - são assimilados pela mesma, que encontra uma explicação no amor para assumir tais papéis. Em Macunaíma, havia o capítulo “As três normalistas” (suprimido pelo próprio autor em 1944), que também explorava a sexualidade de jovens professoras, sendo isso um tabu sexual de sua época²⁴.

Concluindo

O contexto histórico que envolve todas as particularidades apresentadas na obra de Mário de Andrade e outros escritos da época demonstra ser o folclore um tema chave para diversas e variadas especulações sobre a identidade e as relações sociais do povo brasileiro. Tudo isso acaba por problematizar as formas de percepção da arte, fazendo surgir (mesmo que à margem do discurso oficial) um ponto de vista sobre o gênero que subverte os olhares canônicos sobre arte, tornando visível uma polissemia discursiva, muito além da linguagem formal, que somente nos dias atuais, com os avanços propiciados pela ampliação das fontes, podem ser historicizados. Percebemos que há, na construção das relações entre os sexos, uma pedagogia que reforça e amplia as interdições sexuais e a aversão ao feminino.

A aprendizagem e o ensino, neste caso, estão para além da intencionalidade imediata do discurso, pois o livro não é concebido como um manual de comportamento e sim como manifesto de libertação das amarras do modelo civilizador europeu e da possibilidade de reconhecimento de um autêntico *ethos* nacional, que garantiria a modernização e progresso da sociedade brasileira. O erotismo é explorado para discutir e reforçar os papéis sexuais e de gênero, determinados pelos mitos acerca do masculino e do feminino, questionando, dessa forma, uma pretensa autonomia

18 LOPEZ, Telê Ancona. **Mariodeandradiando**. São Paulo: Huicitec, 1996.

19 Temos o caso de “Miss Ciclone”, normalista morta aos 19 anos em consequência de um aborto desastroso patrocinado por Oswald de Andrade, conhecido também por outros relacionamentos com normalistas. Ver ALMEIDA, Tereza Virgínia de. **A ausência lilás da Semana de Arte Moderna: o olhar pós-moderno**. Florianópolis: Letras Contemporâneas: 1998.

das mulheres na sociedade, estando estas fatalmente destinadas a cumprir os papéis destinados a sua natureza, sendo impossível fugir a isso.

Na desconstrução dos discursos, podemos questionar aquelas imagens aparentemente *neutras* (normais) em relação a comportamentos *típicos* de homens e mulheres, e de como são visualizados nas pinturas e textos ocidentais que configuram a chamada grande arte ou arte universal. Também podemos questionar o nosso olhar naturalizado para essas imagens sobre o gênero. Tais imagens, e o olhar que as endereçamos, estão mais conectadas com relações de poder e política do que comumente presumimos, das quais, como vimos, Mário de Andrade não consegue fugir. A retomada dos estudos focaultianos, sugeridos por Michelle Perrot, talvez sejam de grande ajuda para a compreensão destas relações entre poder e sexo e, conseqüentemente, para as identidades de sexuais e de gênero.

A década de 1920 no Brasil, por toda instabilidade política e social que comporta, é um tempo de redefinições das fronteiras sexuais. O maior espaço reivindicado pelos movimentos feministas fomenta reações em contrário, que nem sempre tentam discutir as questões no nível da equidade. Lançando mão da propaganda difamatória e misógina, aqueles que se sentem prejudicados desencadeiam uma verdadeira *cruzada* contra aquilo que classificam de *anarquia sexual*²⁵. Macunaíma é filho de seu tempo, e como tal, assume seu posicionamento diante das circunstâncias: elegendo a mitologia e a tradição folclórica, indica o lugar dos gêneros no plano mítico e social. As mulheres precisam apoiar o mundo dos homens, sua maior liberdade e maior autonomia na sociedade brasileira não podem lhes garantir uma trajetória melhor no mundo, pois há um determinismo em sua natureza, que não pode ser negado ou rejeitado. Assim, o melhor a fazer para adequar-se aos *novos* tempos, em que as transformações técnicas e políticas imprimiam uma nova dinâmica social, é buscar maneiras de adaptar aquilo que lhes é peculiar: complementar os homens e promover seu progresso. Isto é o que faz Elza, em “Amor, verbo intransitivo”, é o que deveria ter sido feito por todas as personagens femininas em Macunaíma, para seu próprio bem.

Portanto, temos em Macunaíma uma vasta alegorização do feminino ameaçador. A crítica e as estatísticas atestam o sucesso e aceitação da obra pela sociedade e intelectualidade de sua época, bem como nas que a sucederam. Seria o seu discurso antifeminista parte deste sucesso? E hoje, tendo em vista ser o texto ainda muito requisitado, estaríamos ainda nos servindo de sua mensagem para construir e reforçar nossas atuais fronteiras de gênero e sexualidade? As respostas para estas perguntas extrapolam os objetivos deste artigo, mas nos instigam pela busca de uma sensibilidade que nos permita perceber como e até que ponto estes antigos, mas persistentes estereótipos sobre gênero e sexualidade, ainda moldam as representações e o simbolismo de nossas relações sociais.

20
Elaine Showalter.

Tema cabalmente explorado no livro *Anarquia Sexual: sexo e cultura no fim de siècle*, de

Fontes

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Texto revisto por Telê Porto Ancona Lopez.– Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Lendas Brasileiras**. Edição numerada e personalizada com 21 desenhos a carvão feitos por Martha Pawlowna Schidrowitz. Ed. Cattleya Alba, 1945.

HURLEY, Jorge. **Itaranã, pedra falsa**. Belém, Pará: 1934.

LAGE, Sandoval. **Mulheres da época**. Belém, Pará: Oficinas Gráficas d’ “O Estado do Pará”, 1927.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. **Leitura Cívica, apontamentos históricos e notícia sobre a Constituição Federal destinado às Escolas Públicas**. Belém, Pará: Secção de Obras de “A Província do Pará”, 1900.

ORICO, Osvaldo. **Os mitos ameríndios. Sobrevivências na tradição e na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: s. ed., 1929.

_____. **Mitos ameríndios e credences amazônicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. (Col. Retratos do Brasil, v. 93). Editados anteriormente em separado.

RODRIGUES, João Barboza. **Muyraquitã e os índios simbólicos: estudo da origem asiática da civilização do Amazonas nos tempos pré-históricos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

ROMERO, Silvio. **Contos Populares do Brasil**. Ed. Anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Coleção Documentos Brasileiros; dirigida por Octávio Tarquino de Souza. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

SANCHES DE FRIAS, David Correa. **A mulher: sua infância, educação e influencia na sociedade**. Belém, Pará: Tavares Cardoso, 1879 (?).

TAVERNARD, Antônio. **Fêmea**. Belém, Pará: 1930

Bibliografia

AUGUSTI, Valéria. Romances e Literatura Prescritiva: Caminhos para Moralizar e Civilizar o Leitor. In: **O romance como guia de conduta: A moreninha e Os Dois Amores**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-graduação Em Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1998.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Circulo do Livro S.A., (?)

CHEVALIER, Jean-Jaques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**; prefácio, André Siegrfried; tradução, Lydia Cristina. 8ª ed., 4ª imp.– Rio de Janeiro: Agir, 2002.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia (1840 – 1930)**. Tese de Doutorado; Universidade Estadual de Campinas, 2000.

COSTA, Cristina. **A Imagem da Mulher - Um estudo de Arte Brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Senac, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4ª. ed. São Paulo: contexto, 1994.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2000

DOTTIN-ORSINI, Meirelle. **A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle**. Tradução de Ana Maria Scherer. – Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FERNANDES, Florestan. **O Folclore em Questão**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

HAUSSER, Arnold. **Teorias da arte**. Tradução: F. E. G. Quintanilha. Editorial Presença: Lisboa, 1988.

_____. **História social da arte e da literatura**. Tradução Álvaro Cabral.– São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Paidéia).

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Macunaíma: da literatura ao cinema**. Rio de Janeiro: J. Olímpio Editora, 1978.

LOPEZ, Telê Ancona. **Mariodeandradiando**. São Paulo: Huicitec, 1996.

LOURO, Guacira Lopes Louro. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Pietro Nassenti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **A Mandrágora, Belfagor o Arquidiabo**. Tradução de Pietro Nassenti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARTINS, Claudia Mentz. **As metamorfoses em Macunaíma: (re)formulação da identidade nacional**. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Artigos da seção livre. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 02 N. 01 – jan/jun 2006.

NEVES, Margarida de Souza. Da maloca do Tiête ao império do mato virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio na consciência nacional. In: **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. UnB, 1978.

Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). – Brasília: UNESCO, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional** – 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. –Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia Sexual: sexo e cultura no fin de siècle**. Tradução de Waldéa Barcellos. – Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOIHET, Rachel. Pisando no “sexo frágil”. In: **Revista “Nossa História”**. Ano 1, nº 3, Janeiro 2004. São Paulo: Editora Vera Cruz, 2004.

SOUZA, Eneida Maria de. **A pedra mágica do discurso**. – 2ª ed. rev e amp. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

RELAÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS QUE RECEBERAM MENÇÃO HONROSA

A íntegra do artigo pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

Por que o trabalho doméstico não é considerado trabalho?

Questionamentos feministas no Brasil e na Argentina

Soraia Carolina de Mello

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff



Categoria
Estudante de Graduação
Artigos Científicos Premiados

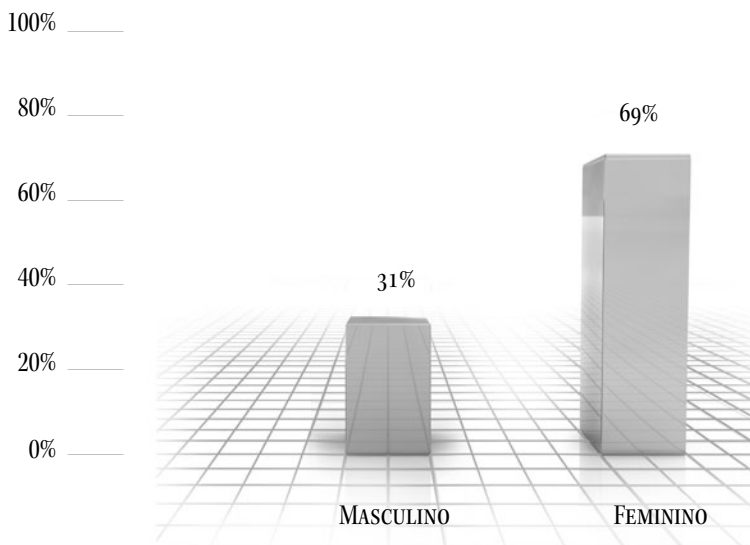
INTRODUÇÃO

Os artigos enviados pelos estudantes de graduação foram totalizaram 271, comparando com a primeira edição do Prêmio, em 2005, no qual houve 141 inscrições, esta edição quase duplicou o número de concorrentes, o que significa que houve maior divulgação, como também uma elevação dos estudos de gênero na universidade. E este crescimento foi observado também em relação à edição de 2008. A maioria dos artigos inscritos foi de mulheres (69%) e 31% de homens. Na etapa de pré-seleção, o CNPq selecionou, nesta categoria, 176 artigos científicos que foram classificados, o que corresponde a 65% do total de trabalhos inscritos.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero
Categoria Estudante de Graduação Artigos inscritos, segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	83	31%
Feminino	188	69%
Total	271	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2009.



Fonte: CNPq/SPM, 2009.

AS APARÊNCIAS E OS GÊNEROS: UMA ANÁLISE DA INDUMENTÁRIA DAS DRAG QUEENS

Emerson Roberto de Araujo Pessoa
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Orientadora: Ivana Guilherme Simili

Introdução

O universo social é formado por várias personagens que intrigam, incomodam, inquietam. Uma delas são as *drag*. Personagens insólitas, as *drag queens* podem ser definidas como homens que usam a indumentária - roupas, acessórios e maquiagem - que culturalmente é definida como pertencente e condizente ao sexo feminino, para se apresentarem em bares e casas de espetáculo, geralmente frequentados por pessoas do meio LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O papel desempenhado pela indumentária na transformação e caracterização do corpo masculino em feminino, ao ocultar traços e vestígios e produzir novos sentidos para a aparência, permite entender as articulações entre corpo e gênero. Nesse sentido, vale lembrar o que escreveu Berenice Bento (2006, p. 04): “o gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares que o acompanham, as quais constituem uma estilística definida como apropriada” aos sexos masculino e feminino.

No entanto, ao vestir-se como mulher a *drag* usa os artefatos das roupas e seus acompanhamentos (acessórios, maquiagem, cabelos) de um modo muito particular. Conforme Guacira Louro (2003, [f.7]), ao exagerar os traços femininos, não o faz no intuito de passar por uma mulher, mas de exercer uma paródia de gênero, ela “repete e exagera, se aproxima, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia”.

Entender a articulação entre corpo e gênero por meio das narrativas orais e visuais dos sujeitos que vivenciam a transformação do corpo com a indumentária, criando versões e visões de feminino e conformando aparências de *drag queens* é o objetivo deste texto.

Os caminhos da pesquisa

Para entender os sentidos percebidos pelas *drag* no ato da transformação do corpo masculino em feminino, os significados construídos para a aparência por meio da indumentária, os sentimentos de masculinidade e feminilidade que acompanham os procedimentos estéticos na produção de visuais femininos, empregamos a história oral como recurso metodológico.

Entre as definições e as orientações metodológicas para a prática da história oral, está a de Verena Alberti (2005, p. 155-157), segundo a qual, a história oral define-se em uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes que têm na entrevista o principal recurso para a captação das informações. Três momentos devem orientar a produção das fontes orais: a preparação das entrevistas, sua realização e o tratamento das informações coletadas.

Os encaminhamentos sugeridos por Alberti foram transformados em guia para a coleta, transcrição e análise do material. Quanto ao primeiro aspecto, a preparação das entrevistas, a opção foi por elaborar perguntas que permitissem aos sujeitos respondê-las de forma que o diálogo entre pesquisador e informantes fosse estabelecido.

Podemos dizer que o questionário foi organizado com perguntas do tipo “semi-diretiva”, que segundo Rosália Duarte (2002, p. 08), define-se como “uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”. Portanto, na preparação das perguntas para as entrevistas foram estabelecidas questões que fornecessem informações sobre as relações e as articulações entre corpo, indumentária e os gêneros. As perguntas versaram sobre: a idade; a sensação de ser *drag*; os procedimentos adotados para ocultar os detalhes do seu corpo masculino na montagem; o papel da roupa e maquiagem que acompanham a montagem e a transformação; as sensações e sentimentos que definem as *drag*.

Se a preparação do questionário é uma etapa importante numa pesquisa de campo, o contato e a realização das entrevistas exigem muito do pesquisador. É o momento do estabelecimento de relações com os sujeitos reais, de imiscuir em seus cotidianos e vidas, para criar um diálogo entre pesquisador e sujeitos, o qual quase sempre é difícil de ser concretizado.

No caso das *drag*, conseguir adentrar o mundo de sujeitos e conseguir estabelecer o diálogo foi uma tarefa difícil e complicada. Muitas vezes os sujeitos respondiam aos contatos feitos, outras vezes, não. Em algumas ocasiões, os contatos até resultaram na marcação da entrevista, mas, na hora de serem entrevistados, os sujeitos recuavam. Podemos dizer que o resultado da pesquisa reflete os comportamentos e as atitudes dos sujeitos quando confrontados com a situação de entrevista proposta pela investigação.

Duarte (2002) afirma que uma das formas de adentrar o universo pesquisado é “integrar estratégias de investigação qualitativa como conversas informais em eventos dos quais participam pessoas ligadas ao universo investigado”. Este foi o mecanismo acionado para romper barreiras. As conversas informais travadas com pessoas que freqüentam os mesmos espaços das *drag* e os vínculos de amizade estabelecidos com estas pessoas foram fundamentais para a abertura das portas para chegarmos até as personagens, objeto deste estudo. Aprendemos, nesta pesquisa, que o estabelecimento de redes de amizade é um mecanismo importante para a criação de algo chamado confiança.

Podemos afirmar que, com base no sentimento de confiança, conseguimos dialogar com quatro *drag*. São elas: Daffny, Hadja, Roberta Star, Jenny Possible. Os nomes usados neste trabalho foram autorizados pelas personagens. É importante registrar que são os nomes com os quais se apresentam nos bares e casas de show de Maringá e região.

Estabelecidos os contatos, o próximo passo da pesquisa foi a realização das entrevistas. Segundo Duarte (2002), a entrevista flui muito mais tranquilamente quando realizada na residência da pessoa entrevistada. Se esta orientação aplica-se em muitas situações de entrevistas, com as *drag* foi diferente. Os sujeitos optaram por serem entrevistados em locais que não faziam parte naquele momento da sua vida privada. As escolhas dos lugares podem ser tomadas como narrativas por meio das quais elas contam um pouco de si e de suas vidas. Daffny, uma de nossas personagens, por ser de outra cidade, Cascavel – PR, optou por ser entrevistada no quarto de hotel, local onde estava hospedada naquele fim de semana para conhecer as boates da cidade; Hadja fez a mesma escolha, no entanto, o hotel era sua própria casa, espaço de grande fluxo no centro de Maringá e utilizado pelas prostitutas. A opção dela foi por ser entrevistada num dos cômodos do hotel: uma sala reservada às refeições. Roberta escolheu a Universidade Estadual de Maringá (UEM), como local da entrevista, espaço por “ele” frequentado, como aluno. Jenny, sua amiga de república, fez a mesma opção.

De certa forma, todas essas personagens revelam as múltiplas faces e performances dos sujeitos. Na vida cotidiana e pública - no trabalho, na universidade -, os personagens são homens, com nomes correspondentes, vestindo-se e comportando-se como sujeitos pertencentes ao sexo masculino. São homens que têm suas trajetórias pessoais e visuais marcadas pelo masculino, são pessoas que se relacionam conosco na condição de homens. Os nomes femininos ora mencionados – Daffny, Hadja, Roberta e Jenny - referem-se à outra face dos mesmos sujeitos. São nomes que designam os procedimentos de transformação dos sujeitos em *drag*.

Quanto aos diálogos com as *drag*, duraram em média 30 minutos. Se a confiança foi um ingrediente importante para chegarmos até os sujeitos, os reflexos dela também foram percebidos durante a realização das entrevistas. Calma, descontração e cordialidade se fizeram notar durante os diálogos. No entanto, em alguns momentos, alguns desconfortos puderam ser observados. Durante a entrevista com Hadja, quando a indagamos sobre como ocultava os detalhes do seu corpo masculino, percebemos certo tipo de desconforto, visto ter entendido que perguntávamos sobre o que ela fazia com o seu pênis. O sentimento de desconforto foi expresso com uma frase em tom de voz baixo, indagando se o pesquisador referia-se ao seu órgão sexual. Podemos relacionar tal acontecimento com as dificuldades de tratar das intimidades do corpo, assunto normalmente delicado para os indivíduos.

O uso do gravador nas pesquisas de campo tem uma longa história. Segundo Voldman (1996, p35), no desenvolvimento da pesquisa oral chegou um momento em que “já não bastava que essa testemunha fosse digna de fé. Era preciso que sua

mensagem fosse acessível a todos e que a comunidade científica pudesse utilizá-la como prova. A invenção do gravador permitiu atender a essas exigências”.

No entanto, se a pesquisa, por um lado, pode ganhar (e muito) com o uso do gravador para o registro das informações, por outro, na prática, os sujeitos não se sentem à vontade em ter um gravador sobre a mesa, como testemunha e como artefato que guarda o que foi “dito” durante o diálogo.

O desconforto gerado pela presença do gravador foi identificado no trabalho de coleta e registro das informações. Contudo, em que pese o mal-estar provocado dos quatro entrevistados, apenas um deles não aceitou que sua voz fosse gravada. A recusa de Daffny foi justificada “por não gostar de sua voz”.

No caso, a negativa do sujeito foi contornada pelo registro das informações no caderno de campo, artefato que acompanhou todo o trabalho de produção das fontes, narrando os locais, os gestos, os olhares, o tom de voz, os desconfortos, as risadas e, enfim, tudo o que pudesse ser utilizado de forma a complementar os dados da pesquisa e dar um novo sentido às frases registradas.

Para Chantal Tourtier-Bonazzi (1996, p. 239), “toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade”. Esta premissa orientou a transcrição das fitas e das informações prestadas pelos entrevistados, as quais foram anotadas no caderno de campo. Alguns critérios teórico-metodológicos orientaram a transcrição dos materiais verbais das entrevistas. Na reprodução do material gravado, as anotações feitas no caderno de campo possibilitaram avivar a memória dos fatos e relembrar gestos e posturas. Após este processo, houve o cuidado de verificar a compatibilidade entre nossas transcrições e o conteúdo das fitas. Um cuidado para preservar o conteúdo das informações dos áudios de entrevistas foi a manutenção dos vícios de linguagem no produto da pesquisa, mantivemos o vocabulário dos personagens como modo de conservar os universos culturais e representações detidas pelos sujeitos.

Os vícios de linguagem foram interpretados como recursos estilísticos usados pelos sujeitos na relação dialógica e como mecanismo de aproximação estabelecida pelo depoente com o pesquisador, de maneira a obter a nossa concordância com o que diziam e a aceitação de suas idéias. Exemplar, neste sentido, foi a repetição dos termos “né” e “tal”. Nestas expressões, encontramos evidências das estratégias narrativas usadas pelos sujeitos para aferir se o narrado está sendo compreendido e se o “outro”, quem ouve, está atento e acompanhando o que está sendo dito.

Os procedimentos envolvidos na produção das fontes de consulta podem ser sintetizados à guisa desta reflexão de Eclea Bosi (1994): “nesta pesquisa fomos, ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos...”. Objeto, também, nos cuidados e zelos com os materiais obtidos e na transcrição das informações.

O corpo, as roupas e os sexos

Para Berenice Bento (2004), todos nós somos operados pelos gêneros desde que nascemos. Segundo a autora, a notícia do sexo do bebê pela mãe é acompanhada pela criação de expectativas e imagens de gênero. Por exemplo, se o sexo do bebê é masculino, pressupõe-se que será um menino e vai gostar de carrinhos, de bolas e que a cor preferida será o azul; se for menina, gostará de bonecas, de brincar de ser dona-de-casa, de mamãe e de professora e que a cor preferida será rosa. Em suma, o que Bento pretende dizer com esses exemplos, é que quando o corpo da criança sair do ventre materno:

[...] já carregará um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seu comportamento e sua sexualidade, antecipando um efeito que se julga causa. A cada ato do bebê a/o mãe/pai interpretará como se fosse a ‘natureza falando’. Então, pode-se afirmar que todos já nascemos operados pelos gêneros, que todos os corpos nascem ‘maculados’ pela cultura. (BENTO, 2004, p.125).

Se o corpo pode ser concebido como portador de uma linguagem não verbal, ditada pela cultura, a roupa assume o papel de instrumento de controle na formação das identidades sexuais e de gênero. O que se nota é a vinculação das roupas à ideologia cultural do que significa ser homem e ser mulher, de maneira dual.

Nesse sentido, Martins e Hoffmann (2007), ao enfocarem as roupas infantis apresentadas pelos livros didáticos, mostram que na sociedade e cultura as roupas usadas pelas crianças contribuem para a construção de significados masculinos e femininos sobre o corpo. Afirmam que enquanto as meninas são bem arrumadas e vaidosas, vestindo rosa, ou seja, um vermelho despido de sua raiva e erotismo, com ilustrações de flores, os meninos são mais “largados”, vestindo azul, com ilustrações de pequenos animais selvagens. As roupas e suas tonalidades deixam claro como a cultura inscreve-se sobre os corpos das meninas e dos meninos e que aspectos tidos como naturais são marcas culturais. Nesse aspecto, o que é concebido como “natural” na mulher e no homem são desenvolvidos nas crianças por diferentes mecanismos. No caso, a concepção de que a mulher é “naturalmente” vaidosa e frágil, enquanto que o menino deve ser corajoso e agressivo também é transmitida às crianças pelas roupas com as quais as vestimos.

Em linhas gerais, as reflexões sobre roupas e sexo mostram que as roupas produzem padrões de masculinidade e feminilidade, “as roupas apresentam o corpo dos sujeitos sociais como corpos de homens e mulheres. A roupa comunica o ser social e o define, constituindo uma dimensão do trabalho de modelação, adequação e ajuste da construção de gênero” (MOTA; AGUIAR, 2008). Assim, as roupas não só vestiriam os sujeitos, mas, de certa forma, os diferenciariam como sendo homens ou mulheres, desencadeando o que Louro (2008, p. 8) afirma: “nada há de puramente

‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura.”

Assim, as masculinidades e as feminilidades seriam construídas levando-se em consideração o que a sociedade define como sendo aspectos masculinos ou femininos, ou seja, um padrão construído que envolve determinados tipos de comportamentos, de sentimentos, de interesses, padrões estes que são modelados e transformados no decorrer do tempo, construindo novos tipos de masculino e feminino, sempre levando em consideração a masculinidade como oposto à feminilidade. (SABAT, 2001).

Na diferenciação dos homens e das mulheres, a indumentária cumpre um papel fundamental. A diferença na indumentária dos homens e das mulheres é um dos motes dos estudos da história da moda. A tese de Hollander (1996, p. 21) é a de que a diferença entre ambos denotaria uma história de permanências com relação à alfaiataria masculina (calças, camisas e casacos), mostrando a força, a autoridade e o vigor simbólico de uma forma visual marcada pela permanência. Desde o século XVIII a alfaiataria masculina teria sido aperfeiçoada e, embora tenha passado por mudanças internas constantes, seria possível vislumbrar a força de um sentido de permanência e de continuidade em sua forma. Na tese da autora, “o vestuário masculino foi sempre mais avançado que o feminino e inclinado a fazer proposições estéticas, as quais a moda feminina respondeu” (Hollander, 1996, p. 17). Uma das conseqüências apontadas pela autora é a de que “mulheres elegantes podiam parecer ridículas; homens elegantes, nunca” (HOLLANDER, p. 151), aspecto que, de certo modo, remete ao papel da moda no seu relacionamento com as mulheres, tornando-as mais frágeis e suscetíveis aos seus apelos e influências estéticas.

John Harvey (2004) permite estender a contribuição da alfaiataria na construção de representações para o poder dos homens ao recuperar a trajetória do uso da cor preta na sociedade ocidental, mostrando como esta cor, relacionada ao luto, passou por transformações no mundo contemporâneo que vieram constituí-la em representativa, e por que não dizer, designativa do poder masculino.

Os ternos em suas múltiplas versões de calças, camisas, paletós e gravatas e com foco principal na cor preta podem ser tomados, portanto, como reveladores do que é afirmado por Alison Lurie (1997, p. 328) numa frase: “O vestuário masculino sempre foi desenhado para sugerir o domínio físico e/ou social”.

Assim, Hollander (1996, p. 17), ao estudar as diferenças que as roupas produzem nos sexos, notou que a “excitação popular atual com o transexualismo no vestir mostra apenas quão profundamente acreditamos ainda em separar simbolicamente as roupas dos homens e das mulheres, mesmo que em muitas ocasiões ambos se vistam da mesma forma”.

Desta forma, o processo de “montaria” permite dimensionar a equação posta na história da indumentária e da moda, a qual relaciona o sexo às roupas e aos artefatos de beleza apropriados às mulheres, como cabelo e maquiagem.

Mas qual é a indumentária usada por uma drag na transformação? Que moda produzem na montagem do feminino? Para responder a esta pergunta, a definição acerca do que é a moda, conforme formulada por Kathia Castilho (2004), pode se constituir em nosso fio condutor. Para a autora, a moda é uma instância sociocultural que desempenha um papel significativo na modelagem de comportamentos, das ideologias, dos gostos, dos estilos de vida e das interações sociais. As aparências dos sujeitos se constituiriam em fragmentos daquela instância sociocultural, permitindo entrever os limites da liberdade sob a qual elas se constroem e, também, os movimentos da moda e vestimentas do corpo, a qual é concebida como o conjunto formado pelos trajes, adornos e acessórios, os quais são sinônimos de indumentária. A moda, como produto sociocultural, se materializaria e atualizaria no processo desencadeado pelas escolhas realizadas pelo sujeito, que num movimento único, absorveria suas regras e por meio delas também se constituiriam.

Castilho afirma que a moda pode ser concebida como “modelagem” realizada por um sujeito, por meio da indumentária. Nesta concepção de moda, o sujeito, como situado no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que absorve as “regras da moda”, também as constitui na medida em que transforma os produtos e artefatos da moda em objetos de uso. É este modo de conceber a moda que permite entender a *drag* como sujeito produtor de aparências, que se apropria das roupas e dos artefatos da moda preconizados para as mulheres, do que é, portanto, socialmente e culturalmente concebido como moda apropriada para o feminino, para produzir versões para o feminino, com os conteúdos de feminilidades atribuídos por esses sujeitos.

O que as *drag* comunicam de diferentes formas são os significados atribuídos para a indumentária no ato da transformação. Elas não tratam da roupa em si, como objeto de moda, mas da maneira como as empregam para transformar e criar significados para a personagem *drag*. Segundo Daffny, as roupas são usadas para causar impacto, e são, ainda, descritas como o clímax do show, utilizando de roupas coloridas e luxuosas.

As peças de roupas ou acessórios coloridos fazem parte dos shows das *drag*. Eles são elementos que compõem visuais chamativos e enaltecendo o modo de ser e de se vestir destas personagens. Uma *drag* é uma representação performática da moda; e a única moda possível de ser conhecida por meio delas é a moda dos coloridos infinitos, produzida pelas roupas, pelos acessórios e pela maquiagem.

Ao tratar da indumentária, Roberta comentou: “é uma fantasia, igual à de alguém que se veste de palhaço para animar uma festa de criança”. Uma personagem que cria para si uma fantasia de feminino. É deste modo que podemos interpretar o ato de vestir e apresentar-se publicamente destas personagens. É através da personagem criada pela *drag* que a imagem existente do feminino do sujeito em seu íntimo é transformada em algo concreto e real. As roupas e os acessórios são a concretização do feminino.

Podemos afirmar que a *drag* ao se montar deixa visível que o corpo é uma instância histórica, o qual é transformado diariamente, e que o ato de transformação

pode ser vivenciado de forma distinta pelos sujeitos. A *drag* demonstra através do seu corpo e de sua indumentária que todo corpo é uma construção social e cultural e que o feminino e o masculino podem ser pares de experimentações realizadas sobre o corpo. Experimentando e vivenciando as roupas e acessórios, a *drag* se transforma em vetor de leituras e interpretações dos gêneros ao desconstruir e transformar os conceitos de masculinidade e feminilidade.

A maquiagem pode ser concebida como um componente da moda e, como tal, como artefato de comunicação e de representação dos gêneros. Entre as *drag*, a maquiagem é mencionada nos discursos dos sujeitos como aspecto diferenciador entre este segmento e os demais *crossdressing* (*individuo que se utiliza de roupa do sexo oposto ao seu*).

O sentido adquirido pela maquiagem no universo *drag* pode ser aquilatado na narrativa de Jenny, segundo a qual a maquiagem “é fundamental, né? A maquiagem ela.... Fala.... Ela é a identidade da *drag queen*”. Os produtos de beleza oferecidos pela cosmética transformam-se, assim, num dos recursos para a produção visual *drag*, para que a personagem idealizada pelo sujeito ganhe a identidade feminina.

Conforme constatado por Vencato (2005), o processo de maquiagem de uma *drag queen* deve ser muito bem dominado pelos sujeitos que fazem uso dela. Fazem parte do processo de aprendizado das técnicas de maquiagem, exercícios feitos sobre o próprio rosto para a ampliação do conhecimento. As *drag* aprendem as artes da maquiagem, buscando por estes tipos de informações e compartilhando as técnicas assimiladas com os demais sujeitos *drag* do seu círculo social. Um aspecto a ser destacado e que é exemplar neste sentido é a maneira como os conhecimentos sobre procedimentos de maquiagem são aprendidos, os quais se assemelham àqueles que organizam os aprendizados femininos. Da mesma forma que as meninas aprendem as artes da maquiagem por meio da mídia, das revistas e com as mães; do mesmo modo que as garotas trocam as informações entre as amigas; estes modelos de aprendizados estão presentes entre as *drag* porque é por meio da convivência entre elas ou com as transformistas “mais experientes” que assimilam os conhecimentos sobre os produtos e seus empregos.

A maquiagem usada pelas *drag* é diferente da utilizada pelas mulheres, uma beleza plástica é o resultado da maquiagem, realçando e exagerando os traços. Uma beleza feminina no superlativo. Lábios e olhos são realçados de forma a produzir um tipo de beleza e feminilidade exorbitantes.

É possível vislumbrar na maquiagem (nos cuidados com os contornos, na aplicação dos cosméticos – sombra nos olhos, delineador, lápis, batom, bases e pó) que a concretização de uma aparência demanda muito tempo e dedicação ao ato de maquiar-se, levando normalmente uma hora e meia para a sua realização e metade do tempo total da transformação.

Assim como a indumentária se constitui para a *drag* como algo transformador do seu corpo, a maquiagem também o é, completando a mudança de uma aparência masculina em feminina. Tal como a indumentária, o que a maquiagem proporciona é

a fabricação de um novo corpo baseado na representação do feminino. Deste modo, estes sujeitos revelam uma nova configuração para o corpo mediante a contraposição de idéias, imagens e representações relacionadas à fixidez dos sexos e dos gêneros. Eles trazem na maneira como se vestem e se maquiam as possibilidades proporcionadas pela vivência do corpo, demonstrando a dualidade presente nos pares sexo e gênero.

Através da montagem do personagem *drag queen*, o sujeito masculino desaparece de cena para dar lugar ao sujeito feminino. Neste “desaparecimento” de um personagem e “surgimento” de um novo, a mudança na aparência é acompanhada de outro aspecto: a transformação na voz. Esta questão foi abordada por Vencato (2005), que afirma que: “os gestos antes comedidos iam tornando-se mais expansivos e performáticos, a voz e o vocabulário também se modificavam (2005, p. 246)”. Dessa forma, a impressão é a de que outra pessoa materializa-se no corpo do indivíduo, a *drag* passa a ocupar o lugar do homem.

O aspecto mencionado pela autora pôde ser observado na convivência com os sujeitos. Durante uma visita a uma casa noturna onde encontrei pela primeira vez Hadja, sua aparência logo me chamou a atenção, sua voz era caracteristicamente feminina, no entanto, quando a entrevistei, a mesma estava “desmontada” e o seu falar já não era o mesmo, ouvia uma voz grossa, masculina em todos os seus detalhes.

Para as *drag*, os processos e procedimentos envolvidos na transformação – roupas, maquiagem e voz - são acompanhados pelo sentimento de realização, conforme mencionado por Daffny, “é a gratificação de um trabalho realizado”. Tal sentimento é justificado devido às dificuldades e técnicas necessárias para estar tudo completamente perfeito, seja a composição da roupa, o processo de maquiagem ou a dança.

As sensações vivenciadas pelos sujeitos nas transformações em *drag* também foram mencionadas por nossos entrevistados. Sobre isso, Hadja comentou: “as noites que eu não me monto, eu fico com aquela coisa assim, parece que ta (tsc) faltando algo em mim, eu adoro andar de salto, claro, eu adoro me vestir de mulher, adoro que as pessoas me encontram na rua e não me conheçam, elas falam assim: Nossa! Será que é a mesma pessoa?”.

Hadja é clara: ela sente prazer na transformação, ela gosta do sujeito feminino ao qual dá origem, ela sente falta da personagem que ela consegue criar. Portanto, a transformação é produtora de sensações prazerosas e das quais os sujeitos sentem falta quando distantes das personagens criadas.

As reflexões de Hadja podem ser interpretadas à guisa do que diz Helio Silva (1993, p. 109): [referindo-se a um indivíduo praticante de *crossdressing*] “Vestindo-se com as roupas da irmã, R. faz mais do que simplesmente romper os limites das classificações que o definem como homem. Ao deixar entrever por sob as vestes femininas suas pernas inconfundivelmente másculas, ele representa, na verdade, a própria representação.” Em outro momento, afirma: “A singela pergunta com que roupa? Adensa-se e torna-se dramática quando traduzida para seu aprofundamento lógico: com que corpo?” (SILVA, 1993, p. 115).

É da mistura de corpos e das sensações por ele proporcionadas, nas quais o masculino e o feminino (ou vice-versa) se fundem e se confundem, que Hadja e Silva falam. Nesta fusão, a indumentária ocupa papel de experimentação, pois, através dela, corpos masculinos tornam-se femininos, deslumbrando o mundo vasto das identidades sexuais, a tal ponto de revelar a inexistência de tal identidade, mas várias e múltiplas, as quais são performáticas de gênero.

Através da indumentária e dos artefatos que a acompanham, a *drag* produz um novo corpo social e cultural sobre o corpo biológico. A *drag* concretiza este corpo por meio de inúmeras técnicas: a depilação do corpo, o ocultamento dos atributos masculinos por meio de roupas e maquiagem, utilizando-se de artefatos e produtos da moda feminina para dotar o corpo de contornos femininos, como por exemplo, os seios e quadris. Assim, o processo de montaria transforma-se em “exercício de criatividade e paciência, mas, sobretudo, é um trabalho de arte” (Vencato, 2005, p. 237) que faz emergir um corpo artístico e uma representação para o feminino.

Conforme procuramos mostrar no decorrer deste texto, o processo de transformação é acompanhado pelo desligamento do sujeito masculino ou do religamento deste sujeito a outro, arquitetado pelo primeiro. A retirada das vestes masculinas e a colocação da feminina e os diversos processos que fazem parte da transformação dão origem a outro sujeito: o homem que está na origem de tudo não deixa de existir, mas passa a existir, ainda que tão somente por algumas horas, sob outro formato visual.

O que a *drag* produz, sem dúvida alguma, é um caleidoscópio para a aparência.

Considerações finais

O artigo teve por objetivo analisar o papel desempenhado pela indumentária na transformação e caracterização do corpo masculino em feminino das *drag*. Buscamos entender os modos pelos quais as *drag*, ao usarem os produtos e procedimentos estéticos da moda, concebidos socialmente e culturalmente como pertencentes ao feminino, ocultam traços e vestígios corporais do sexo masculino e produzem novos sentidos para a aparência e para os gêneros. Através das narrativas orais e visuais dos sujeitos, foi possível entender as versões e visões que estes sujeitos constroem para o feminino.

Foi possível, ainda, captar e identificar a maneira pela qual o ato de travestimento do corpo é gerador de questionamentos acerca da matriz heterossexual que associa o sexo às roupas. Mostramos que a indumentária constitui-se em vetor crítico usado pelas *drag* para colocar em questão a originalidade e a autenticidade da sexualidade e dos gêneros.

Ao analisarmos a percepção dos sujeitos acerca do papel desempenhado pela indumentária e pela maquiagem na transformação do corpo masculino em feminino e na criação de uma aparência baseada no feminino, o que esses sujeitos evidenciam são os processos de educação do corpo, realizados mediante a associação entre

as roupas e os sexos e a necessidade da educação e da moda contribuírem para a transformação dos conceitos e das representações sociais. Romper com a associação entre sexo feminino e masculino e roupas respectivamente apropriadas, pode ser um caminho para a construção de novos princípios sociais e culturais, diminuindo as fronteiras que separam os gêneros, as quais criam os preconceitos e as desigualdades de gênero.

O que as *drag* mostram nas suas narrativas visuais e orais é que podemos ser sujeitos múltiplos, que o masculino e o feminino estão dentro de nós. Enfim, que podemos ser masculino e feminino. Por isso, elas intrigam, inquietam e incomodam.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla et.al. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

BENTO, Berenice. Performances de gênero e sexualidade na experiência transexual. In: LOPES, Denílson et. al. (org.) **Imagem e diversidade sexual: Estudos da homocultura**. São Paulo: Nojosa, 2004, p. 125-132.

_____. Corpos e Próteses: dos Limites Discursivos do Dimorfismo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Sexualidades, corporalidades e transgêneros: Narrativas fora da ordem. (ST16)**. 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf>. Acesso em 24 abr. 2008 às 17:41.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n.115, mar./2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2008 às 13:22.

HARVEY, John. **Homens de Preto**. São Paulo: Edunesp, 2004.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Labrys**. Estudos feministas. Nº. 4 – ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/guacira1.htm>>. Acesso em 24 abr. 2008, às 17:47.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Proposições**. Campinas, v.19, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em 31 de agosto de 2008, às 16:45.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARTINS, Eliecília de Fátima; HOFFMANN, Zara. Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências sociais. In: **Pesquisa em educação em ciências**. V. 9, n. 1, jul. 2007. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v9_n1/os-papeis-de-genero-nos-livros-didaticos-de-ciencias-eliecilia-m-e-zara-h.pdf>. Acesso em 13 nov. 2008, às 15:00.

MOTA, Dolores; AGUIAR, Rita Claudia. **Vestindo roupa e criando gêneros: A roupa na construção do masculino e do feminino entre adolescentes**. Disponível em: <<http://www.estilismoemoda.ufc.br/Artigos3.htm>>. Acesso em 13 nov. 2008, às 15:05.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. In: **Revista Estudos Feministas**. V. 9, n. 1, p. 09-21, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2009, às 18:05.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti, a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do *closet*: o camarim como espaço de transformação. In: **Cadernos Pagu** [online] N. 24, p. 227-247, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em 9 jan. 2008, às 17:55.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 33-41.

TOURTIER-BONAZZI, de Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.233-245.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE SURDOS

Pedro Henrique Witches¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Orientadora: Profa. Dra. Maura Corcini Lopes²

Introdução

Durante o meu estágio supervisionado no Ensino Fundamental, ministrando a disciplina Ciências para uma turma da 7ª série em uma escola especializada na educação de surdos, deparo-me com uma infinidade de questões que envolvem os sexos, os gêneros e, principalmente, as sexualidades. Tendo em vista que essas questões tornaram-se explícitas quando começo a trabalhar com os conteúdos relacionados aos sistemas genitais (masculino e feminino) e à fecundação humana, questiono como abordar os assuntos que envolvem gênero e sexualidade sem cair na redução biológica oficializada no currículo escolar.

A partir dessas experiências em uma escola de surdos, objetivo problematizar, neste artigo, a normalização de gênero e sexualidade presente no currículo da escola, bem como a necessidade de construção de espaços de formação pedagógica para que temas como os da diversidade de gênero e sexualidade possam ser abordados sem polêmica. Nesse sentido, direciono este artigo a todos os professores e professoras que, como eu, se veem agindo sob práticas de silenciamento das diferenças – em destaque as de gênero e sexualidade – que são conduzidas pelos padrões de normalidade.

O artigo está organizado como segue: esta pequena introdução dada acima, onde apresento minhas justificativas e os meus objetivos, é seguida pela descrição da metodologia utilizada, bem como pelo meu posicionamento em relação à especificidade do artigo, de modo a evidenciar que olho para os surdos como sujeitos de uma diferença linguística e cultural; na seção *Sexos, gêneros e sexualidades*, apresento uma situação ocorrida durante o estágio que contribui para desencadear a discussão sobre como as concepções de gênero e sexualidade estão condicionadas pelo discurso biológico; na seção *Representações de gênero e sexualidade*, trago outra situação desencadeadora de discussões e propícia para apresentar os resultados dos textos-imagéticos produzidos pela turma; e, para finalizar este artigo, concluo: a escola de surdos, como qualquer outra instituição social, é um espaço em que as identidades de gênero e as sexualidades são conduzidas a um padrão de normalidade.

19 Graduando em Ciências Biológicas – Licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), integrante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq).

20 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista e graduada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Os sujeitos surdos e suas múltiplas diferenças

Devido a minha integração ao Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), optei por cumprir a atividade acadêmica da grade curricular do meu curso de Graduação em Biologia, o *Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Ciências*, em uma escola de surdos. Desta forma, eu estaria inserido no contexto da pesquisa realizada pelo GIPES³; adquirindo experiência e aumentando meu vocabulário na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao conviver com a comunidade surda escolar.

A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma escola pública estadual que conta com o trabalho de um corpo docente composto por dezessete professoras e um professor⁴. Depois de feita a escolha da instituição, foi preciso selecionar a série com a qual trabalharia; meu interesse pelos conteúdos abordados no ensino de Ciências para a 7ª série guiou a minha decisão. Afinal de contas:

Por que incluímos a temática sexualidade em nossas aulas somente a partir da 7ª série? Será por que é nessa idade que a voz encorpa, o corpo muda, a menstruação chega, os hormônios estão em ebulição, enfim os jovens estão “descobrimdo” a sexualidade? (ALVARENGA; DAL’IGNA, 2004, p. 65)

No caso específico da turma de Ciências da 7ª série em que realizei o estágio, não posso negar que muitos desses fatores citados acima já estavam em desenvolvimento, pois a faixa etária da turma encontra-se entre 15 a 25 anos. Composta por cinco alunos e uma única aluna, esta turma apresenta significativas características para se discutir gênero e sexualidade. Esse número bastante reduzido de alunos é explicado por se tratar de uma escola de surdos. Geralmente, o número de dez alunos por turma não é ultrapassado, facilitando a comunicação em uma língua de modalidade viso-gestual na sala de aula.

Penso ser necessário explicitar sobre qual referencial teórico fundamento meus entendimentos sobre a surdez. Para tanto, posso dizer que compartilho com os autores e as autoras dos Estudos Surdos⁵ que, articulados ao campo teórico dos Estudos Culturais, numa perspectiva pós-estruturalista, entendem a surdez como uma diferença linguística e cultural. Ou seja, o fator deficiência, nesse referencial, é

1 “A Educação dos Surdos no Rio Grande do Sul”, título da pesquisa desenvolvida pelo GIPES e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), permitiu mapear a situação escolar e linguística dos surdos no Estado do Rio Grande do Sul.

2 Carvalho (2008, p. 90) constata “que a grande maioria dos professores na educação básica no Brasil é de mulheres, numa proporção que aumenta conforme diminui a idade dos alunos atendidos, a chamada “feminilização” do magistério”. No entanto, como a própria autora também menciona, não tenho a intenção de focalizar a discussão sobre gênero na temática da profissão generalizada.

3 Estudos Surdos é o termo utilizado para nomear as pesquisas na área da surdez que buscam ver os surdos como sujeitos políticos e culturais.

considerado oriundo de uma visão clínica, patológica e terapêutica. Ao não reduzir a surdez a uma condição deficitária, tenho a oportunidade de entender que existem inúmeras possibilidades de se constituir surdo. Fazendo uso de palavras que em nenhum momento atribuem a ausência de um sentido em um corpo, comungo com Quadros (2004, p. 10) na apresentação do sujeito surdo como alguém

[...] que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem direito e possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. [...] As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

Nesse sentido, esclareço que não quero negar a deficiência auditiva, mas também não tenho intuito de torná-la o foco da discussão. Sendo assim, afasto-me do conceito de corpo danificado, que necessita ser tratado, reabilitado, normalizado, e aproximo-me de um conceito sócio-cultural.

No entanto, é justo e necessário informar que também não tenho a intenção de restringir os surdos a uma única identidade, construída de forma isolada, estável e homogênea, pois acredito na construção multicultural de inúmeras identidades surdas (Perlin, 2001) que podem ser expressas em diferentes instâncias. Lopes (2001, p. 112) afirma que “jamais encontraremos sujeitos iguais por serem surdos. Eles possuem história, meio familiar, sexo, raça, cor, religião, língua, situação econômica, identidade, etc. diferentes”. Contudo, essas e outras diferenças tentam ser amenizadas a partir de relações de poder exercidas em todas as instituições sociais, dentre elas, a escola.

A escola, de surdos ou não, é um espaço onde o ensino se exerce de forma intencional, a partir de um conjunto de princípios selecionados que guiarão professores e alunos, bem como todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com ela. Toda e qualquer proposta da escola de surdos, quando em operação, cria perfis aceitos para um determinado grupo em um determinado tempo, considerando um conjunto de exigências sociais, políticas e econômicas de diferentes grupos culturais. (LOPES, 2007, p. 85)

Baseado nisso, afirmo que não encontrei questões de gênero e sexualidade diferentes das questões de gênero e sexualidade que se constituem dentro de uma escola regular. A escola de surdos, neste artigo, compõe a especificidade do contexto no qual estou inserido como professor. Sendo assim, posso dizer que a escola (regular ou especial), ao tentar amenizar as diferenças, trabalhando em prol de uma normalização dos sujeitos, acaba traçando divisões na sociedade. Tais divisões

proporcionam uma série de condições de desigualdade àqueles que são constituídos por uma identidade de status comprometido no grupo e no tempo em que se estabelecem.

Sexos, gêneros e sexualidades

O aluno Vitor⁶ (17 anos de idade) pergunta-me⁷ - deixando bem claro que sua questão refere-se a uma situação hipotética - se é possível que dois homens, *apaixonados um pelo outro*, pratiquem sexo anal. O aluno demonstra-se espantado e desgostoso com a resposta dada por mim, “sim, é possível”, e rapidamente a relata ao colega Silvio (da mesma idade) que reage incrédulo: “mentira”. Vitor se justifica, “é verdade, *o professor disse*”, e ambos retornam para mim com a esperança de que eu repita a minha resposta, “sim, é possível”.

A epígrafe desta seção trata-se de uma situação ocorrida no meu estágio com a 7ª série durante uma atividade de reconhecimento dos órgãos que compõem o sistema genital masculino. Como posso interpretar essa situação sem distanciar-me das implicações pedagógicas que ela pode propiciar? Passo a tentar entendê-la, nesta seção, trazendo à tona conceitos de gênero e sexualidade que possam suprir a necessidade dos professores e das professoras em conhecê-los e compreendê-los.

Considerando as atividades que estávamos desenvolvendo naquele momento, sou levado a pensar que Vitor e Silvio entenderam e sabiam da possibilidade do ato sexual entre duas pessoas do sexo masculino. Contudo, não posso negar a força “das tradicionais explicações dos chamados “fatos” da vida, que biologizam a sexualidade e o desejo” (LOPES, 2008, p. 133). Essas explicações tradicionais definem que o ato sexual existe com a finalidade de que os indivíduos se reproduzam. Duas pessoas do mesmo sexo não podem se reproduzir – isso é um fundamento biológico. Seguindo o mesmo raciocínio, duas pessoas do mesmo sexo, portanto, não desejariam praticar atos sexuais entre si. Quero dar ênfase à necessidade de Vitor mencionar que as pessoas envolvidas naquele relacionamento hipotético estavam apaixonadas, ou seja, desejavam-se.

Contrastando com os sexos, “uma palavra até então usada principalmente para nomear as formas masculinas e femininas na linguagem” (CARVALHO, 2008, p. 91) começa a ser utilizada por feministas no final dos anos 60 para combater as implicações sociais advindas da biologia. O *gênero*, agora sendo um termo utilizado “para referir-se a toda construção social relacionada à distinção e hierarquia masculino/feminino, incluindo aquelas construções que separam os corpos em machos e fêmeas” (CARVALHO, 2008, p. 91), emerge à situação e, junto a ele, finalizando a *trinca biologizada*: a sexualidade.

4 Por razões éticas, os nomes utilizados no decorrer deste artigo são fictícios.

5 Todos os diálogos descritos neste artigo ocorreram originalmente na LIBRAS e foram livremente traduzidos por mim para a língua portuguesa.

A escola tece uma “complexa trama normativa que estabelece uma linha de continuidade entre o sexo (macho e fêmea), o gênero (masculino e feminino) e a orientação sexual que se direciona “naturalmente” para o sexo oposto” (DINIS, 2008, p. 484). Em suas práticas curriculares, a escola norteia suas ações pelo padrão de existência de “uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico” (LOURO, 2003, p. 42).

Portanto, talvez, as reações de espanto expressadas pelos dois alunos sejam representações da ideia de que o sexo, quando praticado em uma relação homossexual, não possa estar atrelado ao desejo *natural*. A imagem do sujeito homossexual fortalecida pelo discurso de que a homossexualidade seja um distúrbio, uma patologia, uma perversão, flutua por aquele momento. Então, novamente pergunto: que implicações pedagógicas estão sendo propiciadas com essa situação? Qual o papel do professor nesse contexto?

Não quero que a possibilidade de resposta a essas perguntas reduza as reflexões que quero proporcionar aos leitores e às leitoras do artigo. Entretanto, não posso negar que a situação discutida acima possibilitou a presença do mito de que “qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada de ser gay ou de promover uma sexualidade fora-da-lei” (BRITZMAN, 1996, p. 79-80 apud DINIS, 2008, p. 483). Digo isso em função da outra situação-chave – “situação-chave” no sentido de que também desencadeia discussões propícias ao artigo – ocorrida durante o estágio e que passo a narrar na seção a seguir.

Representações de gênero e sexualidade

Enquanto escrevia no quadro-negro, os alunos riam entre eles, mas eu desconhecia o motivo, pois não estava enxergando sobre o que eles conversavam. Alguns minutos depois, viro-me para informá-los de que, por ouvir suas risadas, eu também sentia vontade de rir. A aluna Nádia (15 anos, líder da turma) aproveitou o momento de contato visual e comentou para mim: “sua letra é muito *bonitinha*, parece letra de mulher”. Agradei à Nádia por considerar minha letra bonita e, em seguida, lhe informei que não acredito na existência de um tipo de letra que possa ser associado exclusivamente às mulheres, nem um tipo de letra que pode ser associado exclusivamente aos homens. A aluna, percebendo que eu não havia demonstrado em nenhum momento estar constrangido ou ofendido com seu comentário, perguntou-me: “professor, você é *bi*?”. Devolvo a pergunta questionando-a o que significa *bi*, e ela responde perguntando-me novamente: “namora homens e mulheres?”.

A epígrafe desta seção retrata o momento em que me pergunto o que teria levado Nádia a ter o interesse sobre a minha sexualidade. Seria a lógica da sequência sexo-gênero-sexualidade agindo de modo que Nádia tentasse encaixar-me em alguma identidade sexual? Uma vez que eu seja homem e a minha letra represente para Nádia o gênero feminino, em qual identidade sexual eu *precisaria* ser encaixado? A bissexualidade seria o que Nádia melhor encontrou como alternativa de resposta? Estaria eu livre para exercer o meu sexo (macho) – portanto, a minha biologia sendo utilizada como referência para a constituição da minha sexualidade – e o meu gênero – representado no imaginário de Nádia pela minha letra *feminina* manuscrita no quadro-negro?

Desconfio que tal questionamento possa ter sido produzido no momento em que considere como possível, sem fazer uso de algum juízo de valor, o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo que estão apaixonadas uma pela outra. No entanto, quando a minha sexualidade vem a ser questionada, passo a pensar ainda mais nas situações em que eu e a turma nos encontramos, pois

[...] pensar a questão da homossexualidade, pode ser um convite para que o/a educador/a possa olhar para sua própria sexualidade e pensar a construção histórico-cultural de conceitos como heterossexualidade, homossexualidade, questionando a heteronormatividade que toma como norma universal a sexualidade branca, de classe média e heterossexual. (DINIS, 2008, p. 484)

Portanto, é nesse momento que sinto-me instigado a refletir com a turma sobre as concepções de gênero e sexualidade que circulam pela escola. Deste modo, trago agora o meu olhar sobre quatro textos e quatro ilustrações produzidos pelos alunos e pela aluna da turma de Ciências da 7ª série. A forma como o texto seria produzido foi declarada como livre; levando em consideração a importância do canal visual nas maneiras de se comunicar e se expressar dos surdos, também foi dada a oportunidade de os alunos ilustrarem o texto, tornando-o, assim, como o chamarei de agora em diante, um *texto imagético*.

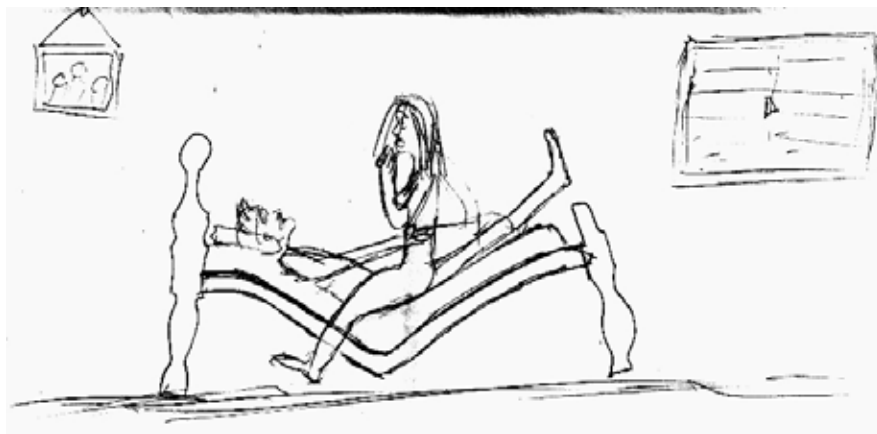
É justo esclarecer que o olhar depositado nos textos imagéticos, para analisá-los, é o olhar de professor buscando pensar sobre sua prática, articulando leituras feitas em dois campos de saber – o dos Estudos Surdos em Educação e o dos Estudos de Gênero e Sexualidade. Ou seja, olho para os textos imagéticos como artefatos culturais, representações do que o currículo escolar ensina a ser reproduzido. Então, para ter a chance de retratar aqui as representações de meus alunos e de minha aluna sobre as identidades de gênero e sexualidade que se constituem pela e na escola, o tema proposto para a elaboração do texto imagético foi “O que é ser homem? O que é ser mulher?”.

Em um primeiro instante, com um olhar superficial, é possível perceber que todos os quatro textos imagéticos focam o relacionamento entre duas pessoas,

um relacionamento guiado pelos princípios da heteronormatividade. Logo, nessas representações, ser homem e ser mulher implica relacionar-se com o sexo oposto. Em um segundo instante, dividindo os quatro textos imagéticos em duas categorias: *relacionamento romântico* e *relacionamento sexual*. Evidentemente, não quero negar a possível presença do sexo no que chamo aqui de “relacionamento romântico”, mas nomeio essas categorias de acordo com a intencionalidade focada em cada um dos textos imagéticos. E essas duas categorias são facilmente identificadas nas duas ilustrações retiradas dos textos imagéticos que apresento abaixo:



Relacionamento romântico: ilustração do texto imagético da aluna Nádia.



Relacionamento sexual: ilustração do texto imagético do aluno Marcos.

O texto imagético de Nádia, bem como o do aluno André (18 anos de idade), apresenta a expressão “relação de carinho”. Além disso, ambos os textos foram representados por uma ilustração muito parecida: a imagem de um casal heterossexual de mãos dadas em um ambiente ao ar livre, na presença de árvores, flores e animais. Associo essa representação do ambiente ao que discuti anteriormente sobre o desejo *natural*, como também à ideia da relação pura e saudável. Outra característica interessante nos dois textos imagéticos é que eles foram produzidos como se fossem um planejamento. Uma organização para o “futuro”, palavra esta que está presente no corpo dos dois textos, como trago nos fragmentos a seguir:

[...] eu sou feliz e esposa eu sou feliz familiar eu surdo amigo combinar festa não agora só **futuro**.

Fragmento do texto imagético da aluna Nádia, grifo meu.

Eu como faz **futuro** que é ser homem, humano com é mulher mas dos fazer organizo que eu.

Fragmento do texto imagético do aluno André, grifo meu.

Em seu texto imagético, Nádia estabelece uma série de etapas pelas quais ela, mulher, ordenadamente expressa realizar. A primeira etapa, de acordo com o texto imagético de Nádia, é a provação da família em relação ao seu novo namorado. Dentre as qualidades que ela lista para esse novo namorado ser aprovado, estão as palavras “homem”, “lindo”, “fiel”, “educar” (que pode ser entendido como “educado”). As etapas seguintes são expressas nesta sequência: dedicação aos estudos, obtenção de um emprego, conclusão de um curso superior, aquisição da casa própria, casar-se, aquisição do carro próprio e, por último, ter um(a) “filho(a)”. Destaco aqui a importância que Nádia dá ao gênero do filho planejado quando adiciona em seu texto a letra A, entre parênteses, após a palavra “filho”.

Tendo essas referências do texto imagético de Nádia e André, convoco os leitores e as leitoras a pensar como as concepções de gênero e sexualidade se exercem sob uma lógica de normalização. Essa lógica de normalização não enxerga, ou pelo menos não quer enxergar – e talvez “expor” seria uma melhor forma de se dizer – a diversidade sexual.

Quanto aos textos imagéticos que atribuo à categoria relacionamento sexual, inicio expondo algumas situações do texto do aluno Elias (25 anos, casado e pai). Nesse texto, as expressões “vontade”, “sorriso perfeito”, “corpo esbelto”, “gostosa”, “muito bonita”, “bem mulher” e “atraente” descrevem a pessoa com quem

o relacionamento, seja ele sexual ou de afeto, seria o ideal. Essas características são ilustradas na imagem do mesmo texto, onde há a presença de duas figuras: uma feminina sorridente e de costas para a figura masculina, que expõe a língua salivante, expressando o desejo pela primeira figura.

O outro texto imagético da mesma categoria é o do aluno Marcos (17 anos de idade), que teve sua ilustração exposta anteriormente neste artigo. Ao contrário dos textos imagéticos descritos até agora, o texto de Marcos aborda explicitamente as questões que envolvem o ato sexual realizado entre um homem e uma mulher. Como, por exemplo:

[...] com sexo corpo viver é o esta Homem pênis ejacular já mulher posso faz só camisinha boa usa.

Fragmento do texto imagético do aluno Marcos.

Além disso, a ilustração produzida por Marcos reflete como assuntos polêmicos, tais como sexo, são silenciados no interior da escola. A imagem do quadro, que indica a presença de mais pessoas – familiares, por exemplo – na situação que representa, é complementada pela janela fechada, que reproduz o tratamento do sexo como algo sigiloso.

Até onde vai o meu direito em fazer meus alunos pensarem sobre essas questões? Até onde vai o direito dos meus alunos expressarem suas vontades de discutir sobre essa temática em sala de aula? Acredito que compartilho estas e outras dúvidas com todos os professores e professoras que já tenham se deparado com situações-desencadeadoras como as que trago neste artigo.

Conclusões

Considerando as situações descritas neste artigo, suas representações nos textos imagéticos produzidos pela turma de Ciências da 7ª série e a infinidade de argumentos que surgem com os estudos nas temáticas focadas, penso que para se abordar temas de interesse dos alunos jovens, como a sexualidade, sem fazer disso uma polêmica, a necessidade de construção de espaços de formação pedagógica dentro da escola é fundamental; considerando o contexto da educação de surdos nessas mesmas temáticas, posso dizer que o pouco domínio na LIBRAS por parte dos professores ouvintes pode vir a dificultar o desenvolvimento de assuntos que ultrapassam os conteúdos formais da escola.

Sendo assim, concluo: a escola de surdos não difere de qualquer outra instituição social na tentativa de normalizar as identidades de gênero e as sexualidades; e, para finalizar este artigo, expresso aqui a minha intenção de permanecer atento às questões de gênero e sexualidade que circulam o espaço escolar de forma a permitir

que a diversidade de gênero e a diversidade sexual possam ser vistas e reconhecidas com o direito às possibilidades de coexistência.

Referências

ALVARENGA, Luiz F. C.; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela de F. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 62-72.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 90-124.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 125-148.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 105-121.

_____, Maura Corcini. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, “o diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 41-52.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERLIN, Gládis Teresinha. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 51-73.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acessado em 8 de setembro de 2009.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 7-32.

RELAÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS QUE RECEBERAM MENÇÃO HONROSA

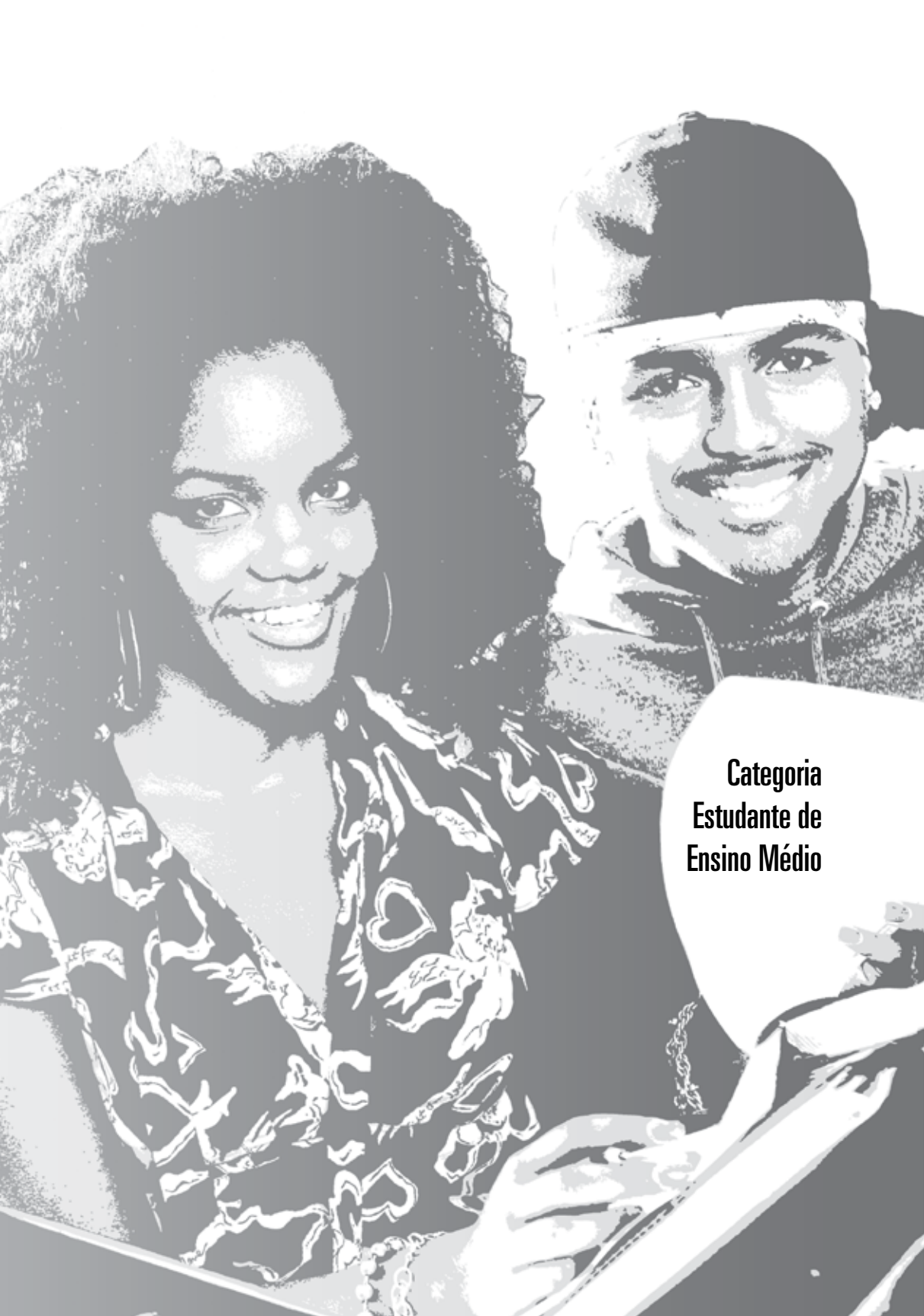
A íntegra do artigo pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

Ser mulher nas revistas: um estudo sobre cultura jovem, gênero, mídia e educação

Pâmela Caroline Stocker

Centro Universitário Feevale (FEEVALE)

Orientadora: Profa. Dra. Sarai Patrícia Schmidt



Categoria
Estudante de
Ensino Médio

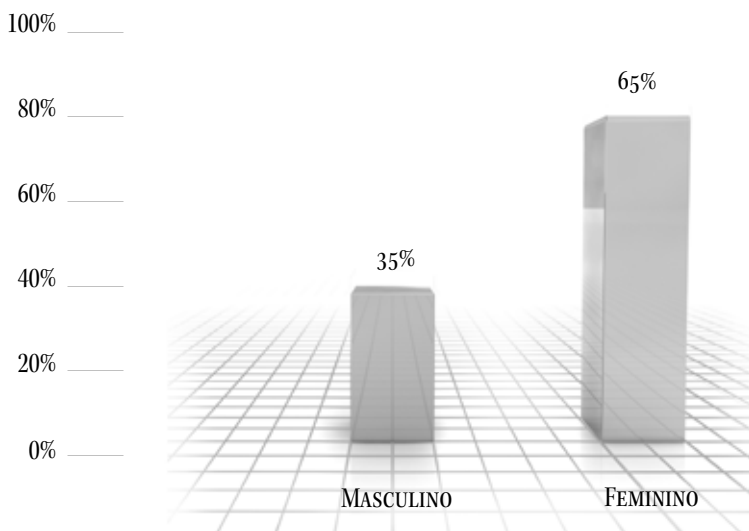
INTRODUÇÃO

A categoria Estudante de Ensino Médio recebeu a inscrição de 2.976 redações vindas de todas as unidades da federação brasileira. Deste total, 65% foram inscritas por pessoas do sexo feminino e 35% do sexo masculino.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero
Categoria Estudante de Ensino Médio

Inscrições por sexo		
Sexo	Quantidade	%
Masculino	1036	35%
Feminino	1940	65%
Total	2976	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2009.



Fonte: CNPq/SPM, 2009.

A distribuição das inscrições por Unidade da Federação mostra uma grande concentração nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Estes tiveram uma participação de 48% do total. O grande campeão das inscrições foi o estado mineiro com 27,7%, seguido do paulista com 20,3%, em terceiro lugar está o Rio Grande do Sul (9,1%) e em quarto a Bahia (7,3%). Estes estados agregados respondem por 64,4% das inscrições totais.

A pré-seleção das redações foi feita por um Comitê composto pelas instituições parceiras: SPM/PR, MEC, CNPq e Unifem. Durante três dias, cerca de vinte pessoas fizeram uma leitura das redações inscritas e selecionaram 290 redações que foram encaminhadas para a Comissão Julgadora. Assim, a pré-seleção resultou em que 11% do total de redações inscritas passassem para etapa final. O Estado de São Paulo teve 20,3% das redações selecionadas para a etapa final, seguido da Bahia com 11,4% e de Minas Gerais com 11%; estes estados respondem por 42,7% das redações pré-selecionadas.

A Comissão Julgadora das categorias Estudante do Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero foi composta pelos seguintes membros: Ângela Maria de Lima Nascimento (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher); Denise Maria Botelho (Universidade de Brasília); Keila Deslandes (Universidade Federal de Ouro Preto); Marcos Elias Moreira (Superintendente do Ensino Médio do Estado de Goiás); Marcos Nascimento (Instituto Promundo); Nilce Rosa da Costa (Conselho Nacional de Secretários da Educação); e Maria Lúcia de Santana Braga (Secretaria de Políticas para as Mulheres), que presidiu a comissão.

A Comissão Julgadora reuniu-se no dia 17 de março de 2010, na sede do CNPq.

Os vencedores da categoria Estudante de Ensino Médio (Etapa Nacional e Etapa Unidade da Federação) foram premiados com computadores.



Categoria
Estudante de Ensino Médio
Redações Premiadas
na Etapa Nacional

1. THOMAS MERTON FROM WEST
2. Merton of a Thousand Autumns
3. Gump Street
4. Gump Street

GOIAS – GOIÂNIA

O DIÁRIO DE UM TRANSEXUAL

Nathalia Gomes Mialichi

Colégio Dinâmico

Dia 11 de outubro de 2009

Bom dia diário,

Finalmente este dia chegou, depois de tantos rabiscos no meu calendário, depois de tantas consultas médicas e psiquiátricas, depois de vinte e um anos de um transtorno biológico e de um desencaixe social, hoje eu irei fazer a minha cirurgia de mudança de sexo e, tornar o meu corpo um verdadeiro reflexo do meu estado de espírito, do meu real eu.

Estou escrevendo de um quarto de hospital, onde acabo de fazer os últimos exames para que seja possível a realização da cirurgia daqui a algumas horas. Minha mãe saiu a pouco, ela veio sem o acompanhamento de meu pai, o que eu já esperava, já que faz alguns anos que ele me rejeita como filha, a minha mãe me entende, pelo menos ela tenta me entender, eu sei que não é fácil, talvez se não acontecesse comigo, eu também não entenderia. Enfim, minha mãe me trouxe um buquê de rosas brancas, para me dar boa sorte, e um álbum de fotografias que ela estava montando para esse momento.

Eu não sabia o que esperar deste presente, não tive muitas boas lembranças a fotografar quando eu era criança, muito menos quando eu era adolescente. Sempre fui alvo de chacotas e humilhação, sempre estive presa nessa realidade, e fiquei receosa de folhear aquelas páginas decoradas e me deparar com o meu triste sofrimento, sofrimento este que eu sei que não é apenas meu. Mas resolvi adentrar em minhas lembranças para quem sabe, encontrar momentos felizes e até aprender com o que eu sofri.

As primeiras páginas cor-de-rosa mostram um bebê que contrasta em um quarto azul ao lado de seu pai machista e sorridente, ao menos posso dizer que alguma vez ele se sentiu feliz com a minha presença. Passei adiante e não consegui evitar derramar umas gotículas de água de meus olhos, estou na escada da vizinhança, com todas as crianças da rua para tirarmos fotos para o Natal, meninos apontavam o dedo para mim e riam e eu, acuada em meu canto, desejava fugir para um lugar em que meus sonhos pudessem se tornar realidade, e por incrível que pareça diário, esse lugar não estava presente na encantadora infância, e sim numa cama de hospital.

Agora me lembro dessa época, que não era de todo infeliz, me apeguei não mais à realidade e sim aos meus doces sonhos de princesa. Quando pequena, eu não achava graça em brincar com os meninos da minha rua e muito menos em me

juntar aos clubes do Bolinha, eu não queria me machucar jogando futebol e nem passar a tarde toda jogando bolinha de gude. Então, ao entardecer, a hora em que o clube da Luluzinha se reunia na casa de minha vizinha, eu subia para o meu quarto e observava as meninas em seu quarto rosa e todo florido, com seus longos cabelos trançados, brincando de salão de beleza, de desfiles e de bonecas, com as mais variadas possíveis, e assim eu ficava, sabe. Às vezes, eu adormecia observando-as e muitas vezes invejando-as, e me afundava nos meus sonhos. Meus únicos pesadelos eram constantes e ocorriam ao acordar-me: deparar-me com meu quarto azul, decorado com carrinhos e soldadinhos de chumbo e tropeçar na imensa quantidade de bolas velhas e nunca usadas que eu ganhara de meu pai insistente. Esse passado triste foi acentuado pela não-aceitação dos vizinhos e das crianças, principalmente as quais eu me identificava.

O tempo foi passando ao decorrer das páginas, já estava adolescente e me via isolado na escola e tentando inventar um sorriso para que a minha mãe acreditasse que nessa escola tudo ia ser diferente. Fotos sucessivas com o mesmo sorriso, mas com fachadas de escolas diferentes e com pessoas com o mesmo olhar de preconceito. Percebo que a adolescência foi a fase mais difícil para mim, foi quando começaram os apelidos e eu comecei a considerar que eu realmente não deveria existir, que eu era uma aberração e que, como eu não me encaixava, eu deveria ser descartada dessa sociedade. Muitas dessas lembranças eu já te relatei diário, mas agora eu não tenho mais medo de meu pai te achar, de mais alguém me rotular, é por isso que agora escrevo com mais sinceridade sobre momentos que eu mesma tentei tirar de minha memória, só que são essenciais para que eu mude e reflita sobre a raiva que senti durante tantos anos.

Tem uma foto aqui que apareço em um almoço familiar de meu aniversário, toda cheia de tomate e ovos, eu tinha dito no episódio à minha mãe que foi comemoração de meus amigos e que graça que eles fizeram para me sacanearem em meu dia especial. Realmente foi uma sacanagem, mas não porque era o dia de meu aniversário, eu não tinha amigos e meus colegas de escola não se importavam realmente com isso, levei ovadas porque confessei à única pessoa que eu achava que se importava comigo que eu era diferente, e o resto da história você já sabe. Esse dia foi meio irônico, a escola havia dado uma palestra sobre igualdade, inclusive de gênero, e fui erradamente chamada de gay, anormal, drag queen, fui ameaçada, machucada e humilhada por ser diferente, essa situação desencadeou em uma outra fotografia com uma fachada de escola diferente.

Até o momento, a única foto que vi e realmente me senti parte de algo é a que estou abraçada com um monte de índios da tribo Yuman, cujo pajé me considerou especial e me aceitou, pois lá, há o respeito em relação às diferenças e esses índios encaravam a transexualidade não como o conceito que muitos veem hoje, os transexuais não eram vistos como imorais e que colocam o seu prazer à frente, mas sim como ela realmente é, em que uma alma está aprisionada em um corpo que não lhe corresponde fisicamente e os outros indígenas ajudavam o que se encontrava nessa situação, para que seu sofrimento se amenizasse, é nessa foto que seguro agora

e vejo que ainda há esperança, quem sabe se retrocedêssemos um pouco na evolução as pessoas pudessem me entender, como os índios me entenderam.

As últimas fotos do álbum de minha vida são mais animadoras, estou cercada de pessoas iguais a mim no centro de psiquiatria e na faculdade de direito que eu estou frequentando, me vejo novamente com ovos na cabeça, mas dessa vez meu novo grupo estava me parabenizando por ter passado na melhor universidade de direito do país. Se eu voltasse em suas páginas, a 4 anos atrás, eu veria que o direito era algo que se afastava completamente de minha perspectiva de futuro, mas nesse ano eu vi que eu posso ser muito útil na legislação, ela, muitas vezes, me renega como membro social, porém, há casos - como nos Estados Unidos - nos quais alguns países nos recebem e nos protegem, ao passo que outros nos discriminam legalmente e até nos perseguem. Eu posso ajudar aqui no Brasil, eu sei que posso e eu vou ajudar, não só a mim, mas a todos a quem seu direitos de igualdade não são respeitados, só que vamos deixar isso para quando eu me formar, né? Por enquanto eu continuo a ver minhas lembranças que se passam como um filme em minha cabeça ao invés de pequenas fotografias. A última foto do álbum foi tirada quando eu estava na passeata de gays, lésbicas e simpatizantes nos Estados Unidos, não que eu seja gay, lógico, muita gente confunde esses termos, mas pensa comigo, diário, eu me sinto como mulher, certo? Então é normal que eu me interesse por homens, diferentemente dos gays, que se atraem por pessoas do mesmo sexo, e das *drag queen*, que só se vestem como o sexo oposto para obter prazer. Eu acho que é essa confusão que acaba acentuando a discriminação, é a ignorância que gera o preconceito, infelizmente.

Engraçado, o álbum ainda possui uma imensa quantidade de folhas em branco que agora folheio para que eu encontre alguma dica, e muitas folhas passam até que percebo que minha mãe escreveu um bilhete na última folha, não consigo me conter ao lê-lo, nele minha mãe me diz que as folhas brancas representam o que eu ainda viverei pela frente e que eu mesma colocarei lembranças felizes nessas páginas, lembranças de uma futura igualdade, de um futuro respeito, lembranças de que eu finalmente poderei ser eu mesma. Ela termina dizendo que estará comigo sempre que eu precisar e, quem sabe, um dia, meu pai também poderá estar.

Fechei o álbum tendo a certeza de que o que farei daqui a algumas horas será o certo para mim e que ainda há esperança das pessoas entenderem e me respeitarem. Neste momento em que escrevo, olho através da janela e vejo que muito ainda há por vir e refletida em seu vidro há o buquê de rosas brancas que ganhei, não sei se é porque estou emocionada demais pela mudança em minha vida, mas acredito que hoje tudo mudará, não digo que eu mudarei, só fisicamente, claro, mas eu não mudarei, tenho esperança de que o que mudará a partir de hoje será a visão das pessoas em relação a mim. Continuo não esperando muito da sociedade em si, só o básico: respeito. Por enquanto o básico já tem sido demais para as pessoas suportarem, mas amanhã pode ser diferente, eu sei que pode. E essa diferença vai ser muito além da mudança de meu nome e sexo no registro civil, será uma mudança no conceito de igualdade.

Eu tenho que me despedir de você, meu querido diário, a enfermeira está me chamando para fazer mais alguns exames para que eu possa ser anestesiada. Dessa vez, ao acordar, eu não terei pesadelos, só o meu grande sonho se tornará realidade. E você vai me acompanhar nesse novo trajeto, não vai? Não será fácil, né? Mas vai valer a pena, porque eu serei eu mesma, é assim que eu vou me encontrar, eu prometo que valerá a pena.

Deseje-me sorte,

Pâmela

RIO GRANDE DO SUL – NOVO HAMBURGO

SEGUINDO A MENINA DA MANUTENÇÃO

Felipe dos Santos Machado

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

Orientadora: Íris Vitória Pires Lisboa

Não foi uma nem duas vezes que eu, Monique, ouvi críticas, deboches, piadinhas e até mesmo fui humilhada por correr atrás dos meus sonhos e fazer o que realmente gosto. Preconceito é a palavra mais apropriada pra descrever o que sofri por prestar uma prova de seleção e ser classificada pra fazer um curso. Na verdade, pra mim não era apenas um curso, e sim uma realização, uma conquista que foi apedrejada e que desde o início não teve apoio das pessoas que me viram entrar pelas portas da escola técnica e me matricular no curso técnico de Mecânica.

- O quê? Menina mexendo com máquinas, parafusos, porcas, ferramentas e sujando a mão de graxa? Que nojo! E além de nojento é ridículo esse tipo de trabalho pra uma mulher! Isso é serviço de homem!

Palavras cruéis como essas eram proferidas a meu respeito com frequência. Eram como bofetadas em meu rosto. Feriam minha alma e meus sentimentos, porém a vontade de vencer, de alcançar o alvo, de tornar real o meu sonho era muito maior e, sem dúvida, a convicção que eu tinha de que estava no caminho certo era um excelente motivo pra que eu tivesse forças suficientes para prosseguir.

E esse problema não era único e exclusivamente meu. Todas as outras meninas do curso eram discriminadas por fazerem parte de um curso classificado como “curso pra rapazes”. Como se as mulheres não tivessem capacidade de efetuar um serviço de qualidade e apenas os homens o fizessem, o que em boa parte dos casos acontece justamente o contrário, visto que as mulheres, geralmente, são mais minuciosas do que os homens e conseguem dedicar maior atenção a uma determinada atividade.

Mas o fato é: qual é o fundamento pra tal conceito (errôneo) de que mulheres não podem trabalhar na área metal-mecânica e que somente homens teriam capacidade para trabalhar? Está escrito no artigo 113, inciso 1, da Constituição Federal, que: “todos são iguais perante a lei”. Na teoria a lei funciona, mas na prática a coisa não é bem assim.

Já vem de muito tempo o preconceito quanto à colocação da mulher no mercado de trabalho. Por volta do século XVII, quem era responsável por prover o alimento e a segurança da família eram os homens, enquanto as mulheres deviam cumprir suas responsabilidades com os afazeres domésticos. Com o estouro das Grandes Guerras Mundiais as mulheres tiveram que, entretanto, ser inseridas no mercado de trabalho, assumindo o papel que, na época, cabia ao homem, de trazer o sustento aos filhos enquanto os homens eram enviados aos campos de batalha para lutar por seus países.

Após o término da guerra terminavam-se também a vida de muitos

combatentes, o que impunha à mulher uma dupla jornada de trabalho dividida entre cuidar da casa e dos filhos e trabalhar fora para obter o mantimento.

Mecânica é a minha vida! Qual é o problema em eu querer fazer o que gosto e viver minha vida da maneira mais agradável possível? Mecânica é o movimento. Está em toda parte! Por onde olho, vejo a Mecânica de forma explícita ou implícita.

No que diz respeito à receptividade do mercado de trabalho com relação a nós, mulheres mecânicas, guerreiras e batalhadoras, que matamos um leão por dia, podemos observar claramente um preconceito enorme. Estamos em um “campeonato masculino”¹, onde disputamos uma vaga com vários homens, que na maioria das vezes têm a preferência.

Na terça-feira passada minha turma teve prova da disciplina de Tecnologia Mecânica dos materiais e ontem recebemos o resultado. Minha nota foi a segunda maior nota da sala e meu desempenho nas aulas práticas foi superior ao da maioria dos meninos da minha classe, visto que a turma possui 32 alunos, dentre os quais há apenas duas meninas.

Sinceramente, sinto-me orgulhosa da escolha que fiz e não me arrependo. Não estou aqui reclamando da minha opção, estou sim reivindicando o direito à igualdade de gênero, desrespeitada pela sociedade e que agora, no auge dos meus 17 anos, tem me atacado diretamente, fazendo-me refletir sobre o verdadeiro e fundamental papel da mulher no meio em que vive.

Ah, antes que eu esqueça, a minha colega, a quem chamo carinhosamente de Fabi, está comigo nessa peleja e também está revoltada com a opressão que a mulher técnica em mecânica tem tolerado até agora. Está mais do que na hora de dar um basta nisso.

É, acho que consegui falar tudo o que estava entalado em minha garganta e que me angustiava já de longa data. Sinto como se milhares de quilos fossem desprendidos das minhas costas, mas esse alívio pode se tornar ainda maior se cada pessoa que tiver acesso a essa carta fizer a sua parte. E começar (ou continuar) a respeitar as mulheres técnicas em mecânicas, bem como todas as mulheres batalhadoras que dão seus rostos à tapa pra conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho, é o primeiro passo.

Pois é! Como ninguém é bobo de ninguém, vou aproveitar que essa carta vai circular por todo o país, começando do Rio Grande do Sul e daí por diante, pra vender meu peixe, né??!!

Faço qualquer serviço de torneamento, fresamento, acabamento de peças metálicas, tratamentos térmicos pra melhorar propriedades das ligas Ferro-Carbono e programação de CNC. Quanto mais engraxado for o serviço, melhor é pra mim. Sou determinada, competente, perfeccionista e sem-frescura, pra você que é um consumidor exigente e quer a melhor qualidade em suas máquinas, ferramentas e peças.

Meu numero é 555-55 55. Como sou uma mulher muito versátil e moderna, você pode fazer contato comigo através do orkut, MSN, Gazzag, Facebook... É só lançar no Google. E não esqueça de me seguir no Twitter: A mulher da manutenção.

SANTA CATARINA – CANOINHAS

IMORTALIDADE DESMEDIDA

Tamiris Grossl Bade

Escola de Educação Básica Almirante Barroso

Sou Capitu. Aquela, dos olhos de cigana oblíqua e dissimulada. Provavelmente, muitos estranharão este fato, já que morri na Suíça, lá pelo centésimo cinquagésimo capítulo. Realmente, Machado gostava de dividir suas obras em muitos capítulos. Porém, os mais entendidos sabem que, personagem que sou, não hei de morrer tão facilmente.

Personagens ficam immortalizadas, diria algum intelectual. O que digo é que os leitores adoram fofocas e mal-dizeres, e este é o motivo pelo qual sou lembrada. E é claro, também por causa de Machado, mas aí já estão incluídas as lembranças que ele próprio deixou.

Todas nós, personagens, somos de algum modo lembradas, independentemente do fim que tomamos, seja por muitos, ou por apenas um (neste caso, o autor).

E em meio a tantas imortais, confesso que desconheço a origem e procedência de maior parte delas. Mas conheço algumas, além dos que fazem parte da minha história. Riobaldo continua divagando por entre as veredas do sertão, o Sr. Quaresma guarda até hoje seu extremo nacionalismo, o cortiço ainda vive seus inúmeros escândalos e Iracema continua sendo a virgem dos lábios de mel. Até mesmo o cego da beira da estrada, de Moacyr Scliar, ainda não reconheceu corretamente um carro pelo som do motor.

É claro, estes são apenas alguns, dos muitos que foram immortalizados ao redor do mundo. Mas aquelas em que estive realmente pensando, nesta minha immortalidade desmedida, somos nós, as personagens femininas.

Carolina, que esperou a vida inteira pelo seu amor de infância, e quando finalmente o encontrou, eles não se reconheceram. Se não te lembrás dela leitor, não te preocupes: poucos se lembram de seu nome, já que ficou immortalizada como “a moreninha.”

E Luisinha, que foi alvo dos amores de Leonardo que, malandro como era, trocou-a logo pelos mistérios de Vidinha. À namorada esquecida restou o casamento com o agregado de sua tia, uns bons anos mais velho do que ela. Sim, casaram-se depois que Leonardo tornou-se sargento de Milícias e Luisinha viúva, e imagino que esse tenha sido seu final feliz.

Mas a que mais me impressiona é Aurélia. Inteligente, sem deixar de ser bela, conseguiu conquistar o que queria. Sei que o seu casamento não começou de uma forma considerada apropriada, mas se não fosse assim, Seixas não teria percebido o quanto a amava. Ouso dizer que, se esse casamento acontecesse normalmente, estaria condenado à monotonia, como grande parte dos casamentos; ou a um fim vergonhoso, como aconteceu com o meu.

O leitor talvez pense que invejo Aurélia, eu não lho negarei. Não me entendam mal, eu amava Bentinho. Desde os nossos tempos de criança, dos nomes abertos a prego no muro, de ter os meus cabelos escovados por ele, e o primeiro beijo em frente à penteadeira. Pela pureza da paixão nestes gestos, e por todos os meus esforços para que ele não se tornasse padre, qualquer pessoa dotada de sentimentos e emoções pode perceber o quanto eu o amava.

Mas então, nós nos casamos. Cuidei que este casamento fora a nossa vitória, o nosso final feliz. Porém, tudo o que tive com ele foi um fim. Se te lembras bem, o apelido de meu marido era “Dom Casmurro”, o que fazia jus à sua personalidade. Acho podes imaginar como é conviver durante anos, dia após dia, com um homem assim, ciumento e nostálgico. Ciumento, que chegou a desconfiar de seu melhor amigo, e nostálgico, visto que reconstruiu a casa que vivia quando criança.

Às vezes, me ponho a pensar: o que eu me tornaria, caso fosse uma personagem do século XXI? Não se esqueça leitor, eu era uma menina esperta; esperteza de mocidade que não me abandonou na fase adulta. O que eu faria se tivesse um ofício, com o qual eu poderia me entreter e me dedicar? Talvez, até as atividades corriqueiras e meu relacionamento com Bentinho seriam menos maçantes.

Mas não foi assim. Tudo o que tive foi um marido e um filho. Um marido que por ciúmes me exilou na Suíça; e um filho, a pessoa mais importante de minha vida, que estudava para torna-se doutor. Foi assim que acabei sozinha, e morri sem data definida, sem nenhum sofrimento descrito. Morta e enterrada na Suíça, apenas isto.

Apesar de disso, não tive descanso. Tão logo Machado pôs um ponto final em seu manuscrito, Carolina corrigiu-o de cabo a rabo. E então, editores leram-no, publicaram-no, e desde então milhares de leitores folhearam suas páginas. A cada nova leitura das memórias de meu marido, eu revivo-as mais uma vez. E a cada novo leitor, surge uma nova discussão sobre as evidências que o ciúme de Bentinho deixou expostas, tentando concluir se Escobar era realmente meu amante.

A meu ver, só há uma paixão vergonhosa nesta história: a que os leitores têm pela infâmia alheia. Sinceramente, não sei se traí meu marido. Machado não me deixou pista alguma, assim como não deixou para mais ninguém. E é por isso que possuo uma imortalidade bastante sólida, já que histórias como essa, envolvendo paixões infiéis em meio a um casamento sólido, não são esquecidas facilmente.

Se em algum momento, meu amigo leitor, chegaste a invejar a minha eterna personalidade, espero que tenhas mudado de idéia a essa altura. Pessoas, as de verdade, não sabem o poder que têm ao poder escolher seu caminho. Ah, o poder da escolha... quem me dera tê-lo, e usá-lo nos tempos de hoje, onde cada mulher pode escolher que vida levar, sem precisar ter homem ao seu lado durante todos os anos de sua vida. Sei que o machismo ainda existe, mas isso pode acabar. Isto é, se as mulheres assim quiserem.

Sim, essa mudança depende das mulheres, e não da boa vontade dos homens. Homens tornam-se machistas quando crianças, enquanto assistiam e aprendiam com as atitudes de seus pais. E para que houvesse um pai machista, houve uma mãe que se submeteu a ele.

O que aconteceria se todas as mulheres, sem exceção, soubessem o valor que têm? Se soubessem que merecem ter vez e voz, seja profissionalmente, ou na intimidade de seus lares? Sim, elas não mais aceitariam o segundo plano, no qual foram deixadas por tanto tempo ao longo da história.

O poder da escolha, o que pode ser melhor do que isso? Poder escolher que vida levar, em que mundo viver, sem ter que obedecer a tudo o que o seu autor escreve. É por isso que eu sempre me perguntei por que, com tanto poder, as mulheres de “carne e osso” ainda se permitem ser subjugadas. Recentemente cheguei à conclusão de que muitas delas ainda não sabem o que podem fazer com tamanha liberdade.

É por isso que resolvi escrever estas minhas conclusões: pedir que vocês, detentores de uma vida não escrita, abram os olhos. É tempo de enterrar os preconceitos e permitir que cada pessoa tenha o valor que merece, independentemente de ter nascido homem ou mulher.

Baseado na obra de Machado de Assis: Dom Casmurro, citando as seguintes obras da literatura brasileira:

O grande sertão: veredas, João Guimarães Rosa.

Triste fim de Policarpo Quaresma, Lima Barreto.

O cortiço, Aluísio Azevedo.

Iracema, José de Alencar.

Cego e amigo gedeão à beira da estrada, Moacyr Scliar (conto).

A moreninha, Joaquim Manoel de Macedo.

Memórias de um Sargento de Milícias, Manoel Antonio de Almeida.

Senhora, José de Alencar.

Categoria
Estudante de Ensino Médio
Redações Premiadas
na Etapa por
Unidade da Federação



BAHIA – GUANAMBI**ESCREVENDO UM DIÁRIO**

Mauro Marcelo Queiroz de Arruda Sobrinho

Colégio Nóbrega

2 de março de 1857 – Meu diário, meu amigo, és o único que assim posso chamar. Acordei cansada, pois ontem foi deveras um dia difícil. Um dia como todos os outros dias. Porém, isso eu já registrei na página anterior, então vou falar de hoje. Amamenteei o meu caçula e percebi que minhas mamãs falharam, como posso produzir leite se nem tenho me alimentado? Deixei-os - os oito, o primogênito como responsável - e fui ao trabalho. No fim do dia, ao retornar para casa, passei em alguns casarões para pedir comida. Consegui uma xícara de café com água. Bebi depressa, e depois senti o pesar de não tê-la guardado para meus meninos.

3 de março de 1857 – Acho bom ter aprendido a ler e escrever quando criança. Assim, posso ter companhia mesmo quando não tenho ninguém com quem conversar. Sinto falta do meu marido. Ainda me lembro do dia de sua morte: não respirava mais, por causa de todo aquele carvão que ele respirou durante todos os anos em que trabalhou naquela mina. Pelo menos, se ele estivesse vivo, poderíamos ter uma vida um pouco melhor. O salário dele era o triplo do meu e a carga horária dele era menor, ele até podia ter dois empregos. Poderíamos sair da miséria, poderíamos ser felizes, mas agora tudo acabou.

4 de março de 1857 – Mais um dia e a vida continua a mesma. O medo de voltar para casa à noite. Os homens que se esfregam nojentos no caminho de ida e volta. Às vezes, tenho de ceder para ganhar alguns trocados. Outras vezes, me entrego, e não ganho trocado nenhum. Não tenho como reclamar dos ratos e baratas dentro de casa. Tenho é de agradecer, pois às vezes preciso comê-los. Ouvi dizer na fábrica hoje, enquanto tecia, que o diretor havia largado sua esposa e se casado com uma menina de dezenove anos. A esposa antiga se tornou operária da fábrica.

5 de março de 1857 – Querido diário, já nem lhe chamo mais assim, pois considero-te tão próximo de modo a dispensar formalidades. E tendo eu já os meus trinta e nove anos de idade... Não sei como tenho tempo e disposição para escrever. São tantos os problemas. Acho que é porque, após os meus filhos, esse é o meu momento de alegria. Não posso dizer que sou feliz, mas eu tento ser. E só para deixar registrado: hoje uma menina perdeu uma de suas mãos, pois, de tão cansada que estava, dormiu em cima da máquina de cortar tecidos. Ela só tem doze anos de idade.

6 de março de 1857 – O que mais se fala aqui em Nova York é de um tal Destino Manifesto. Estão marchando rumo ao oeste, matando os índios, abusando das índias e conquistando todas aquelas terras. Dizem que este nosso país é o “país do futuro”. Falam da Revolução Francesa, que aconteceu no século passado. O lema dessa revolução eu não me lembro. Só me lembro da seguinte palavra: igualdade.

Quando eu era criança, minha mãe havia me ensinado isso. Eu sabia de cor esse lema. Agora só me lembro da “igualdade”. Igualdade... Mas e a violência e a injustiça que existem contra todas as meninas e mulheres?

7 de março de 1857 – Hoje, trabalhamos muito mais que o costureiro. As encomendas aumentaram. Uma nova moda surgiu na alta sociedade, e nós é que temos de trabalhar para vestir todos aqueles diplomatas. Mas hoje foi um dia bom, pois as meninas estão planejando uma greve para amanhã. Vamos pedir um aumento de salário, para que o nosso salário se equipare ao dos homens. Também vamos pedir redução da jornada de trabalho, para que tenhamos a mesma carga horária dos homens. Queremos ter direitos iguais aos dos homens.

8 de março de 1857 – Estou bastante otimista, e por isso estou escrevendo agora de manhã, antes de ir para a fábrica. Tenho certeza de que tudo vai dar certo. Eu vou conseguir consertar a minha vida e dar um futuro melhor para os meus filhos. Eu só quero ser feliz.

Naquele mesmo dia, esta e mais cento e vinte e oito operárias entraram em greve. A polícia foi chamada. Os policiais trancaram as operárias nas fábricas e incendiaram o local. Cento e vinte e nove mulheres morreram queimadas.

8 de março de 2057 – Duzentos anos se passaram desde que morremos queimadas. Houve uma comoção geral. As pessoas se impressionaram com o acontecido. Foi preciso um ato de exacerbada barbárie para que as pessoas pudessem notar a injustiça que existe. Fizeram um dia especial para nos homenagear. As mulheres conquistaram vários direitos. Mas ainda há muita violência e muita injustiça contra as mulheres. Falam de igualdade entre os sexos, mas ainda não sabem o que é, realmente, essa igualdade. Igualdade de gêneros não significa que ambos os sexos têm que exercer as mesmas funções, ter hábitos iguais. Não significa que homens e mulheres vão ser idênticos em todos os aspectos. Igualdade de gêneros implica que ambos os sexos devam ter oportunidades iguais e ser tratados igualmente. Isso significa que não se deve julgar uma mulher ou um homem usando como quesito o sexo da pessoa.

É impossível que eu esteja escrevendo esta página, pois estou morta há dois séculos. Essa página ainda está em branco. E cabe às pessoas que ainda vivem escrevê-la. O dia das mulheres não deve ser só mais uma data para preencher o calendário, deve ser uma realidade. O objetivo de todo ser humano é ser feliz. Será que algum dia todas as pessoas, homens e mulheres, poderão escrever em seus diários que são felizes? Se a resposta a essa pergunta for sim, então teremos alcançado a igualdade.

MARANHÃO – DOM PEDRO

MARIA DA MULHER

Rodrigo Humberto Otávio dos Santos

Associação Educacional Professora Noronha

Professor Orientador: David da Silva de Moraes

Eu tinha muita raiva. Toda Maria que eu conhecia tinha um segundo nome. Só eu que era simplesmente “Maria”...

Minha mãe, a dona Maria das Graças, tinha uma vida difícil: trabalhava de lavadeira e tinha que sustentar a casa sozinha. Como eu era filha única, não aumentava muito as despesas, mas ainda sim passávamos necessidades. O dinheiro que meu pai - acho que nem deveria ser chamado de pai - ganhava fazendo bicos era gasto em bares, aposta no bilhar e em tudo que não presta. Além disso, vivia batendo em minha mãe.

Eu sempre saía de manhã cedo com minha mãe para a casa da mulher para quem ela trabalhava como lavadeira. Minha mãe não confiava em me deixar sozinha em casa com meu pai... Depois eu viria saber o porquê.

As aulas estavam prestes a começar, e eu sabia que teríamos uma nova professora. Com o pouco dinheiro que a mãe ganhava semanalmente, ela comprou um caderninho e um lápis com borracha. Ai, eu achava um luxo aqueles cadernos com capas da Amazônia!

Numa segunda-feira, minha mãe me acordou cedo, disse que teria que me arrumar logo para ir à escola porque ela já iria para o serviço. Levantei, escovei os dentes, arrumei-me, tomamos o café e saímos para a escola. Quando cheguei lá, vi aquela professora alta, negra - a primeira professora negra que tinha visto - e com a cara mais feliz do mundo, cara essa que poucas vezes vi em outras pessoas. Ela se apresentou, dizendo que seu nome era Maria dos Anjos (Que inveja de “Maria” com segundo nome!). A primeira aula foi muito legal, conheci meus novos colegas... A partir das outras aulas, a professora levava livros de literatura para lermos... Os que eu mais gostava eram os de histórias de princesa.

Passou o tempo, eu estava aprendendo a importância do estudo e da leitura; estava aprendendo a ver o quão mágico é esse novo mundo da leitura; e, assim, estava aprendendo a sonhar. Mas meu primeiro sonho era muito simples, comparado com os sonhos de princesas dos livros que lia: arrumar um emprego digno pra minha mãe. A professora nos mostrava que com a educação aquilo era possível.

Um dia, eu toda feliz, voltei da escola. Chegando em casa, abri a porta e vi que minha mãe não havia chegado, havia com certeza se atrasado por algo. Sentei-me numa cadeira para esperá-la, quando meu pai chegou. Estava muito bêbado, como sempre, mas notei que estava estranho, olhava-me diferente. De repente, ele me abraçou de forma desrespeitosa, estranhei, senti medo. Ele me derrubou no chão

e começou a me violentar. Fiquei desesperada... A única coisa que me lembro depois disso é de minha mãe ter chegado e batido bem forte na cabeça do meu “pai”, ou melhor, daquele monstro!

Fiquei tão traumatizada com aquilo, que não quis ir mais à escola, não quis fazer mais nada, queria morrer... Isso, eu queria morrer!

Dias depois, minha professora apareceu em casa, preocupada comigo, pois não estava mais frequentando a escola. “Nada, só não quero mais estudar...” – disse eu. Mas ela parecia que já havia lidado muito com essas situações, e falou:

- Aconteceu algo com você que não queira falar? Que lhe motivou a se ausentar da escola?

Eu respondi que não, que estava tudo certo, mas com a maior vontade de dizer o que sentia...

Minha mãe notou tudo isso, e para não me prejudicar, decidiu que eu iria para a capital morar com minha tia, a tia Maria Jesus.

Cheguei lá e cumprimentei a todos. Era uma casinha muito simples, pequena, mas minha tia disse que lá tinha espaço para todos. Lá, eu ajudava limpando a casa, lavando as louças... Meu tio, entretanto, não era um homem nada bom, ajudava pouco em casa, agredia a tia às vezes e vivia apostando, algo que me lembrava muito a meu “ex-pai”, pois o único pai que eu tinha agora era o Pai do Céu.

Aí vi que se eu continuasse daquele jeito, sem fazer nada para mudar aquela situação contra as mulheres, nada ia mudar, pois muitas delas não sabiam quem poderiam defendê-las e nem poderiam defender a si próprias, já que não tinham estudos e oportunidade de crescer. Então decidi ir estudar novamente e lutar pelos os direitos das mulheres, aquela realidade teria de ser mudada.

Eu falei para minha tia que iria procurar um emprego, para ganhar algum dinheiro para melhorar nossa vida e estudar. Então, ela me recomendou a uma dona Maria Virgínia que esta precisava de uma ajudante em sua casa. E lá fui para aquela casa, para ver se poderia ficar com o emprego, desde que trabalhasse pela manhã e estudasse à noite. Ela concordou, comecei a trabalhar e a estudar. Sentia-me um pouco feliz porque acreditava que meu sonho iria se concretizar.

Os anos se passaram, terminei o Ensino Fundamental e o Médio. Era hora de prestar vestibular. Estudei com muito sacrifício, fiz minha inscrição e fiquei aguardando ansiosa o grande dia.

Finalmente chegou o dia de fazer o vestibular. Por ser negra, quando estava na fila, perguntaram-me, com um ar de preconceito, se eu faria pelo sistema de cotas. Fiquei muito triste, pois dava pra ver que eles me tratavam como uma aluna de segunda. Mas sabia que o que contaria era minha inteligência, não “privilégios” concedidos. Passei no vestibular. Fiquei muito, mais muitíssimo feliz! Agora iria fazer a faculdade de Direito.

Entretanto, ao longo do meu curso, sofri muitos preconceitos por ser negra. Vivia rodeada de piadinhas sem graça e outras coisas do tipo. Dentro da faculdade eu fiz amigos, contei-lhes por que estava ali: porque eu queria lutar pelos direitos

das mulheres. Uns me diziam: “Direitos de mulher? Que besteira!”. Enquanto outros abraçaram a minha idéia e deram-me apoio.

Havia uma professora minha da faculdade que era também uma lutadora dos direitos da mulher, ela emprestou-me vários materiais e livros sobre o assunto e me ajudou muito a conhecer os problemas que as mulheres vivem atualmente.

O tempo foi passando, eu consegui me formar, e tinha agora um ideal a seguir. Agradei muito a minha patroa pelas chances que ela havia me dado. Agora iria para minha terra natal. Agradei também a minha tia Maria Jesus. A despedida foi muito triste. “Que Deus abençoe essas duas Marias!” – era meu agradecimento.

Entrei no ônibus, quando vi de longe a entrada da minha pequena cidade, como um flash, uma parte do meu passado assombroso passou por minha cabeça, mas, agora, eu tinha armas para lutar contra aquilo e, se Deus quisesse, aquilo nunca iria acontecer com mais ninguém. Saí do ônibus, e fui andando pelas ruas. As pessoas me olhavam, como se eu fosse uma estranha. Poucas coisas tinham mudado em relação à cidade, mas parecia que estava prestes a ter uma eleição, e pelo rápido que vi, uma mulher estava se candidatando contra um homem. Não veio à tona aprofundar-me nisso no momento, pois o que eu mais queria era ver minha velha mãezinha.

Cheguei em casa, nada diferente, os velhos móveis no mesmo lugar, a pintura a mesma, tudo o mesmo em relação à casa; minha mãe estava no quintal quebrando coco babaçu. Pela idade, claro, não trabalhava mais como lavadeira. Quando ela me viu, ficou espantada. Como uma criança, ela se levantou indo ao meu encontro, gritando: “Maria, Maria, Maria!” Abraçou-me, beijou-me, e choramos juntas. Perguntei a ela como estava se sustentando agora. Respondeu-me que estava aposentada e que ganhava alguns trocados quebrando coco babaçu para fazer sabão e azeite. Também perguntei sobre o traste do meu “ex-pai”, ela disse que ele havia morrido devido a uma cirrose. Ficamos conversando um bom tempo para matar a saudade e depois eu comecei a fazer o que realmente deveria fazer ali: ajudar as mulheres.

Fui à capital novamente, dirigi-me à Secretaria de Estado de Apoio à Mulher. Consegui que mandassem fazer uma delegacia da mulher na minha cidade natal. Fiz o concurso e consegui o cargo de delegada nessa nova delegacia. Fui atrás das minhas amigas que fiz na faculdade, uma estava formada em Pedagogia e outra em direito também, para lutarmos juntas como defensoras dos direitos das mulheres.

E com um trio desses, fomos para a minha cidade. O Estado agora estava apoiando muito nosso ideal.

Assumi a delegacia. A candidata a prefeita havia ganhado, agora seria mais um caminho dado aos direitos das mulheres. Com o apoio da Prefeita Maria das Cruzes, com uma delegacia da mulher, com a ajuda das minhas amigas e com o apoio do Estado, só restava trabalhar duro.

Depois de um ano de trabalho, eu vi que as coisas estavam dando certo e que a situação da mulher estava mudando. A violência contra a mulher estava

diminuindo, porém não só a vida das mulheres mudou, mas também a vida de todos, inclusive homens e crianças.

Agora, a “só-Maria” tinha o orgulho de passar na rua e ver o povo dizendo: “-Olha a Maria da Mulher!”. Finalmente consegui meu segundo nome, e vou fazer jus a isso.

Com ajuda da prefeita, fundamos uma escola, minha amiga formada em Pedagogia virou diretora dela, nós promovemos várias ações em incentivo à educação, visto que ela é a porta de abertura para muitos caminhos em nossa vida: só a educação pode transformar as pessoas.

Eu, você, todos nós devemos sonhar e sustentar esse sonho. Cada dia devemos lutar contra a situação de violência não somente contra a mulher, mas contra a todos. Violência gera violência. Lutar contra ela, contra todas as injustiças e contra a falta de oportunidade é um dever de cada um de nós.

MINAS GERAIS – VIÇOSA

MEMÓRIAS DE UMA MULHER NA CONDUÇÃO DA VIDA

Adnilson Brás da Silva Santana

Colégio de Aplicação – Universidade Federal de Viçosa

Orientadora: Renata Rena Rodrigues

Há muito tempo tenho esperado a ocasião de pensar sobre o que tenho feito da vida. No corre-corre do cotidiano quase não sobra tempo para inspirar profundamente e olhar para dentro de mim; é como se eu me alienasse de vez em quando. É de tal modo particular o que pretendo dizer, mas não é isso o que se espera de uma mulher afoita, que não teme dar a face ao vento?

Tendo trabalhado orgulhosamente como taxista por mais de uma década, sinto que o ar da metrópole carioca já inundou com seu dinamismo minha atmosfera interior. Os bulícios a cada manhã, as passadas sobre o concreto, o deslizar dos pneus no asfalto, tudo isso passou a me integrar. Vejo nisso o prenúncio da hora de tornar-me amazona e com o volante trilhar ao encontro dos horizontes que se descortinam. Hei de ser poética e enfática, de modo a demarcar meu caráter de mulher explícita e trovadora, que ousa falar daquilo que muitos parecem ignorar.

Ser taxista foi desafiador. Precisava de dinheiro para pagar minha faculdade de jornalismo, que eu fazia à noite. A profissão de taxista e o jornalismo seriam duas atividades que me fariam entrar em dissonância com minha família. Tipicamente tradicionais, meus pais ambicionavam que eu obtivesse um bom casamento, no qual eu pudesse me realizar enquanto mulher (já repararam em como o homem surge feito meio de aperfeiçoamento da mulher?), e para isso trabalhar como taxista constituía um empecilho. Concomitantemente, fazer faculdade de jornalismo não parecia digno a uma moça; isto me levaria a assumir uma vida pública que minha família não via com bons olhos. Estudar à noite, então, era problemático: o que se diria de uma mulher voltando para casa no momento em que as boas famílias retiram-se aos lares?

Essas limitações acabaram fazendo com que eu buscasse meus anseios só mais tarde, por volta dos trinta anos. Enquanto essa idade não vinha, permaneci junto a meus pais, no interior do Rio, trabalhando numa escolinha. Completados meus vinte e oito anos, minha família aventurou-se na capital, abrigoando-se no subúrbio. Na capital, ajudada por um amigo com quem eu aprendera a dirigir, tornei-me taxista, o que só foi aceito por minha família quando ela acreditou em minha maturidade. Ao mesmo tempo, vislumbrei a oportunidade de estudar jornalismo, algo que correspondia à vontade pulsante em mim de abrir-me ao mundo, sorvê-lo, marcá-lo.

Pensando no trabalho que abracei, orgulho-me de dizer que sou independente e singular. Identificar-me como motorista de táxi foi a razão para perseverar na

profissão. Através do táxi pude viajar por diversos lugares e apreender realidades ímpares, dotando-me de imensa sensibilidade, que eu haveria de lapidar como jornalista. Tendo nas mãos o volante, à frente as ruas, sinto meu olhar reconstruído a cada dia, trabalhando intimamente os retratos e as vozes que capto.

Vivo na prática a resistência que as pessoas direcionam às motoristas. Olhares silenciosos investem estrondosamente contra mim, proferindo palavras inquietantes, ofensivas. Parecem chamar-me de alienígena, mulher-macho, dizer que meu lugar é na cozinha, cuidando da minha vida, como se ao dirigir eu estivesse me negando enquanto mulher. O que vejo nesse comportamento? É a idéia de que um homem permanece no seu direito agindo como homem (como se houvesse o agir feito homem); a mulher é que é a invasora, a estranha, que ousa fazer o que não deveria. Talvez ignorem que faço aquilo por sinto prazer, por minha própria vontade, e assim não estou agindo fora de mim. Ficar impassível diante de vozes tão ríspidas é difícil, elas vêm contra mim para derrubar-me do volante, não só do que pertence ao carro, mas do volante com que orienta minha vida.

Cabe dizer que fui casada, mas está enganado quem pensa que me casei cedendo às pressões da família. Casei-me porque assim escolhi. O casamento foi breve, durou quatro anos somente, pois meu marido faleceu num acidente de carro. Conheci-o na capital, era também um taxista sonhador. Era um homem excepcional, que me reconhecia independente e de cujos afetos fazia-me depender. Verifica-se que muitos homens ignoram que viver em família é um ato de reciprocidade; muitos veem na mulher um patrimônio. Meu esposo, felizmente, não tinha essa mentalidade. Ele sempre me instigou a buscar por meus anseios. Sendo um homem com tais qualidades, esperar-se-ia que eu me traumatizasse ao perdê-lo tão tragicamente e não mais ousasse tocar num carro. Mas eu devia enfrentar meus pesadelos e torná-los impulso para que se concretizassem os sonhos. Às vezes chego a especular sobre o que seria de meu marido se ele tivesse me perdido. Teria ele já superado a perda? Pois parece haver nas mulheres uma força descomunal a guiá-las contra o sofrimento, por maior que este seja.

Acrescento a essa página da minha vida que eu e meu marido não tivéramos filhos, dado que sou estéril, tendo descoberto isso somente após meus trinta anos, já estando casada. Doeu-me muito saber disso; estava eu privada, pela natureza, do direito à maternidade. Isso me tornaria menos mulher? Acontece que germinou em mim um sentimento maternal a alastrar-se por todo o meu peito, de forma que meu marido e eu, trocando confidências, resolvemos adotar uma criança. Pude reinventar meu amor maternal no olhar daquela pequena criatura que me penetrava os olhos com tamanha veneração. Mas o destino armava-me uma cilada; perdido meu marido, teria eu de sozinha fazer da minha garotinha uma mulher. Redobraram-se as horas em que eu dirigia pelas ruas com o taxímetro ligado, mas não desisti do sonho de concluir o jornalismo. Era uma realidade que reclamava minha participação ativa e que eu não haveria de negar.

Hoje, o sorriso de minha filha, então com doze anos, é meu troféu. Sei que essa conquista, com a qual poucos contavam (afinal, o que seria de uma mulher frágil abandonada ao tempo, sem ter um braço forte no qual se ancorar?), adveio do meu esforço ao assumir uma postura que muitos diriam ser de um macho: a força, a perseverança, o olhar frontal e audaz diante do futuro. Mas não sou um macho. Sou uma mulher, isso choca as pessoas. E o que se nota no termo “macho”? Um homem se exalta com tal título. É sinônimo de potência, de poder, nele o homem se enxerga senhor, não só das “fêmeas”, como também, e principalmente, de seu destino e de si mesmo. Já as fêmeas, o outro lado, constituem o sexo imperfeito, incompleto.

Lembro-me então, num devaneio, de uma mulher de meia-idade que certa vez entrou em meu táxi pedindo-me que a levasse até onde ela daria uma palestra sobre feminismo. Perguntou-me há quanto tempo eu trabalhava como taxista. Dada a resposta, ela voltou-se a mim com um brilho no olhar. Transparecia naquele gesto que a mulher se liberta daquilo que dela se espera, firmando-se como um ser diferente num mundo que requer cada vez mais que homens e mulheres vejam-se como seres sexuados, independentes e complementares. O problema é que muitas vezes o diferente é visto como mal a ser eliminado.

Penso nisso todos os dias em que olho para minha filha e contemplo-a a exprimir-se com seus olhos tão profundos e meigos. Hoje veio ela até mim; num salto pulou no meu colo e falou-me docemente: “Mamãe, promete que vou sempre ter você aqui?”. Que magia operava-se no meu interior! Quem era eu? Uma mulher com sua filha adotiva... Uma mulher que lutara pelo que queria. Ser uma taxista aspirante a repórter era o emblema de uma verdade maior, era apenas a parte visível de um espírito dentro de mim que queria ocupar espaço e que, não cabendo mais na minha cabeça, transbordou.

“Filha, você sempre me terá a seu lado...”, respondi à menina. Ela adormeceu, então a levei até a cama. Voltei e olhei através da janela, vi por ela o mundo lá fora. O carro dormia silenciosamente; o taxímetro se desligara enfim. Eu, pela manhã, teria de ir para a redação do jornal editar as notícias. Olhei-me no espelho. Quem era aquela que me olhava tão fixamente, perscrutando meu íntimo? Era eu, a mesma mulher, vaidosa, sonhadora, festeira, risonha, que se sente bela e bem consigo mesma, que não teme ser dona de si. Aguardava ali o nascer de mais um dia no qual eu tivesse o orgulho de não ser só mais uma e sim uma entre milhões de mulheres, num mundo plural, dispostas a escrever sua história.

PARAÍBA – JOÃO PESSOA

PROCURA-SE MULHER! FAVOR RETORNAR ESTE AVISO COM URGÊNCIA

Maria Thamara de Lacerda Souza

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

Professora Orientadora: Márcia Viana da Silva

Dia desses ia passando pela rua distraída com a música nos fones de ouvido, imaginando a rotina diária que enfrentaria a partir dali. Se você está no centro da cidade, distração significa automaticamente levantar a mão para cada um dos cem panfletos que parecem se materializar em sua direção a cada passo. Isso é meio comum, sabe? Eu os recebo para que os entregadores não tenham de jogar fora o dinheiro de quem mandou imprimi-los. O incomum mesmo é guardá-los, como sempre faço, para jogar em uma lixeira mais tarde.

Eis que mais tarde voltei para casa e me preparei para o despejo. No meio daquela coleção de formas e cores, palavras escritas em um papel alaranjado me chamaram a atenção: “PROCURA-SE MULHER. URGENTE!”. Tirando-o do meio da pilha, não pude deixar de rir da imagem ao fundo que supostamente representava uma mulher. Aquilo me pareceu mais com uma cobra que acabou de comer um animal grande e ainda o está digerindo lá pelo quadril, mas ainda assim resolvi prosseguir.

“ESPECIFICAÇÕES: Bonita. Alta, mas não uma girafa. Baixinha só se for ‘gostosa’, mas prefiro alta e ‘gostosa’ mesmo. Um e setenta fica bom pra mim, mas o corpo tem de estar perfeito para a altura. Cabelo longo, liso ou ondulado. Cabelo enrolado não tem vez, dá trabalho demais para arrumar e vai me atrasar para o trabalho. Loira ou morena, que seja natural. Se for tingido, não venha me pedir dinheiro para retocar a cor a cada semana. Tem que saber cozinhar de tudo, feijoada no fim de semana é o básico, mas um bom jantar também serve. Precisa gostar de futebol, de trazer cerveja para a turma lá no terraço e de limpar tudo depois, junto com os banheiros. Já falei de trabalho? Bom, então, não quero mulher trabalhadora que nunca está em casa para lavar as minhas cuecas. Vai ter que se tornar do lar e gostar disso. Nada de filhos, isso é coisa de homem que não tem o que fazer e gosta de limpar sujeira dos outros. Mas, no caso de haver algum filho, quem limpa a sujeira é você. Cartão de crédito, anel de noivado e flores não estão no pacote, mas saiba que ainda sou bonzinho por oferecer uma casa, coisa que nenhum homem anda fazendo hoje em dia. Não gosto de grito, chiquete, fofoca com as amigas na hora de fazer a comida, assistir novela no intervalo do jogo ou sair para comprar roupa. Prefiro que fique em casa e nem socialize com o mundo externo para não ser influenciada. Se for loira, pior ainda, não quero mulher chorando porque sofreu preconceito na rua.”

Parei nessa parte, busquei um pouco de ar antes de ler o próximo parágrafo.

“Se não estiver interessada, jogue o papel fora e nem tente me ligar para defender as mulheres e dizer que elas são pobrezinhas. Minha mãe era uma mulher e de pobre não tinha nada, apanhei dela até fugir de casa, porque ela dizia que eu estava errado em beber. Descobri dessa forma que podia muito bem bater em qualquer uma que aparecesse. Garanto que vou tentar não bater em você*.

*Exceto se o café não estiver na cama quando eu acordar, o almoço na mesa quando chegar do trabalho e o controle remoto sobre o sofá durante o resto do dia. E problema seu se é o último capítulo da novela, vá ler uma revista que é melhor**.

**Se for uma daquelas revistas que te ensinam a ficar ‘gostosa’, tudo bem. Mas não venha gastando o meu dinheiro com aquelas que te ensinam a lutar contra o marido no tribunal. Essas só vão te render alguns murros, principalmente se você tentar me colocar na justiça.”

Certo, já tinha lido o suficiente e achei que devia tomar logo um banho e me preparar para dormir. Mas a ponta de curiosidade que me bateu ganhou do chuveiro e peguei novamente o papel...

“OBSERVAÇÕES: Mulher minha tem de ser esperta, falar três línguas e gostar de História. Nada de me fazer passar vergonha na frente dos amigos ou de errar português. Quero mesmo é que todo mundo morra de inveja. Precisa ser graduada e pós-graduada, de preferência em uma faculdade boa. O currículo deve conter pelo menos um emprego em uma grande empresa, só aceito se tiver muita experiência profissional e não se preocupar em trabalhar dobrado para mim. Vale ressaltar que nenhum pagamento é oferecido, só a comida que você mesma vai fazer.”

Tudo bem, já era o bastante. Resolvi carregar toda a pilha de papel comigo até o banheiro e me livrar daquele pesadelo logo! Mas que maravilha, já não são escritos anúncios como antigamente. Durante todo o banho, discuti em silêncio sobre cada ponto de extremo mau gosto que havia lido e o quão estúpidas algumas pessoas ainda são (e, veja bem, estamos no século vinte e um) sobre diferenças sexuais. Quer dizer, ser homem te dá o direito de escrever uma coisa daquelas? Ou ser homem é apenas a classificação biológica de cada pessoa existente, independente de qual cromossomo ela possua?

Terminado o banho, deitei-me e pensei um pouco sobre o dia seguinte: Acordar e parecer bonita o suficiente para a sociedade (Certo!), aulas em uma faculdade boa (Certo!), trabalho cansativo com um salário que definitivamente não compensa em uma empresa que poderia me pagar mais (Certo!), curso noturno do meu terceiro idioma (Certo!). Mas que droga, descobri que preencho alguns dos requisitos do maluco do panfleto. Descobri também que ele talvez não seja tão maluco assim, afinal boa parte do que ele disse está sendo cobrada atualmente para que as mulheres façam parte da sociedade de forma efetiva. Assim, pulei da cama e escrevi o meu próprio panfleto, que poderá cair em suas mãos quando você estiver distraidamente andando pela cidade com os seus fones de ouvido.

“PROCURA-SE SOCIEDADE NOVA! URGENTE.

ESPECIFICAÇÕES: Não deve se importar em classificar seres humanos pelo sexo ou sexualidade e, se o fizer, deve nos poupar de tanto preconceito. Nada de julgamentos pela cor do cabelo, forma do corpo, classe social, carro que dirige, local onde estudou; somos pessoas, temos direitos, independente do tamanho do salto que temos de usar ou da necessidade de uma gravata nova. Um mínimo de bom senso é requerido, além de força de vontade para quebrar barreiras sem sentido há tantos séculos impostas. Deve saber compreender e esquecer qualquer tipo de apelido discriminatório que usou algum dia. Por ser um caso extremamente necessário, sugiro que comece logo a se manifestar e a abandonar velhas crenças.

OBSERVAÇÕES: Mulher não tem dono, não usa coleira, não é amarrada ao portão. Nem animal deve sofrer tal coisa, quanto mais alguém que vai colocar o filho de outro alguém no mundo. Mulher bonita não precisa ser fruta, ter formato de cobra de quadril cheio ou parecer com aquela que vai sair na revista semana que vem. Mulher foi feita para completar, aplicar, melhorar e homem foi feito para respeitar antes de exigir respeito. Ser humano é tudo um só: essa mistura confusa de desejo e razão, uma bagunça gigante na cabeça e no coração, com uma necessidade permanente de encontrar um alguém ou um local para se encaixar. Então, considerando que não há encaixe sem esforço, sugiro que você, é, você mesmo que pegou este papel sem querer, se levante agora e descubra o seu potencial para unir todas as peças soltas.

É essa sociedade de pessoas determinadas e livres de estereótipos que estou tentando encontrar, se você esbarrar com ela por aí, por favor, me liga!”.

PERNAMBUCO – CARNAÚBA

MULHER, VIRTUDES E PRECONCEITOS

José Anchieta de Siqueira

Escola de Referência Joaquim Mendes da Silva

Mulher, seiva de vida, jardim de flores, rosas e margaridas, que alegam nosso espírito, fonte de graças divina, fé e esperança para humanidade. Deusa do amor e da justiça, ser de luz, pois carrega a vida em seu ventre, garantindo a reprodução e perpetuação da espécie durante milhões de anos. Sustentáculo de confiança que a natureza criou, esboçando do interior de sua alma a meiguice de um jasmim que desabrocha para preencher a lacuna existente no mundo exterior. És primordial abelha rainha que une teus descendentes, independente de cor, raça ou classe social, fazendo da nossa gente um só povo: o brasileiro; e uma só raça: a humana. É essencial lembrar que sem o perfume dessas flores, o doce do teu mel, as carícias e afagos que nos oferece, seria impossível a concretização do amor e da união em meio a uma sociedade tão complexa e desumana como a nossa.

Ao longo da nossa história, podemos testemunhar vários relatos onde a alma feminina aparece protagonizando deferentes papéis, que nos ajudam a compreender a sua importante participação e contribuição na formação de nossa sociedade até os dias de hoje. Da colonização à atualidade uma grande luta pela igualdade dos direitos humanos - entre homens, mulheres, raças, etnias e classes sociais - tem sido travada, muito se evoluiu no campo do trabalho e da cultura, porém ainda há conquistas a serem alcançadas. No relacionamento familiar também não é muito diferente, pois muito abuso e violência ainda são praticados, desde agressões verbais e exclusão social, até agressões físicas graves. O feminismo no meio popular, ainda é uma problemática pouco discutida na sociedade brasileira, porém precisa ser abordado de forma bastante cautelosa e crítica.

Para termos uma melhor visão dos problemas e conquistas alcançadas, analisemos um pouco o contexto social cultural e histórico brasileiro. Durante a fase colonial do nosso país, a mulher foi excluída da sociedade, ficando totalmente submissa a seus maridos, sem poder de decisão nos negócios, no trabalho e no seio familiar, era mais explorada como companheira doméstica. Com a invasão portuguesa e a implantação do modelo agro extrativista exportador, até mesmo as escravas eram mais importantes para gerar e criar novos fortes escravos, também realizavam tarefas domésticas, apenas onde havia cultura de subsistência as mulheres participavam ativamente da lida na roça. Com o fim da escravidão, a força do trabalho feminino foi convocada para as lavouras em todo o país, visto que recebiam remunerações menores - diferenciação de remuneração que permanece até hoje, já que as mulheres chegam a ganhar em média 30% menos que os homens para realizar os mesmos serviços.

A participação das mulheres no folclore e na cultura popular está bastante presente em nossa história, na fabricação de utensílios domésticos, artesanatos, roupas, bordados, rendas e outros. São elas que com suas mãos habilidosas e singelas transformam a rusticidade das matérias primas e da vida em artes, suprimindo boa parte das necessidades do nosso cotidiano, gerando fonte de renda para suas famílias e movendo parte da economia. No entanto, não devem ser vistas apenas como máquinas humanas de trabalho e sim como fonte inspiradora e criadora de arte que nos aquece, envolve e engrandece. O reconhecimento e a valorização dos seus esforços são fundamentais para o fortalecimento de seus egos para a continuidade de suas manifestações e igualdade de valores na sociedade, neste ponto de vista artístico cultural existe a certeza de que elas têm muito mais a oferecer, precisão apenas de mais espaço e incentivo para crescerem.

No folclore nordestino, destaca-se a rendeira Maria Gomes de Oliveira (MARIA BONITA), baiana que rompeu com o preconceito social da sua época para tornar-se rainha do cangaço, ao lado do seu grande amor, Virgulino Ferreira da Silva (LAMPIÃO). Ao deixar sua casa e seu marido para viver ao lado do rei do cangaço, serviu de inspiração para a poesia e a música que acompanharia o bando até o final de sua existência. *Mulher rendeira* era a canção que ritmava a dança dos cangaceiros para levantar o astral do bando.

Olê mulher rendeira
Olê mulher rendar
Tu me ensina a fazer renda
Que te ensino a namorar.

É esta a canção que conhecemos até hoje como hino de guerra dos cangaceiros, eternizados na maior epopéia nordestina.

A sensualidade feminina brasileira e miscigenação das raças foram valorizadas nas obras literárias do escritor José de Alencar (Iracema e A escrava Isaura), que destaca a admiração e o encantamento de homens brancos para com as indígenas e negras, na tentativa de quebrar preconceitos e tabus existentes na sociedade da época, fazendo transparecer uma realidade de exclusão social que vivia as etnias no país; pois índias e negras eram capturadas ou compradas para serem violentadas sexualmente e depois serem descartadas como objetos. Atualmente no Brasil, constantes lutas agrárias são travadas entre índios e fazendeiros latifundiários, mesmo existindo leis de proteção aos povos indígenas e quilombolas e o governo federal desenvolvendo uma política de agricultura familiar sustentável em todo o território nacional. As mulheres continuam sendo exploradas e injustiçadas, além de participarem ativamente da lida no campo para melhorar a renda familiar, têm que dar conta de afazeres domésticos, prolongando suas jornadas de trabalhos.

Nos dias de hoje, mulheres de todas as raças são constantemente exploradas por redes de prostituição nacionais e internacionais. A prostituição infantil é

uma problemática de propulsão gigantesca em nosso país, em muitos casos a violência inicia no seio da própria família, para depois estender-se ao restante da sociedade. A exploração sexual feminina gera fonte de renda para muitos, porém, na clandestinidade, submetendo as exploradas ao regime de semi-escravidão, muitas são enganadas com vantajosas ofertas de emprego em outros países, ou em outros estados da federação, quando acordam para realidade é tarde, são empurradas para a prostituição pelas condições sociais e financeiras que se encontram, acostumam-se a vida antes mesmo de terem oportunidade para denunciar os abusos para as autoridades competentes, isto quando as autoridades também não são participantes ou coniventes com os crimes - no Brasil é constante a participação de autoridades no mundo do crime, o que dificulta ainda mais a punição dos culpados.

É constante também a violência doméstica contra as mulheres, seja da parte dos maridos, padrastos ou parentes próximos, que muitas vezes violentam e espancam as que fazem parte do seu convívio. É engano pensar que este tipo de violência só acontece nas camadas inferiores da sociedade, também existem casos semelhantes na classe média e alta, vejamos um exemplo, a cearense Maria da Penha Maia, casada com o professor universitário, Marcos Antônio, durante anos ela sofreu violência doméstica, inclusive duas tentativas de assassinato. Foram precisos vários anos de luta para ver o seu agressor pagar pelos seus crimes, a partir daí ela tornou-se símbolo da luta contra a violência doméstica no país, por isso a lei de proteção às mulheres foi batizada de (MARIA DA PENHA). Mas não basta apenas existir uma lei de repressão aos crimes, muitas mulheres têm seus direitos violentados e não denunciam os agressores com medo de uma represália mais violenta. É preciso investimentos na educação familiar para melhorar o quadro do país, pois até mesmo entre os magistrados existe uma resistência contra os direitos femininos. Em outubro de 2007, um juiz de Sete Lagoas, Minas Gerais, considerou a referida lei um absurdo, chamando-a de monstro tinto, servindo de mau exemplo para a sociedade.

Famílias desestruturadas social e culturalmente, ou com desvio de conduta educacional, geram filhos preconceituosos, dando continuidade à discriminação e desvalorização da mulher. Recentemente no estado do Pará, uma jovem de apenas 14 anos foi presa na mesma cela com vários prisioneiros do sexo masculino, ela foi estuprada, ficando bem claros a arbitrariedade, o descumprimento da lei, a má conduta e o despreparo de parte das autoridades brasileiras para exercerem seus cargos. Deve haver uma seleção mais rigorosa nos exames psicotécnicos para detectar desvios de conduta em candidatos a altos cargos ou continuaremos sofrendo agressões aos direitos das mulheres e da sociedade de uma forma geral.

Algumas mulheres reagem a esta sociedade machista desequilibrada com atitudes feministas, fazendo transparecer uma sensação de revolta em seu meio, desvalorizando inclusive, a figura humana do homem, neste caso, o feminismo torna-se um sentimento tão ignorante e abominável quanto o machismo. É essencial o entendimento entre homens e mulheres para a evolução e continuidade da vida humana na biosfera, é preciso que andemos juntos, amando-se e respeitando-se

mutuamente, de forma que o homem complete a mulher e vice-versa, somente os princípios e valores do amor e da igualdade vencerão as barreiras impostas por este sistema injusto e preconceituoso implantado em nosso país.

No meio sócio econômico, as mulheres do semi-árido nordestino são verdadeiras heroínas, em períodos de longas estiagens são elas que movem grande parte da economia local, os homens, maridos e filhos mais velhos viajam para as diversas regiões do país, principalmente sul e sudeste, em busca de trabalho remunerado, durante este período são elas que sustentam quase toda mão de obra braçal, seja na lida do campo, pecuária ou trabalhos domésticos, como carregar água em latas na cabeça a longa distância, até que a chuva venha e seus maridos retornem ao lar para migrarem novamente na próxima estiagem.

Existe a tentativa do governo para minimizar este sofrimento com programas sociais, como Fome Zero, Bolsa Família e Salário Maternidade. É lamentável saber que, muitas vezes, os recursos não chegam até as mãos necessitadas, indo para mãos de outros. Políticas do governo federal lutam contra a falta de água no sertão, tentando melhorar este quadro, vejamos: o projeto transposição de águas do São Francisco é um exemplo, porém nada adianta transpor o São Francisco para favorecer a criação de camarão e deixar o rio assoreado ao longo do seu leito ou manter os seus afluentes poluídos, sendo totalmente inútil a pouca água que ainda corre em seus leitos, se ao invés de desprezados, fossem revitalizados, suas águas seriam bastante úteis para as populações ribeirinhas e diminuiria o sofrimento das mulheres que dependem de suas águas para a limpeza doméstica.

As cisternas de placa ou calçadão, que são usadas para captar água da chuva durante o inverno, são outra tentativa do governo e ONGs de minimizar o sofrimento destas mulheres, porém, algumas vezes, os empreiteiros responsáveis pela construção das obras realizam um trabalho de baixa qualidade, para sobraem recursos ou matérias que são desviados para outros fins, e estas obras mal construídas em pouco tempo ficam incapazes de armazenar água, não solucionando esta problemática histórica de sofrimento e desigualdade social que vivem as mulheres do sertão nordestino.

Na luta pelos direitos humanos e igualdade social, algumas mulheres merecem destaque. Quilombolas como Francisca Ferreira e Medecha Ferreira, irmãs que formaram a comunidade quilombola Conceição das Crioulas em Salgueiro/ PE; Azirene, índia que atualmente luta pela preservação da biodiversidade nas terras dos povos indígenas; Margarida Alves, agricultora assassinada por defender os interesses das famílias trabalhadoras e contra os latifúndios; Zeverina, escrava que participou da revolta dos escravos em Salvador/ BA, em 1826; Aqualtume, princesa negra do Congo, escrava que mesmo grávida foi vendida e trazida para o porto do Recife, onde organizou a fuga de escravos do porto para o Quilombo dos Palmares/AL; Ana Maria de Jesus Ribeiro (ANITA), catarinense que lutou ao lado de seu marido, Garibaldi, na guerra dos Farrapos; as parteiras e benzedoras do sertão que, ainda hoje na ausência da medicina especializada, realizam partos nos locais mais distantes da caatinga

e usam as ervas curativas para tratar enfermidades, estas são apenas algumas de um todo, que merecem ser exaltadas pela sua grandeza e sensibilidade para com as causas humanas.

As mulheres modernas conquistam um grande espaço na mídia, ajudando a quebrar preconceitos e divulgar valores, apesar de existir resistência no meio popular, esta nova forma de vida valoriza a liberdade de expressão há muito tempo buscada por elas. Já está mais do que na hora das rosas desabrocharem para o mundo, expressando a beleza e exalando o perfume que a natureza lhes concebeu, o conceito de ser submisso e frágil tem que acabar, o amor deve vencer o preconceito, que viva a democracia, a igualdade e o respeito entre homens e mulheres nas gerações vindouras.

Mesmo com todos os esforços, lutas e conquistas, as diferenças são enormes, o preconceito e a discriminação contra a mulher são constantes. No campo político brasileiro isto fica claro, pois sendo elas maioria na sociedade, ocupam um pequeno número de cadeiras em cargos públicos, na assembléia legislativa de Pernambuco, por exemplo, entre os 49 deputados no exercício do mandato, apenas cinco são mulheres, uma média de 10% do total. Na assembléia legislativa federal a proporção em relação ao número de cargos é quase a mesma. Dos 513 deputados no exercício do mandato apenas 45 são do sexo feminino. Número esse correspondente a menos de 9% do total. No senado não é diferente: há nove mulheres no universo de 81 senadores. É preciso acreditar mais na sabedoria, sensibilidade e capacidade feminina; por serem seres mais sensíveis, administrariam melhor os recursos da nação. É exatamente esta sensibilidade que nos irmana no seio de nossa pátria, mãe gentil que nos acolhe como filhos de suas raças etnias e religiões.

É preciso trilhar novos, longos e desafiadores caminhos em busca da igualdade de gêneros, ainda há uma distancia enorme para alcançarmos a meta desejada, e somente com o reconhecimento das proezas e qualidades femininas que iremos atingi-la.

Que a doçura, a meiguice e a beleza feminina nos sirvam de inspiração na luta contra o preconceito e a discriminação de gêneros e classe social, o próprio ecossistema depende da mulher para sua existência - a terra, a natureza e a própria vida são femininas.

RIO DE JANEIRO – MAGÉ

CHORAM MARIAS E CLARISSAS

Thamires Trianon Rodrigues dos Santos

Centro Educacional Renato Cozzolino

Professora Orientadora: Jaqueline de Andrade Coutinho

Outro dia eu estava mudando a estação de rádio quando parei em uma emissora diferente da usual e dei atenção a uma música de tom forte em que Elis Regina sentenciava, entre outras coisas, que “apesar de tudo que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”. Como se essa canção fosse uma novidade, gravei e ouvi mais quantas vezes eu pude até finalmente poder tirar várias conclusões sobre o que ela realmente queria dizer.

Notei que após vários anos depois da morte de Elis, talvez um dos maiores ícones femininos da música brasileira, sua ousadia em termos de comportamento e interpretação ainda está sobrevivendo de maneira bastante atual. O trecho mencionado, de especial maneira, me remeteu à luta não só feminina como de muitos outros movimentos de igualdade e liberdade que se fizeram mundo a fora durante grande parte do século XX, tempo em que viveu a cantora.

De maneira sucinta, se observarmos os hábitos atuais da sociedade em geral, podemos perceber com facilidade que as conquistas dos ditos “rebeldes” no passado parecem ser desimportantes para nossa geração. Estamos deixando de lado ou mesmo ignorando certas regalias como se elas nunca tivessem sido conquistadas.

Por exemplo, claramente eu vejo a grande ascensão da mulher brasileira no mercado de trabalho. No entanto, uma contradição que persiste é a conformação e abdicação de alguns direitos, como uma simples igualdade salarial entre um funcionário e *uma funcionária*. Por que, depois de toda a luta pra chegar aonde chegamos, permitimos que detalhes como esse ainda sejam comuns?

A resposta é porque mais uma vez nos resignamos. Continuamos aceitando facilmente as condições impostas pela nossa sociedade mascarada de liberal, mas ainda muito preconceituosa. O caminho para a igualdade necessita de mais alguns calços para chegar a um nível considerável e aceitável de fato. Distinções por raça, religião e gênero são ditos problemas quase inexistentes no Brasil. Errado é quem acredita nisso. Nem tão frequentemente acontece conosco, contudo, existe sempre alguém que era amigo de fulano que sofreu algum tipo de agressão ou preconceito.

Estamos presenciando um verdadeiro esquecimento das lutas do passado. Pois ainda vemos mulheres sendo estereotipadas pela aparência física e não pela competência, vemos as chefes de família que sofrem diversos tipos de violência, mas que se permitem calar por amor e/ou medo, observamos jovens capacitadas chorando por perder um emprego porque não aceitaram um salário menor, vemos meninas desvalorizadas - e as que se desvalorizam também -, muitas vezes, se

esquecendo de usufruir dos seus próprios direitos ou mantendo o velho hábito de submissão à masculinidade.

Voltando aos termos cantados por Elis Regina, “Choram Marias/ E Clarisses/ No solo do Brasil...”. Esse trecho faz parte da música “O Bêbado e A Equilibrista” que esconde críticas à ditadura militar. Uma diferença sutil entre essa época e a atual é que antes a repressão era explícita e muito mais violenta e hoje ela vem disfarçada de muitas formas, podendo citar a moda, o culto ao corpo ou mesmo os velhos programas televisivos femininos que ensinam a cozinhar, costurar, decorar e que falam de fofocas dos artistas.

Foi-se o tempo que nós representávamos isso. Entretanto, poucas vezes vemos um programa que situa a mulher numa posição inteligente, crítica, como dona de si e chefe de família, entendida de negócios ou de economia. Sinceramente esse é um exemplo clássico de como nós, mulheres, continuamos presas aos velhos rótulos.

Estamos aí, entrando em cena e tomando espaços onde era bastante incomum vermos seres “delicados” como nós. Abrimos algumas trilhas, que apesar de pequenas significam muito. O que não podemos deixar acontecer são a comodidade e a conformação com a nossa posição.

Talvez apostar nas novas gerações, em que poderíamos criar nossos filhos com a mentalidade adequada à igualdade. Sem mais aquela história que meninos não choram e que só meninas podem brincar de boneca, sem mais o prevaricamento dos garotos em relacionamentos e resignação das garotas pela dita “boa reputação”. O sonho de igualdade é antigo e os argumentos para que ele se realize renovam-se cada vez mais para alertar o mundo de que ainda não somos totalmente iguais perante a sociedade.

Devemos de uma vez por todas abandonar os antigos conceitos e parar de viver “como nossos pais”, esquecer as falsas aparências para dar atenção ao talento e a força das mulheres que lutam por igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz em todo o planeta. Juntamente com essa idéia, seria necessária maior vontade, mobilização e consciência de que para alcançarmos uma real igualdade é preciso que haja uma aceitação e busca dos mesmos deveres que o sexo masculino e vice-versa.

Denunciar a violência sexual e doméstica, respeitar as diferenças e os direitos humanos, igualar salários de homens e mulheres em funções equivalentes são algumas entre inúmeras ações, nas quais podemos concentrar nossos esforços para um mundo mais justo. Desta forma, poderemos talvez viver de maneira menos conflituosa e mais favorável ao desenvolvimento mundial e até mesmo à cooperação internacional.

Então, para que deixar que as Marias e Clarisses chorem e sofram com a repressão invisível ou com as falsas aparências do mundo contemporâneo? Podemos investir em nossas próprias consciências e na mudança não mais revolucionária, como as do século XX, mas sim educativa e familiar.

Experimentar ser mulher contém uma beleza apaixonante. Amamos, desejamos, nos entregamos e sonhamos com tamanha intensidade que pouquíssimas

mentes entenderiam. E como pessoas dignas de respeito e direitos morais, vivemos em busca de nos realizarmos como seres humanos. A verdade é esta: todos nós somos seres humanos e esse é o clímax das nossas semelhanças. Homens e mulheres, de todas as idades, credos, aparências, opções sexuais, com os mais diversos tipos de caráter e objetivo compartilham a existência humana. E isso deveria nos fazer muito mais iguais do que achamos que somos hoje.

RIO GRANDE DO NORTE – NATAL

O DIA M

Lucas Marcelino dos Santos

Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

O dia amanheceu, o despertador cantou seu canto infinitamente chato e Pedro não acordava, esperava que a mãe o fosse chamar, não foi e nem iria, por sinal, nenhuma mãe acostumada a chamar os filhos às 06h30min iria fazê-lo naquela manhã e quem sabe, nunca mais. Sumiram todas. De um fenômeno irreversível - era como chamavam o determinado acontecimento -, de repente, de uma causa misteriosa todas as mulheres sumiram do planeta terra.

Cabe-se explicar que não foi assim, todas de uma só vez, ou que não se notou de imediato, imaginem em que circunstâncias ficaram aqueles que, abraçados às esposas, amantes, namoradas e derivações, encontraram-se sozinhos no meio da noite, ou da madrugada, ou na hora do amor. Foi como se uma nuvem de esquecimento maldita roubasse-as, restando senão a incoerência, desordem e confusão de uma tormenta que se iniciara bruscamente. Em virtude ao acontecimento declararam que aquele seria o dia M em homenagem a todas as mulheres que haviam sumido; juntos, os homens pensavam no que poderia ter ocorrido para explicar o fato.

Vale salientar que o número de enfermos mentais subiu assustadoramente naquele dia, as lojas de artigos femininos declararam falência imediatamente, mais tarde saberiam que deveriam ter feito exatamente o oposto, e outras tentaram uma readaptação repentina, mas intimamente conservavam todas as coisas que lembrassem as mulheres, de perfumes a roupas íntimas e todas aquelas bijuterias, maquiagens que elas bem conheciam e, em outrora, eram ignorados por grande parte dos homens, esses mesmos que apunhalados pelo longo punhal da saudade choravam desesperados e vestiam-se como elas na esperança de reviver memórias que tentavam não julgar verossímeis. As buscas iniciais não foram poucas, junto a tais, estavam várias teorias sobre o que poderia ter ocorrido: abdução? Sim, porque a ameaça ou a idéia de uma repopulação mundial de uma raça mais evoluída era até aceita por alguns, que conformados deitavam-se nas calçadas ou nos tetos das casas a esperarem os seres extraterrenos devolverem suas respectivas esposas e, assim, cuidarem do novo bebê concebido misteriosamente.

Outra teoria era a da revolta das amazonas, cansadas e humilhadas por muito tempo, as mulheres teriam planejado esse dia por séculos, com organizações subterrâneas super secretas estavam todas se preparando para escravizarem os homens e tornarem o mundo um lugar mais digno, limpo e organizado. Perdoe se ofendem, mas era o que se passava na cabeça de homens desesperados em busca de respostas. E em meio a esse caos de teorias conspiratórias e místicas, havia ainda aqueles que se preocupavam em não parar, porque o progresso tem de continuar,

mesmo sem as mulheres, algo que não durou muito. Não durou muito e não duraria nunca, quando os homens perceberam que estavam estagnados, sem a chance de uma geração futura para cuidar dos negócios ou que levasse à frente a destruição que se empenharam desde o dia em que se formou o que se chama humanidade, ou melhor, como costumam chamar, e agora, até por uma questão de estética: o homem. Enfim, pararam de se importar com o trabalho e viviam como num cenário de um filme apocalíptico. Filhos que se revoltavam contra os pais apontavam-lhes as falhas e diziam as temidas frases: *A mãe não era assim... Ela teria feito melhor... Eu preferia a mamãe...* Isso quando os filhos menores não faziam, com lágrimas nos olhos, a inquietante pergunta: *Quando a mãe vai voltar?* Não sabiam. E, assim, os avós, pais, tios, irmãos aprendiam a ser mãe e a buscar qualquer consolo que estavam habituados a encontrar em pessoas que não existem mais. Dizem que a falta explícita a importância da presença, outros já acrescentam que explica e tortura, fazendo-nos perceber a importância que há o que se já não existe mais ou, por diferentes razões, é ausente. Tudo sintetizado numa frase que dizia: nada melhor do que a ausência para demonstrar o real valor do que se perde. E tal dito aplicou-se perfeitamente ao contexto desses homens de um tempo não tão distante, bem atual por sinal.

A mãe de Pedro, por exemplo, acordava todos os dias bem cedo e preparava-lhe tudo antes que percebesse. Casada duas vezes, essa mulher buscava o que acreditara ser dela, não apenas por direito, mas também por uma questão de dívida. Foi através dessa reflexão que Pedro percebeu que as grandes mulheres não estão apenas nos livros de história, seja em figuras com um dos seios de fora ou em emblemas e páginas destinadas unicamente aos seus respectivos feitos. Foi então que uma saudade imensa invadiu-lhe o peito e o paralisou lentamente e uma bola imensa de arame farpado atravessava-lhe a garganta. É o enigma da simplicidade.

Pedro chorou, e outros *Pedros* choraram, a lembrança da ingratidão é dolorosa, afinal, uma mãe é algo extremamente chato e inconveniente às vezes, assim como são, costumavam ser, as mulheres em geral. O pai de Pedro, por exemplo, vivia a ensinar-lhe que mulheres são fáceis de conseguir e que a idade estava para arrumar-lhe algumas, aconselhava-o dizendo que nunca deixasse ser dominado pelas fêmeas e que, como alfa, deveria mostrar quem manda no terreno: *se um dia precisar bater, bata! Mas não com muita força pra não ser processado...* Fica fácil saber o motivo da separação. Esse mesmo pai até ficou com medo ao saber da teoria das amazonas, temeu que a secretária voltasse montada num cavalo com uma tocha e lhe tocasse fogo inteirinho, porque achava que ela, já sendo sua quinta secretária em apenas um ano, agüentara muitas mãos sobre suas partes, muitas insinuações bobas e humilhações públicas, como aquela que descuidadamente esquecer-se de colocar os papéis na pasta dele, acreditem que burra foi o menor insulto de uma lista de exatamente trinta e três insultos. Nomes que ela guardou bem por aprofundarem as feridas abertas pelas mãos dos chefes, afinal, ela tinha que trabalhar, mesmo que a exploração e assédios substituíssem os bônus e benefícios que não tinha direito, os olhos e risos maliciosos dos colegas diziam: *Agüenta Elisa! Agüenta! É isso que tem*

pra você! Os pais de Pedro nunca se perguntaram como era ser um objeto, porque se supunham donos, os donos não precisam se sentir como os possuídos, mas apenas usufruí-los como bem entendem, não faz sentido render-se às vontades do objeto, ao contrário, deve-se fazer justamente o oposto, mesmo que não seja racional, tudo na tentativa de mostrar que o possuidor é quem controla o objeto. Esse conselho maquiavélico parecia embutido na mente dos *pais de Pedro*, de fato, não se analisava o pensamento hereditário, não pensava, agia-se, que era o melhor jeito de mostrar que se havia compreendido.

E agora? E agora não era a única pergunta que aparecia na cabeça dos homens, havia também os complementos: *E agora, com quem vamos transar? Travestis não nos satisfazem... E agora, quem vai tomar conta das crianças? Já não temos mais paciência. E agora, quem vai*

nos servir de escrava? Não agüentamos mais... Os pais começavam a aprender o quão difícil era ser o que nunca foram e arrependiam-se de ter dito com tanta autoridade várias vezes: *Sou*

o único que trabalha enquanto você fica em casa! Ou ainda a máxima: *Essa mulher só me dá dor de cabeça...* Ah! Quão bom é ter ainda a velha propaganda de mulheres e cervejas, mulheres atraentes e carros bonitos, a felicidade trazida por um simples objeto de desejo! Essa era a ilusão que ainda sustentavam alguns homens, enquanto a vida parecia tão vazia e sem cores, sem alegria ou composição sequer, num desequilíbrio, numa desarmonia total. Onde estariam? O que faziam? Retornariam?! Esperavam que sim, os homens esperavam tanto que se uniam a admirar as coisas que julgavam de mulherzinha, muitos se transformaram em feministas repentinos, uma supervalorização instantânea da mulher e tão falsa quanto o desejo de uma sociedade mais igualitária que hipocritamente acreditavam.

De repente, um ato institucional assegurou severas leis às empresas que não respeitassem as necessidades femininas. Também nunca se viu tantos homens de avental e vassouras a limpar, a passar, a cozinhar, a escrever poemas e leis sobre as mulheres. Outros se reuniam em fóruns e debates sobre a importância da mulher e colaboração na sociedade, cartas lançadas ao mar em garrafas feitas de vidro da esperança, sondas espaciais investigando o paradeiro, ou esconderijo, mas no fundo do freezer do cérebro, sempre a mesma idéia de que eu sou mais forte, era como se dissessem: *Veja! Estamos arrependidos! Voltem, por favor! Voltem! Um mundo mais igual, prometemos, tem de ser assim! Nada mais de repressão ou violência, voltem! Por favor, mas nos tragam uma cerveja! Faça o que eu mando e não questionem, assim é melhor, mas voltem!* E onde estariam? Talvez num mundo ou numa dimensão onde as pessoas fossem consideradas pessoas e não objetos, onde não houvesse mais violência ou explorações, mas em algum lugar, simplesmente, livre.

SÃO PAULO – SÃO PAULO

MULHER: DE INSPIRAÇÃO A INSPIRADA

Stephanie Gaspar

Colégio Cristóvão Colombo

- Voz, apenas um recurso sonoro? Então o que diferenciaria o canto do Homem do canto de um pássaro, por exemplo? A beleza do canto melódico de um sabiá nos oferece fruição, o desfrute de um elemento que encontramos tão livre na natureza, e que nos transmite uma sensação de liberdade e nos inspira. O Homem sempre procurou imitar o Belo, mas junto à estética ele usa o poder da voz para “dizer”.

Necessária para o alcance de objetivos, defesa de julgamentos e peça-chave para a evolução da espécie, a voz sempre foi inata aos dois gêneros, mas o direito de exercer “o dizer” seguiu caminhos diferentes em se tratando de homens e mulheres. Em meados do ano 100 d.C. mulheres eram expressamente proibidas de cantar na frente do público nas igrejas - estava escrito em lei - e os homens que estavam à frente da Igreja alegavam que tal atitude não era bíblica. Se todas as mulheres que tiveram um indício de cantoria, foram exceções assim consideradas por eles, então porque não poderiam partir de algumas exceções e concretizarem esta idéia. A música sacra, nessa época, era cantada por levitas, homens. Mulher não era autorizada a ensinar, cantar ou ao menos falar em público, pois isso colocaria a reputação de seu homem em risco.

Como vassalos, as mulheres serviam discretamente aos suseranos, sem finalidade de reconhecimento por isso. Elas cantavam em casa, ensinavam crianças na sinagoga e davam conselhos a seus maridos; tudo o que era julgado ser incapaz para a mulher elas já faziam e eles não se davam conta disso.

Na era medieval, a mulher e a voz ainda eram consideradas opostas. Mulheres não existiam para serem ouvidas, existiam apenas para completar o pano de fundo da vida masculina e para saciar seus desejos e suprir suas necessidades.

Os sentimentos femininos ficavam por conta da imaginação de jograis, trovadores e segréis – vozes masculinas que interpretavam pretensamente emoções e anseios femininos com as comuns cantigas de amigo. Desse canto emergia um eu lírico feminino saudoso e apaixonado por seu amado distante. A mulher era figura. Figura que bailava ao som de uma voz, que não era dela. E nesta condição as mulheres foram vivendo, vontades em excesso, repressões também. As belas figuras não estavam preparadas para “dizer” ou o mundo não estava preparado para um vendaval de vozes, versos espalhados pelo ar constituindo a mais bela e extasiante canção?

Séculos mais tarde, a Voz feminina começara a delinear seu timbre e tal qual mito do canto das sereias se tornaria irresistível. Homens, cientes dessa “fatalidade”, chegaram à conclusão de que seria justo e inovador se eles expusessem o que de fato já acontecia, “clandestinamente”. Não tinham a consciência ainda de que com essa oportunidade só as tornariam mais insaciáveis, alimentariam o desejo de expressão, de iluminar o que esteve por anos enclausurado na escuridão.

Desbravadoras, irreverentes, ousadas e mulheres, Carmen Miranda, a estrela internacional, e Chiquinha Gonzaga, a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil, romperam com esta regra convencional na história da música. Conseguiram o reconhecimento, buscaram inspiração e força para continuar essa batalha tão árdua, de suas antepassadas; procuraram colocar em prática e expor o que, tempos atrás, as outras não tinham conseguido, ou não lhes fora permitido conseguir.

Mas, ainda assim, essas mulheres, mesmo tendo conquistado esse posto, só passaram a ser aceitas como revolucionárias por um homem após anos de insistência, pois antes eram classificadas e reconhecidas apenas como destaques de um pequeno setor feminino da arte, sem nenhuma espécie de comparação com a ala masculina.

Após esses nomes, muitos outros foram surgindo em diversos tipos de gêneros musicais. Década de 60, tempo das famosas “músicas de fossa”, cantada por diversas vozes femininas, procurando inspirações em suas vidas, dificuldades e, principalmente, amores. Chega então a aversão ao momento feudal, das cantigas daquela época, mulheres agora começavam a dizer por si próprias, ainda com alguns dogmas e restrições sociais.

Intensa e complexa, Maysa foi a tradução exata daquele momento da música. Em um trecho de suas músicas, declarava convictamente “ninguém pode calar dentro em mim, essa chama que não vai passar”, e absolutamente, ninguém poderia retê-la ou reter essa necessidade de algo que lhe faltava e a possuía de modo a transparecer em suas letras poéticas. A cantora influenciou mais uma tendência da época, a chamada Bossa Nova. Foi uma das precursoras, juntamente com Elis Regina, a “Grande”. O Brasil e o mundo tiveram a honra de ter a presença ilustre de uma das maiores intérpretes musicais de todos os tempos, Elis, essa mulher, essa hélice cantante, nos encantou e enfeitiçou. O som que ecoava da música “O Bêbado e a Equilibrista”, um verdadeiro hino da anistia, era a sua voz e seu apelo à ditadura. Coragem era o que não lhe faltava para dizer o que dizia em meio à um governo militarista e reservado.

Pouco tempo depois, homens trazem um novo estilo, o Rock n’ Roll, completamente masculino aos olhares da época, a começar pelo nome, era forte, diferente do som que se ouvia saindo de uma mulher com voz doce, serena e delicada na maior parte delas.

Celly Campelo havia, há algum tempo atrás, tentado implantar este estilo, e também Wanderléa, como mera coadjuvante em um grupo masculino, mas não houve tamanha repercussão como aconteceu com Rita Lee, a Ovelha Negra. Mulher inovadora e extremamente polêmica, uma certa carência brasileira desse tipo de mulher pairava nesse tempo. Ela seguia dizendo em suas músicas, “Nós, os malucos, vamos lutar para nesse estado continuar nunca sensatos e nem condizentes”, revolucionando e protestando, sem sensatez ou coerência. Rita cria uma nova era de mulheres propriamente ditas, as absolutas e completas, certas de si, donas de uma segurança invejável. Fazendo releituras de “Beatles” e “Rolling Stones”, enfim o tal estilo tão másculo adquiriu uma feminilidade única.

Suas seguidoras, dando continuidade a esse “rock-girl”, Zélia Duncan, de voz grave e músicas melódicas, gravou ao lado de Rita Lee “Pagu”, “a indignada no palanque”, retratando a escritora musa do movimento modernista e que tanto lutou para o avanço da mulher. Também fala de uma aversão à suposta perfeição feminina e à fantasiosa mulher-modelo, idealizada e criada pela sociedade. A letra retrata também transformação da mulher, deixa o superficial de lado e mostra uma mulher exatamente contrária à padronizada. Surgem, então, mulheres com essa mesma característica de Zélia Duncan, as de voz vigorante, grave, comparadas até ao tom masculino. Era uma maneira de imposição, de aproximação à tão esperada igualdade dos gêneros.

Cássia Eller, marco dos anos 90, vem para reafirmar esse novo estilo de mulher, de voz. Ela que é considerada a intérprete das emoções mais vastas e afloradas, versos simples que, quando pronunciados por sua boca, faziam poesias, romances. “Mudaram as estações, nada mudou, mas eu sei que alguma coisa aconteceu, está tudo assim tão diferente.” E ela estava certa, as estações mudaram, os tempos mudaram, mas o mundo, o cenário continua o mesmo, nada mudou aparentemente, mas uma coisa tinha acontecido, isso sim era inegável: a mulher, as suas delicadas palavras que oscilavam pelas tímidas, seguras, fortes, polêmicas, estavam causando um intrigante questionamento na sociedade sobre o poder do sexo frágil, agora não tão frágil assim. Pessoas de todo o Brasil se chocaram quando foi anunciada a perda dessa nossa mulher, mas eis que chega nosso novo milênio, século XXI, um maremoto de descobertas, de novos nomes da música, e, em meio a tantas opções, algumas mulheres, inegavelmente, destacam-se e conseguem prestígio como Ana Carolina, que ainda assim canta “Mas é que o meu desejo não deseja se calar”. Esse desejo ainda permeia seus pensamentos mesmo em uma época livre, em que as mulheres já conquistaram a maior parte dos seus direitos, há muito tempo estão inseridas no mercado de trabalho, têm o direito de voto, libertaram-se com a criação da pílula anticoncepcional, queimaram sutiãs em praça pública e na música fizeram uma enorme mudança e revolução.

Mas o desejo de Ana Carolina ainda teme se calar, a sua voz anseia a compreensão de todos e as suas palavras buscam atingir o ponto máximo de concordância e clareza nas pessoas. Com sua voz grave, sua total presença de palco, com suas canções críticas e questionadoras, ela é hoje não só uma simples cantora, intérprete, compositora e instrumentista, mas, principalmente, uma formadora de opiniões em uma sociedade atual perdida entre um leque de opções, de filosofias e idéias soltas.

Igualdade de gêneros, praticamente total, em se tratando de poder “Dizer”, mulheres e homens em busca de espaço e reconhecimento no mundo da música. Mulher hoje é a inspirada, é criadora, faz parte de um mundo real, descrito especialmente por ela, em formato de poesia, música e encanto para nossos ouvidos, olhares e alma.

RELAÇÃO DAS REDAÇÕES QUE RECEBERAM MENÇÃO HONROSA

A íntegra das redações pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

GOIÁS – Goiânia

Eu tenho um sonho

Luiza Thomaz Araújo – Colégio Dinâmico

SANTA CATARINA – Itajaí

**Do martelo das feitiças aos corredores da UNIBAN: A hipocrisia
midiática**

*Pedro Guilherme Ramos – Escola de Ensino Médio Professor Henrique da
Silva Fontes*



Categoria
Escola Promotora da Igualdade de Gênero
Projetos Pedagógicos Premiados

INTRODUÇÃO

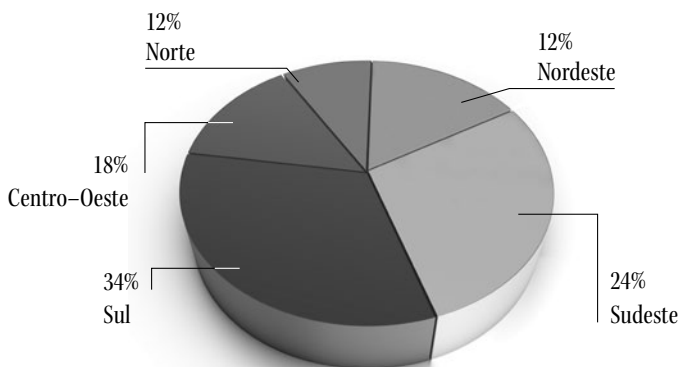
Uma das novidades desta edição do prêmio 2009 foi a introdução da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Nesta categoria, as escolas de Ensino Médio inscreviam os projetos para a promoção da igualdade de gênero que desenvolveram entre os anos 2008/2009 ou que estivessem em fase de desenvolvimento. Houve a inscrição de 17 escolas. A região Sul foi a que mais enviou projetos, seguida da região Sudeste.

As Escolas Promotoras da Igualdade de Gênero vencedoras receberam o prêmio no valor de R\$ 10.000,00 cada.

5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria
Escola Promotora da Igualdade de Gênero Inscrições por Região

Região	Quantidade	%
Norte	2	12%
Nordeste	2	12%
Sul	6	35%
Sudeste	4	24%
Centro-Oeste	3	18%
Total	17	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2009.



Fonte: CNPq/SPM, 2009.

REGIÃO CENTRO-OESTE – GOIÁS – APARECIDA DE GOIÂNIA

Colégio Estadual Dom Pedro I

TÍTULO DO PROJETO: SAÚDE E PREVENÇÃO: PENSANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Coordenação

Vanilda Aparecida de Oliveira Martins

Histórico

O projeto apresentado tem como justificativa a necessidade cotidiana de formação crítica para os(as) estudantes. A ausência de discussões sobre temas como gênero, sexualidade, orientação sexual e raça levou a coordenação da escola a estruturar o projeto. O objetivo principal é, assim, discutir as temáticas relações de gênero e sexualidade, com o fim de conscientizar os(as) alunos(as) sobre os elementos histórico-culturais que estruturam as relações sociais. Pretendeu-se ainda a refletir sobre a gravidez na adolescência, a educação corporal, os direitos sexuais e reprodutivos.

Metodologia

O projeto levou em conta a participação de alunos e alunas na definição de suas atividades, em uma perspectiva do processo de aprendizagem dinâmico e cumulativo, no qual conhecimentos e práticas cotidianas sobre sexualidade e gênero são aproveitados. Assim, foram realizadas oficinas participativas, palestras orientadas, teatro e filmes-debates. Houve o apoio de várias entidades parceiras, como grupos da sociedade civil que trabalham na área de gênero e sexualidade, a Secretaria Estadual de Educação, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Católica de Goiás.

Impacto e Resultados

O reconhecimento da diversidade sexual, das relações sociais baseadas no sexismo e no machismo, com o predomínio de uma escola heteronormativa, foi um dos principais resultados do projeto. Nas peças teatrais e oficinas, os(as) estudantes puderam explicitar o processo de estigmatização vivenciado pelos diferentes grupos no espaço escolar e tiveram acesso aos instrumentos necessários para identificar e reconhecer os diferentes estereótipos construídos.

REGIÃO NORDESTE – PERNAMBUCO – SÃO JOSÉ DO EGITO

Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima

TÍTULO DO PROJETO: DISCUTINDO GÊNERO NA ESCOLA: POR UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA E INTERDISCIPLINAR

Coordenação do Projeto

João Renato Nunes

Karla Cibélia Lira Gomes

Histórico

A partir da constatação do grande número de casos de violência contra a mulher no Estado de Pernambuco, dos preconceitos e discriminação relacionados ao gênero presentes no sertão pernambucano e da falta de capacitação pedagógica da escola para tratar dessas temáticas, o projeto foi constituído com o intuito de abordar de forma científica e interdisciplinar o debate sobre o gênero. Desenvolvido por grupo de alunos(as) do 1º ano do Ensino Médio, no ano letivo de 2009, o projeto representou a escola em feiras de ciências.

Metodologia

O projeto tomou como referência o método didático da prática social de Dermeval Saviani e a experiência pedagógica intitulada “A Violência Doméstica e Sexista em jogo” de João Renato Nunes. O método didático pressupõe cinco passos: a prática social como ponto de partida, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social.

Impacto e Resultados

Houve a aproximação dos(as) alunos(as) com a discussão de gênero; a mobilização de professores(as), gestores(as) e comunidade para o debate, formulação e aplicação de ações para o combate à violência doméstica e sexista em suas raízes; visibilidade na escola para a discussão crítica das desigualdades de gênero; e a demonstração de que a partir de uma experiência é possível discutir a temática de gênero e transversalizar em todas as disciplinas. Além disso, o projeto propiciou aos(as) alunos(as) o domínio do conhecimento básico sobre instrumentos de coleta e análise de dados; a organização de grupo de estudos sobre a temática de gênero na escola; o reconhecimento da comunidade escolar e geral sobre a importância do projeto desenvolvido na escola; o reconhecimento da necessidade de desenvolver outras práticas pedagógicas de mobilização da comunidade para o enfrentamento da violência de gênero; e o início de mobilização da comunidade escolar e geral para a criação de uma coordenadoria especial de políticas de igualdade de gênero no município de São José do Egito.

REGIÃO SUDESTE – SÃO PAULO – OSASCO
Escola Estadual Professor Armando Gaban

TÍTULO DO PROJETO: DISCUTINDO A IGUALDADE: “MULHER, MÃE E CIDADÃ”

Coordenação do Projeto

José Sebastião Rodrigues

Histórico

A unidade escolar era conhecida como sendo uma escola violenta, reflexo do contexto social, da falta de infra-estrutura e da ausência do Poder Público numa região densamente povoada. Com fim de mudar essa situação, a Coordenação da Escola passou a desenvolver vários projetos e ações pedagógicas e sociais, como o Dia Nacional de Ação Solidária em parceria com a Fundação Bradesco, Natal da Solidariedade, Banda Marcial, Grupo de Dança Italiana e participação nos Parlamento Jovem Paulista e Brasileiro (cinco deputados mirins eleitos: dois alunos e duas alunas). Pretendeu-se melhorar a qualidade de ensino, a auto-estima dos(as) alunos(as), a imagem da escola e promover a inclusão.

Metodologia

No segundo semestre de 2008, a deputada mirim Thamara Leite Lopes apresentou projeto de lei no Parlamento Jovem Paulista, no qual expressava preocupação com as adolescentes e suas mães. Propôs a criação de um Programa Estadual de Orientação Sexual, Planejamento e Orientação Familiar nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo. Procurando viabilizar sua proposta e levar efetiva orientação para as mulheres da comunidade escolar, a Coordenação da Escola organizou no mês de março o Dia Nacional de Ação Solidária, voltado para o atendimento das mulheres, com serviços de apoio jurídico, orientação sobre doenças e prevenção, violência doméstica, pátrio poder, sexualidade, crianças e adolescentes em situação de risco. Houve também o segundo evento no final do ano, com ampliação do atendimento às mulheres, com debate sobre o papel da mulher na comunidade. Os(as) alunos(as) do Ensino Médio e do Ensino Fundamental realizaram amplo trabalho de pesquisa sobre saúde, prevenção, legislação, necessidades educacionais especiais, violência doméstica e intolerância, com a montagem de várias exposições, ficando responsáveis pela transmissão das informações e orientação aos(as) visitantes. O Centro de Referência das Mulheres Vítimas de Violência da Cidade de Osasco, um dos parceiros que ajudou na organização desse evento, promoveu palestra sobre a violência doméstica e as formas de combatê-la. Os(as) alunos(as) organizaram ainda um kit com materiais informativos sobre doenças, prevenção, além de um exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Maria da Penha.

Impacto e Resultados

O projeto abriu espaço para um maior aprendizado dos(as) alunos(as), pois foram responsáveis pela realização do trabalho, dedicaram-se às pesquisas de campo e entraram em contato com diferentes instituições. A deputada mirim Thamara Leite Lopes apresentou Projeto de Lei no Parlamento Jovem Paulista 2009, propondo a criação de Centro de Atendimento para Jovens Dependentes Químicos oriundos de famílias de baixa renda. Essa proposta nasceu do consenso de vários participantes, com o objetivo de atender mães da comunidade escolar que lutam para conseguir um tratamento para os(as) seus(suas) filhos(as). Assim, esse trabalho revela que os(as) alunos (as) estão adquirindo consciência do seu papel social, de que podem colaborar na solução de problemas que afetam a comunidade, o Estado e o País. Esse será, indiscutivelmente, o legado mais significativo do projeto, visto que somente com uma escola participativa é possível melhorar os indicadores educacionais e sociais.

REGIÃO SUL – PARANÁ – APUCARANA
Colégio Estadual Osmar Guaracy Freire

**TÍTULO DO PROJETO: RAÍZES: DIVERSIDADES
ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO**

Coordenação do Projeto

Milene Mayumi Makita

Nair Pagliari

Salette Zanlorenzi

Histórico

Criado há cinco anos, o Projeto Raízes esteve inicialmente centrado no combate ao preconceito étnico-racial. A partir da constatação de uma série de situações de preconceito, discriminação e desrespeito à diversidade presentes no espaço escolar, o Colégio decidiu pela ampliação do Projeto Raízes, voltado para a promoção da paz, da superação dos processos discriminatórios étnico-raciais e de gênero. Considerando que os temas de gênero, raça e etnia estão imbricados na definição das relações sociais, os(as) professores da áreas de artes, história e língua portuguesa entenderam que o debate sobre as práticas discriminatórias no ambiente escolar é fundamental.

Metodologia

Desenvolvido de forma interdisciplinar, o projeto é intercalado nas aulas de arte, história e língua portuguesa. A partir de parceria com a Secretaria da Mulher e Assuntos da Família, foram desenvolvidas atividades como exposições, cursos, palestras, vídeos, debates, seminários e oficinas, com a discussão dos temas como direitos humanos, Lei Maria da Penha, discriminação das mulheres, saúde da mulher, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, preconceito étnico-racial, comunidades de remanescentes de quilombos e *bulling*. Houve também a distribuição e debate da revista *Menina pode jogar bola? Menino pode lavar louça*, editada pela Secretaria da Mulher.

Impacto e Resultados

A escola tem a grande responsabilidade no processo de formação dos futuros cidadãos e cidadãs. Com o Projeto Raízes, a escola exerce de forma ampliada o papel de promotora da cultura de respeito à pessoa, de garantia dos direitos humanos, da promoção da equidade racial e de gênero, da valorização da diversidade no espaço escolar e na sociedade. Os trabalhos produzidos pelos(as) alunos(as), bem como as relações interpessoais e sociais, indicam a mudança de valores e atitudes e a presença de uma cultura voltada para os direitos humanos.



Programa Mulher e Ciência

Promoção

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

www.igualdadedegenero.cnpq.br